

ACERVO

ISSN 0102-700-X

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 17 • NÚMERO • 01 • JAN/JUN • 2004



C I D A D E S

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Presidência da República
Arquivo Nacional

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v.17, NÚMERO 1, JANEIRO/JUNHO 2004

© 2004 by Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

José Dirceu de Oliveira e Silva

Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República

Swedenberger Barbosa

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Editor

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues

Conselho Editorial

Adriana Cox Hollos, Alexandre Manuel Esteves Rodrigues, Clóvis Molinari Júnior, Dalton José Alves, Maria Esperança Rezende, Maria Izabel de Oliveira, Mauro Lerner Markowski, Mônica Medrado, Samuel Maia dos Santos, Valéria Maria Morse Alves.

Conselho Consultivo

Ana Maria Camargo, Angela Maria de Castro Gomes, Boris Kossoy, Célia Maria Leite Costa, Elizabeth Carvalho, Francisco Falcon, Helena Ferrez, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Belotto, Ilmar Rohloff de Mattos, Jaime Spinelli, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, José Carlos Avelar, José Sebastião Witter, Léa de Aquino, Lena Vânia Pinheiro, Margarida de Souza Neves, Maria Inez Turazzi, Marilena Leite Paes, Regina Maria M. P. Wanderley e Solange Zúñiga

Coordenação Editorial

Giselle Teixeira e José Claudio Mattar

Pesquisa de Imagem

Tânia Cuba Bittencourt

Edição de Texto, Copidesque e Revisão

José Claudio Mattar

Projeto Gráfico

André Villas Boas

Editores Eletrônica, Capa e Ilustração

Tânia Cuba Bittencourt

Secretaria

Alba Maria Paiva

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —
v. 17, n. 1 (jan./jun. 2004). — Rio de Janeiro: Arquivo
Nacional, 2004.
v.; 26 cm

Semestral
Cada número possui um tema distinto
ISSN 0102-700-X

I.Cidades - Brasil - I. Arquivo Nacional

S U M Á R I O

Apresentação

03

Entrevista com Olívio Dutra

11

Cidades Inteiras de Homens Inteiros

O espaço urbano na obra de Milton Santos

Manoel Lemes da Silva Neto

23

Tendências do Urbanismo Contemporâneo

O Estatuto da Cidade

Gislene Pereira e Yara Vicentini

35

Novas Estruturas Urbanas

Leandro Medrano

51

Cidade-Coração

Paulo Roberto Brandão Fonseca

67

Romance Policial

Um fenômeno urbano

Adriana Maria Almeida de Freitas

81

Espaço Urbano e Música Popular no Rio de Janeiro

Diálogos e conflitos

Frederico Oliveira Coelho

99

Política Nacional de Resíduos Sólidos

A perspectiva de uma lei federal

Titan de Lima

113

Igreja e Cidade

Panorama da experiência religiosa nas grandes metrópoles brasileiras

Joel Portella Amado

127

“O Problema” Favela Ontem e Hoje

Novas falas dos moradores

Christina Vital

139

Cidade, Democracia e Humanismo

Jorge Ricardo Bittar e Leila Maria Baptista Fernandes

155

Perfil Institucional

Carlos B. Vainer

167

Bibliografia

A P R E S E N T A Ç Ã O

“Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la.”

Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*

Este número da revista *Acervo* destina-se à discussão das cidades como tema geral, desdobrando-se em diversas abordagens que expressam a sua multidisciplinaridade. Em seu conjunto, compõem um mosaico de reflexões sobre visões, sentidos e experiências que se relacionam com as mais variadas representações do espaço urbano.

A entrevista com o ministro Olívio Dutra permite elucidar a importância do Ministério das Cidades para organizar e viabilizar iniciativas fundamentais de políticas públicas nacionais capazes de impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável. Assim, a temática do desenvolvimento urbano passa a compor de maneira direta a agenda política nacional.

A seguir, Manoel Lemes da Silva Neto presta uma justa homenagem a Milton Santos, apresentando o itinerário do pensamento desse importante geógrafo brasileiro sobre o espaço urbano. Gislene Pereira e Yara Vicentini desenvolvem essa discussão acerca do debate urbanístico contemporâneo enfatizando o papel do Estatuto da Cidade para a realização do planejamento, reforma e gestão urbana. Como tem sido destacado, o Estatuto da Cidade fortalece o cumprimento da função social da propriedade do solo e da participação popular.

O artigo de Leandro Medrano proporciona uma compreensão qualificada sobre as funções, vínculos e transformações urbanísticas na sociedade contemporânea. Paulo Roberto Brandão Fonseca vai colocar a questão das mudanças no espaço urbano relacionando-as com as suas ocorrências na área central do Rio de Janeiro.

Um aspecto que não poderia estar ausente diz respeito à produção cultural no

espaço urbano. Adriana Maria Almeida de Freitas faz essa reflexão tomando como referência o gênero da narrativa policial. O artigo de Frederico Oliveira Coelho vai abordar essa produção na história da música popular carioca.

A necessária preocupação com o meio ambiente encontra ressonância na discussão em curso, que é resgatada por Titan de Lima, para a constituição de uma política nacional de resíduos sólidos.

Neste ano de 2004, o tema da Campanha da Fraternidade é "Fraternidade e Água". E o seu lema é "Água, fonte de vida". Isso também é uma demonstração clara do posicionamento das pessoas e instituições envolvidas na defesa da qualidade de vida. Sendo assim, o teólogo Joel Portella Amado desenvolve uma firme defesa do diálogo na interação cultural, avaliando as experiências religiosas e a sua inserção nos

ambientes urbanos.

As profundas marcas da desigualdade social também estão presentes na dinâmica e ordenação do espaço urbano. Christina Vital trata da vivência nas favelas e do discurso contido na política de remoção. O deputado federal Jorge Ricardo Bittar e Leila Maria Baptista Fernandes apontam os principais dilemas do planejamento urbano e as perspectivas para uma gestão democrática e participativa nas cidades.

Este número da revista *Acervo* finaliza apresentando o perfil institucional do Instituto de Pesquisa e Planejamento e Regional (IPPUR/UFRJ), que há mais de três décadas tem formado profissionais orientados, segundo o diretor Carlos B. Vainer, pelos princípios da pluridisciplinaridade, da autonomia acadêmica, da pluralidade de interlocutores e da integração ensino/pesquisa/extensão universitária.

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues

Editor

Entrevista com Olívio Dutra

Olívio Dutra, gaúcho de nascimento, foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (1975-1981), fundador e membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, fundador do Partido dos Trabalhadores e vice-presidente nacional da legenda a partir de 1984. Elegeu-se deputado federal constituinte em 1986 e em 1987 presidente nacional do PT, cargo que ocupou até ser eleito prefeito de Porto Alegre, em 1988, dando início à primeira de uma série de administrações petistas na capital gaúcha.

Com a experiência de prefeito de Porto Alegre (1988-1992) e governador do Rio Grande do Sul (1998-2002), Olívio Dutra assumiu em janeiro de 2003 o Ministério das Cidades, criado pela reestruturação administrativa do governo do presidente Luís Inácio Lula da Sil-

va, com o objetivo de centralizar as ações do governo federal na gestão de transporte, trânsito, habitação e saneamento das cidades brasileiras. Em entrevista ao Arquivo Nacional, o ministro fala dos projetos e desafios de sua pasta, entre outros assuntos.

Arquivo Nacional. *Quais foram as principais ações do Ministério das Cidades neste um ano e meio de existência?*

Olívio Dutra. Neste um ano e meio, estruturamos o Ministério das Cidades. Iniciamos um processo de conferências municipais e estaduais, que culminou em uma conferência nacional para eleger um Conselho das Cidades e estabelecer políticas públicas para o setor de saneamento, habitação, programas urbanos e transporte e mobilidade urbana, além de implementar o Estatuto das Cidades. Um

dos primeiros esforços deste governo foi o aperfeiçoamento dos programas habitacionais, estabelecendo o foco no atendimento às famílias que ganham até cinco salários mínimos – faixa de renda em que se concentram 92% das moradias. Exemplo disso é que os recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) foram integralmente direcionados para a faixa de renda de até três salários mínimos (até 2002 a faixa de renda era de até cinco salários mínimos). Em 2003, 42% dos recursos foram destinados às famílias de baixa renda. No total, foram disponibilizados recursos para atendimento de 348,6 mil famílias (em 2002 foram atendidas 279,4 mil famílias).

Aumentamos os recursos para os investimentos em habitação e saneamento. Em 2004, os recursos para os programas habitacionais somam R\$ 8,8 bilhões, recebendo um acréscimo de mais de 57% em relação ao ano de 2003 (R\$ 5,05 bilhões), o que permitirá atender cerca de 460 mil famílias e gerar cerca de 466 mil empregos. No saneamento, repassamos R\$ 1,6 bilhão no ano passado e esse ano pretendemos repassar R\$ 4,6 bilhões. Também criamos programas importantes, como o Crédito Solidário, destinado a cooperativas e associações de moradores, sem juros e pagamento em 240 meses, e o Programa Especial de Habitação Popular. Implementamos ainda o Programa Papel Passado, que repassa a titulação de terras da União, ocupadas irregularmente,

para o morador.

Arquivo Nacional. *Representantes municipais, estaduais e nacionais da sociedade e dos governos reuniram-se, em outubro de 2003, para debater o presente e o futuro das cidades brasileiras na I Conferência Nacional das Cidades. Quais os principais resultados desse encontro?*

Olívio Dutra. Realizamos, em outubro de 2003, a Conferência Nacional das Cidades, cujo processo teve início em abril de 2003, com as Conferências Municipais das Cidades. Dos 5.560 municípios brasileiros, 3.457 participaram desse primeiro esforço de construir um pacto social e federativo para a elaboração da política de desenvolvimento urbano no país. No último dia 15 de março empossamos o Conselho das Cidades, composto por 71 conselheiros da sociedade civil organizada e dos três entes federativos. O conselho é exemplo de um novo modelo de gestão pública, em que governos e sociedade assumem responsabilidades baseadas no compartilhamento das decisões, na franqueza e na solidariedade. Nosso desafio é o de trabalharmos juntos, dentro da pluralidade e das nossas diversidades, para a efetivação de uma política nacional de desenvolvimento urbano socialmente inclusiva e com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das nossas populações. A próxima reunião do conselho terá como temas o Sistema Nacional de Habitação, a Política Nacional de Saneamento Ambiental, que o governo encaminhará ao Congresso Nacional em

breve, e a Lei Nacional de Parcelamento do Solo, que está sendo exposta a modificações, no Congresso.

Arquivo Nacional. *Em que medida os recursos contemplados para o Ministério das Cidades no Orçamento Geral da União deste ano são suficientes para os projetos do ministério?*

Olívio Dutra. O Ministério das Cidades tem colocado como um de seus desafios principais a restauração do papel pró-ativo que precisa ser exercido pelo setor público, em especial pelos agentes promotores dotados de real e qualificada capacidade de intervenção sobre o problema, para transcender os financiamentos individualizados que sempre acabam remetendo à exclusão do atendimento exatamente aquelas parcelas da população em situação mais relevante de déficit habitacional. Os programas de concessão do crédito individual, ainda que relevantes e necessários, impõem níveis de exigência de reciprocidades capazes de responder adequadamente a análises de risco do crédito, mas que nunca poderão ser supridas pelas famílias de baixa renda (83% do déficit habitacional brasileiro e compostos por famílias com renda na faixa de até três salários-mínimos).

Em que pese o esforço do Ministério das Cidades na reformulação de programas em andamento, para focá-los no atendimento à população de mais baixa renda, e nas negociações em curso com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda – para

viabilizar maior e mais constante fluxo de recursos, especialmente para habitação e saneamento, e para dotar o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, recém-aprovado, de recursos sustentáveis para o enfrentamento progressivo do déficit habitacional –, permanecem ainda restrições ao endividamento do setor público. No caso dos recursos do FGTS, o caráter oneroso dos financiamentos existentes poderia ser equalizado caso estas restrições fossem abrandadas, permitindo que programas de empréstimo aos municípios, como no caso do Pró-Moradia, fossem utilizados para atender à população residente em áreas carentes de urbanização.

Arquivo Nacional. *O déficit habitacional no Brasil é de cerca de 6,5 milhões de unidades, e segundo levantamento da Fundação João Pinheiro, 85% dos que não têm moradia estão na faixa de renda de até três salários mínimos. Quais as propostas do governo federal em relação à moradia para esse segmento da população?*

Olívio Dutra. O Ministério das Cidades vem buscando implementar um novo marco político institucional, definindo a política de desenvolvimento urbano com diretrizes, objetivos, planos e metas plurianuais comprometidos com a garantia do acesso à moradia digna, e também com a aplicação de políticas taxativas que garantam o cumprimento da função social da terra e o incentivo à produção e conversão de novas moradias às famíli-

as de mais baixa renda. Programas como o de Saneamento Ambiental Urbano, Reabilitação de Áreas Centrais, de Arrendamento Familiar (PAR) e de Subsídio Habitacional (PSH), além dos programas de Urbanização e Regularização Fundiária de Favelas (HBB), Pró-Moradia, Melhoria das Condições de Habitabilidade, Apoio a Projetos de Regularização Fundiária, entre outros, são exemplos de programas concretos do ministério, no sentido de garantir moradia com acesso aos serviços e equipamentos urbanos em áreas urbanas consolidadas. O ministério vem lutando para, além da moradia digna, com saneamento e infra-estrutura básica, reduzir o déficit habitacional, que está concentrado em famílias que ganham até três salários-mínimos.

Arquivo Nacional. *O Estatuto da Cidade, lei de 2001 que regulamentou o capítulo de política urbana da Constituição federal de 1988, é considerado uma lei progressista, porém muitos acreditam ser mais uma lei que não sairá do papel. O que está sendo feito, no âmbito federal, para garantir que o Estatuto seja aplicado?*

Olívio Dutra. A implementação do Estatuto depende dos municípios, posto que os instrumentos por ele introduzidos e regulamentados só podem ser utilizados se forem previstos nos planos diretores, a serem elaborados pelas prefeituras e aprovados pelos legislativos. Por isso, neste ano, o ministério, por exemplo,

está liberando R\$ 5 milhões para apoiar 55 municípios de 22 estados na implementação do Estatuto da Cidade e na elaboração de seus planos diretores, além de apoiar a capacitação técnica de dezenas de municípios de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Este esforço visa apoiar a aplicação do Estatuto, reforçando os municípios na capacidade de planejamento de seus territórios, para que construam seus planos diretores de forma participativa, promovendo a efetiva democratização da gestão urbana, na perspectiva da reforma urbana para reduzir as desigualdades territoriais e promover a inclusão social nas cidades.

Arquivo Nacional. *Dados oficiais indicam que, em média, 30% a 50% das famílias dos territórios urbanos brasileiros moram irregularmente, em áreas públicas ou privadas. Quais as diretrizes de atuação do ministério no que diz respeito à regularização fundiária?*

Olívio Dutra. A insuficiência na oferta de terra urbanizada a preços acessíveis para a população de baixa renda é uma das questões mais importantes para o equacionamento do problema habitacional no Brasil. A política fundiária está no centro da política urbana. A inadequação fundiária atinge cerca de 1,5 milhão de domicílios. Embora esse seja o dado oficial, há fortes indícios para se supor que essa cifra seja ainda maior, frente ao grande número de assentamentos irregulares existentes nas cidades brasileiras. No Brasil, a polarização so-

cial e a segregação espacial fizeram-se sentir fortemente presente, quando aquilatados pelo acesso ao solo. A bem da verdade, esse acesso limitado representa a principal cristalização dentre os mecanismos de exclusão social das populações de baixa renda. Nesse contexto, o ministério apresenta um conjunto de ações que visa garantir, em parceria com Estado e municípios, terra urbanizada, provida de serviços, equipamentos e infra-estrutura. Nos últimos anos, o acesso à infra-estrutura e serviços urbanos tornou-se cada vez mais difícil e caro, levando as famílias que não tinham recursos a lugares cada vez mais distantes, precários e perigosos e à ocupação irregular. Esse crescente processo de periferização mostra, ao longo de décadas, a ausência de uma política fundiária articulada com as políticas habitacional e urbana, nos diferentes níveis de governo no Brasil.

Os principais problemas encontrados pelos poderes públicos que procuraram instaurar uma política fundiária foram a inexistência de estoque de terra e dos recursos para formá-lo, a falta de critérios de seleção e de estratégias na aquisição de terrenos privados, a precariedade dos critérios urbanísticos, e a fragilidade ou a inexistência de estudos de viabilidade econômica para bem orientar a ocupação dos terrenos. Além destes, deve-se citar a execução de projetos habitacionais que não atendiam às normas legais e às diretrizes urbanísticas, o que provocou dificuldades para a regula-

rização jurídica dos parcelamentos efetuados, freqüentemente associadas à má qualidade dos conjuntos habitacionais produzidos, como também à má coordenação das políticas de aquisição e dos processos de desapropriação. A partir da celebração de contratos de cessão de aforamento, para a transferência de terrenos da União às prefeituras, cerca de 63.500 famílias, hoje assentadas ilegalmente, receberão neste ano titulação de lotes. Serão quarenta mil famílias da Baixada Santista (Cubatão, São Vicente, Santos e Guarujá); 10.511 famílias de Fortaleza; quatro mil em Recife; seis mil famílias no Rio de Janeiro e três mil famílias da Paraíba. O processo de regularização fundiária já está em curso, desde 2003, para 50.407 famílias de 12 estados.

Arquivo Nacional. *As cidades brasileiras têm crescido nas últimas décadas sem que tenha havido o investimento necessário em esgotamento sanitário e em drenagem urbana, agravando o problema das enchentes e a incidência de doenças infecto-contagiosas. Quais as metas do ministério em relação ao saneamento?*

Olívio Dutra. Estamos retomando a capacidade financeira da União em investir em saneamento. Além disso, elaboramos o marco regulatório e a política nacional de saneamento, que serão enviados ao Congresso Nacional. Isso definirá regras para o setor e melhorará os serviços e investimentos prestados. Também estamos investindo nas regiões metropo-

litanas, que concentram altos índices de falta de saneamento. Ano passado, investimos R\$ 1,6 bilhão em saneamento ambiental, quantia seis vezes superior a que foi aplicada nos quatro anos anteriores (R\$ 273 milhões). O orçamento para saneamento neste ano supera R\$ 4,6 bilhões. Sua aplicação beneficiará 2,4 milhões de famílias e vai gerar cerca de um milhão de postos de trabalho e renda. Em maio, liberamos R\$ 2,125 bilhões, através do FGTS, que beneficiarão mais de 1,8 milhão de famílias que moram em trezentos municípios de 16 unidades da federação (BA, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RS, SC, SE e SP). Também, em parceria com o Ministério da Saúde, o Projeto de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas vai investir R\$ 400 milhões do Orçamento Geral da União – a fundo perdido –, em municípios de 27 regiões metropolitanas de 17 estados e de três Regiões Integradas de Desenvolvimento do Entorno (Rides). A previsão de investimento no projeto até 2007 é de um bilhão de reais. Esses recursos servirão para amenizar uma carência histórica no saneamento ambiental, agravada nas últimas décadas não só pela falta de investimentos, mas também pela ausência de uma política nacional para o setor. Resultado disso é que 45 milhões de brasileiros ainda não têm acesso aos serviços de abastecimento de água potável; 83 milhões ainda não possuem esgotamento sanitário e 14 milhões ainda não contam com coleta de lixo.

Arquivo Nacional. *O processo de desenvolvimento urbano brasileiro sempre privilegiou o transporte individual em detrimento de sistemas de transporte de massa. Como o Ministério pretende tratar a questão do transporte nas cidades?*

Olívio Dutra. O Ministério das Cidades já lançou o primeiro programa federal destinado a garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física, idosas e crianças, priorizando o pedestre. O Brasil Acessível irá atuar junto aos governos estaduais e municipais na implantação de sistemas de transportes acessíveis e na eliminação de barreiras arquitetônicas. As ações vêm apoiando o Pró-Transporte, que teve dotação de R\$ 250 milhões em 2003, e conta neste ano com recursos da ordem de R\$ 600 milhões para financiar obras de infra-estrutura para o transporte urbano coletivo, como corredores de ônibus. O ministério, por meio do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), está desenvolvendo ainda um conjunto de programas cujos objetivos combinam-se na perspectiva de combater as principais causas dos acidentes de trânsito, que no Brasil provocam a morte de 30 mil pessoas por ano, além de deixar outros 350 mil feridos. Com recursos assegurados e realistas, foram retomadas as obras dos metrô de Recife e Fortaleza que estavam paralisadas desde 2001 e 2002, respectivamente. Além disso, o Ministério das Cidades está dando continuidade aos empreendimentos dos metrô de Belo Horizonte e Salvador. Neste ano, estão previstos

R\$ 143 milhões do Orçamento Geral da União, para o andamento das obras dos quatro metrô.

Arquivo Nacional. *De que modo as políticas públicas na esfera de planejamento urbano e habitacional podem contribuir para reduzir as desigualdades sociais e a violência urbana?*

Olívio Dutra. O aumento das taxas de violência urbana guarda forte relação com o processo de segregação socioterritorial em curso, que separa os diversos segmentos da população em relação ao acesso a equipamentos e serviços urbanos. A combinação destes fatores – a pobreza diante da grande concentração de riqueza, a precariedade urbanística e a degradação ambiental – tem levado à emergência deste fenômeno novo e devastador no cenário metropolitano que é a violência. O governo federal tem buscado promover uma atuação integrada, envolvendo temas relativos a uma repactuação federativa, estabelecendo um novo marco de ação e cooperação intermunicipal, além da integração de ações e investimentos situados na esfera de ação de distintos ministérios. Tudo isso, buscando aumentar a eficiência e a eficácia dos investimentos públicos e, por extensão, do setor privado. O Ministério das Cidades, no caso dos recursos que lhe cabem, relativos ao desenvolvimento urbano, vem buscando coordenar os gastos de forma a evitar que eles continuem a ser feitos de modo pontual e disperso, sem uma

visão articulada e metropolitana, o que tem acarretado desperdício e pouca eficácia nos resultados pretendidos.

O Ministério das Cidades, com a competência institucional para promover o desenvolvimento urbano, vem atuando de forma a enfrentar questões básicas para a recuperação da qualidade de vida urbana, especialmente na área de habitação, de saneamento, de mobilidade urbana e de planejamento e controle do uso do solo. Essas prioridades decorrem da certeza de que ações nesses setores, pelos seus efeitos multiplicadores, promovem melhorias em outros setores, como saúde, integração social e cidadania.

Arquivo Nacional. *Quais as principais diferenças a serem destacadas entre a política urbana do governo anterior e a que vem sendo implementada pelo atual governo?*

Olívio Dutra. Com a entrada do governo Lula em 2003, a primeira mudança no arcabouço institucional vigente foi a criação do Ministério das Cidades, como forma de superar a ausência da questão urbana na agenda política nacional e de constituir uma instância nacional de coordenação e de negociação entre os diversos atores que operam nas cidades. A criação de um ministério com os objetivos de formular e implementar políticas nacionais articuladas de desenvolvimento urbano, que incluem habitação, regularização fundiária, saneamento ambiental e mobilidade urbana, encon-

tra respaldo nos setores da sociedade civil que, ao longo dos anos, se empenharam na luta pela reforma urbana, conseguindo avanços no campo legal, em especial o capítulo sobre questão urbana na Constituição Federal (e em muitas Constituições estaduais) e o Estatuto da Cidade, por meio da lei n. 10.257/2001, que veio a estabelecer uma nova base jurídica para as políticas públicas locais no que tange ao direito de propriedade e à aplicação de instrumentos de combate à exclusão, desigualdade e segregação, que acabavam se materializando nos processos de ocupação/construção do território e das edificações urbanas.

A necessidade de um órgão forte, de âmbito nacional, defendida pelas entidades congregadas na luta pela reforma urbana, revelava o entendimento de que os problemas da cidade só podem ser enfrentados de modo articulado e que os setores de saneamento, mobilidade e

moradia e acesso à terra precisam ser geridos na dimensão de estruturadores do desenvolvimento urbano.

O Ministério das Cidades tem, portanto, o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da política nacional de desenvolvimento urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas de habitação, saneamento ambiental, transporte e a política fundiária urbana, ocupando assim um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas. Cabe-lhe ainda o desafio de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades.

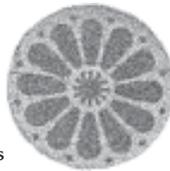
Entrevista realizada por Alba Gisele Gouget, em junho de 2004.

Manoel Lemes da Silva Neto

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Marcos, São Paulo. Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Cidades Inteiras de Homens Inteiros

O espaço urbano na obra de Milton Santos



O texto apresenta um panorama do pensamento de Milton Santos sobre o espaço urbano: dos estudos desenvolvidos na Bahia nos anos de 1940 e 1950 às declarações que fez em reunião do DOCOMOMO, em 2000. As cidades do Terceiro Mundo foram objeto de sua constante preocupação. A importância dessa reflexão, que em muito transcende o campo da ciência geográfica, é estímulo para que outros investigadores prossigam com o seu trabalho.

Palavras-chave: planejamento urbano, urbanismo, geografia urbana.

This paper presents a view of Milton Santos work on urban space: from the texts he wrote in Bahia during the years 1940-1950, to the late statements he delivered during the DOCOMOMO meeting in 2000. Third World cities have always been at the center of his concerns. Such a constant and valuable reflection that goes indeed beyond the mere geographic field is a call for other researchers to carry on his work.

Key words: urban planning, urbanism, urban geography.

“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria inerte que seja trabalha-

da pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.”¹

Antes de tudo, este texto é um tributo a Milton Santos.² Geógrafo de espírito aberto, professor do espaço e do território, cujo pensamento prodigioso ajusta-se perfeitamente à urgentíssima tarefa de refletirmos o futuro das cidades. No Brasil, é empreitada inadiável. Em 2000, 81% da população brasileira vivia nas cidades. No estado de São Paulo, 93%. Pensá-las, assim, é também refletir a sociedade e o espaço que está sendo construído para abrigá-la. É questionar ainda se o que estamos encarando como cidade é realmente cidade.

A obra do professor Milton Santos é referência obrigatória para todos que estudam o espaço, especialmente aos urbanistas que se propõem a construir cidades. Seu trabalho não nos deixa esquecer compromissos sociais. Embora ostentados no discurso urbanístico, são, na prática, freqüentemente relegados a segundo plano. Do ponto de vista da planificação técnica do espaço, ele demonstrou, veementemente, que os rumos da cidade desenham-se melhor com ações do que por meio de planos e projetos feitos a lápis ou tinta. No campo da política, insistiu no reconhecimento dos direitos daqueles que não têm voz. Sua obra revela com nitidez que as cidades caminham aceleradamente para fazer funcionar tão-somente a economia. No entanto, só há um ponto de vista que vale a pena insistir na construção de um projeto de cidades: o do homem. Homens e mulheres que vivem na cidade.

Traduzir o projeto urbano que o professor Milton Santos tinha em mente não é fácil. Sintetizar seu pensamento, mais difícil ainda. E não pelo rigor científico do raciocínio, mas por esta razão: a sua irredutibilidade contra tudo que não fosse socialmente justo e moralmente aceitável. Enfim, falar da obra de um pensador de sua estatura moral, ética e científica é tarefa arriscada. Ao desafio, portanto.

A essência do trabalho de Milton Santos está no conceito fundamental de espaço, que lapidou cuidadosamente ao longo da vida para adquirir sua expressão mais perfeita, em 1996, na obra *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*.³ A inteireza de seu entendimento sobre essa dimensão da existência social ajuda esclarecer a sua posição diante de um espaço formidável: o das cidades. Isto é, como olhava o espaço dos homens, o que vinha pensando a respeito do destino das cidades e que possibilidades políticas vislumbrava para direcioná-las adiante. Recorria a São Tomás de Aquino para lembrar que o passado é memória, o presente, intuição, e o futuro, esperança. Tinha um projeto de sociedade e, por isso, um projeto de cidade.

Milton Santos era um homem brasileiro. Ou melhor, um homem do Brasil, um brasileiro, um brasileiro. Para ele, cai melhor assim. Brasileiro designa mais uma profissão do que propriamente nacionalidade, a raiz de onde se nasce, a

nação verdadeira. Pois bem, Milton Santos, homem do Brasil, era formado em direito, mas, ainda estudante, ensinava geografia. Nasceu de uma família de professores primários. Talvez por isso e por sua formação jurídica percebeu que a origem das desigualdades estava no próprio espaço: na forma como as pessoas viviam, trabalhavam, produziam e se reproduziam. E entre as ciências humanas, a geografia é a disciplina que melhor compreende o lugar onde os homens vivem. Também, talvez por isso, seus primeiros livros mergulharam profundamente na

realidade de sua terra natal: a Bahia.⁴ Milton Santos era baiano, um digno representante da cultura baiana. Sua maneira aguda de ver o mundo levou-o a interpretar o fenômeno espacial tão densamente que não só contribuiu para explicá-lo em funcionamento; acabou revolucionando o próprio método geográfico.⁵ Detalhe: seu principal alvo não teria sido a geografia, mas, sim, compreender o espaço humano. É uma interpretação possível de sua obra. A geografia lhe oferecia as ferramentas analíticas adequadas para a empreitada. Tanto que



Vista da avenida Rio Branco, Centro do Rio de Janeiro. Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

a influência de seu trabalho transcende as fronteiras da geografia e inunda outras áreas do conhecimento humanístico e as artes. Também é referência na saúde pública, na educação, atingindo o homem comum que percebe, em suas preocupações teóricas refinadas, elegantes e precisas, seu amor à humanidade. Daí a universalidade do pensamento *miltoniano*: preocupação constante com o espaço do homem.

Que a produção intelectual do professor Milton Santos seja essencial para contar a história do pensamento geográfico, não dá para questionar. O que não ficou suficientemente reconhecida é a importância de seu trabalho para a planificação.

Crítico ardoroso dessa “técnica de controle social”,⁶ contribuiu para fazê-la avançar menos dogmática. Um livro, em particular, transformou a visão que se tinha do planejamento urbano e regional neste país na época em que foi lançado: *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*.⁷ Pode-se até mesmo dizer que foi texto instaurador na área da planificação, inaugurando outras possibilidades teóricas e práticas de pensar o espaço das cidades e das regiões do Terceiro Mundo. Nesse livro, e mais em outro,⁸ o professor Milton Santos esclareceu que as práticas de planejamento urbano e regional, tão em moda na década de



Fotografia de capa da primeira edição de *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, obra de Milton Santos.

1960, nada mais fizeram que manter desigualdades socioespaciais que no discurso alardeavam combater. A simplificação da realidade dos países pobres aos moldes do planejamento gerado no Primeiro Mundo semeava disparidades. Nosso espaço não é tão homogêneo. No mesmo lugar convivem ricos e pobres, cada qual fazendo girar a economia urbana à sua maneira, em circuitos diferentes, gerando espaços que convivem lado a lado, mas divididos por barreiras praticamente intransponíveis, por muros altos e grossos, estruturados pela história social. O planejamento consistia em peça ideológica deliberadamente favorável apenas àqueles que se beneficiavam com a manutenção do *status quo*. E hoje não é muito diferente. O planejamento não é remédio para a pobreza. É uma técnica, não uma política.

Assim, junto com outros textos não menos importantes que produziu nas décadas de 1970 e 1980,⁹ revolucionou o modo de pensar a economia e a sociedade, lançando pistas ainda atuais para fundar novo projeto espacial.

Conseqüentemente, a contribuição no campo da geografia foi desdobramento natural de sua peculiar maneira de ver e interpretar o espaço dos homens. E mais. Aquelas preocupações teóricas fluíam de um intelectual autêntico, ativo na ação política. Seu discernimento teórico nascia da não condescendência radical a tudo que se antepusesse à idéia de que o futuro pertence à maioria, como gostava de dizer, citando Karl Marx. Daí a clare-

za de sua teoria, a força de suas palavras e o vigor de suas propostas. O intelectual, dizia, não pode prender-se a nada, a não ser às próprias convicções. E deve ter coragem para dizer o que pensa. Essa é a sua função social. A teoria está indissolúvelmente relacionada à práxis, ao plano da existência social de homens políticos. Ousando interpretar uma personalidade complexa como a dele, tal posicionamento inflexível conduziu uma forma original de ver o mundo e construiu um método.

Não admitia divisões, fragmentações. Perseguia a totalidade, a incomensurável teia de causas e conseqüências que dão a cada lugar do espaço, e a cada momento do tempo histórico, um sentido, um significado que atribui aos lugares papéis únicos com os quais colaboram para o funcionamento do mundo.

Disso não abria mão. Por mais inalcançável que fosse a tarefa, era uma meta a ser perseguida com o rigor do método e com trabalho incansável. Descanso, dizia, só o eterno. Para ele, o espaço, e qualquer lugar dele, só era possível de ser explicado pelo todo, ou pelo tudo que contém. Daí a enorme colaboração no campo da teoria espacial, que o levou a compor definições de efeito analítico inquestionável. O espaço é as pessoas e suas coisas. É a sociedade se distribuindo. É a paisagem que vemos junto com a sociedade que a anima, com suas histórias, culturas e modos de vida.

É também a economia, no sentido amplo da palavra, e não restrita a sinônimo do universo das finanças, porém vinculada à produção material e à imaterial da sociedade em plena atividade da existência política. Também o espaço se expressa por meio dos fixos: de tudo que está imobilizado na natureza natural ou na transformada. E dos fluxos: de pessoas, de capital e de informações. Por isso, o espaço pode ser compreendido por intermédio dos objetos – tudo que pode ser visto – e pelas ações que possibilitam. Espaço também é sistema. De ações e de objetos.

A profundidade e o alcance de suas formulações teóricas estão por ser explorados. E ainda há muito por fazer na construção do espaço capaz de unir homens em vez de separá-los. Para ele, o espaço não poderia ser tratado como mero depósito de coisas, como substrato pronto a receber passivamente objetos projetados. Ao contrário, é ativo, e reage contra o que não lhe interpreta corretamente a natureza social e histórica, técnica e política. Por exemplo, refuncionalizando-se, adequando-se ao uso social concreto.

O professor Milton Santos firmou aliança indissociável entre teoria e as perspectivas libertárias e transformadoras do espaço humano. Foi sobre isso que se debruçou ultimamente.¹⁰

Nas últimas palestras que fez a respeito do destino das cidades, deixou explícita a convicção de que é possível a constru-

ção de espaços urbanos solidários e comprometidos com o bem-estar de todos. Foi em Brasília, setembro de 2000, em reunião internacional do DOCOMOMO.¹¹ Disse, então, acreditar que o atual período histórico possibilita a construção de verdadeiras utopias. Utopias científicas. É “a primeira vez na história do homem, por conseguinte a primeira vez também na história do pensamento, em que o mundo se dá em todos os lugares na sua plenitude” de coisas e de relações. O mundo está no lugar, e o reflete, permitindo lidar com um discurso do futuro que se torna possível pela unicidade técnica do planeta. O espaço todo, finalmente em todas as suas dimensões – global, nacional, regional, local –, está presente, pela técnica, em quase todos os lugares. Isso permite identificar, experimentar e, porque não, reinventar os lugares sem risco de estarem em descompasso com os outros lugares e com o movimento do mundo. Basta disponibilizar o universo da técnica a serviço do projeto político nacional, voltado ao homem, à maioria da sociedade.

Nisto foi crítico ao afirmar que a política tende a ser “anti-republicana”, “anticidadã”, à medida que, nesse mundo tecnológico, a política vem se tornando tão “cientificizada e tecnicizada” quanto à técnica, “plena de artificiosidade, plena de intencionalidade, fortemente sistêmica e invasora”... a serviço das empresas. A política, como arte de conduzir a sociedade, rendeu-se, transfigurou-se em técnica de fascinação das mai-

orias, a favor de projetos políticos dos agentes hegemônicos da globalização. Nesse cenário, o urbanismo tende a ser controlado pelas empresas, ele dizia. “As empresas governam mais que os governos”. É por isso que a competitividade manifestada pelas grandes empresas migra para o desenho das cidades, para torná-las, também, igualmente competitivas. E, conseqüentemente, ainda mais divididas. É a “concorrência exercida sem compaixão”, mas entre lugares. É a “guerra dos lugares”.¹²

E o problema é que esse comportamento poderá marcar o futuro do urbanismo se o sistema político vigente continuar. Como as empresas, a cidade deve fluir a

qualquer custo. Basta verificar o papel central que órgãos técnico-operacionais desempenham no planejamento viário das cidades, como a Companhia de Engenharia de Tráfego, em São Paulo. Ela é quem faz o planejamento urbano da cidade. O discurso técnico viabiliza a *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*.¹³ Nela, os benefícios urbanos são mais e mais privatizados. Já os custos e prejuízos da urbanização, socializados.

Se o atual sistema político continuar, para garantir a fluidez das empresas, há que se alcançar a “fluidez potencial” das cidades, “do espaço urbano e do espaço em geral”. Impõe-se, como nunca, a ne-



Privatização do espaço público. Igreja na avenida Nazaré, no bairro do Ipiranga, São Paulo.

cessidade de modernização da cidade, o que os urbanistas chamam de renovação urbana. Só que essa “necessidade de explosão do novo”, como dizia, traz, por conseqüência, o “envelhecimento da cidade”. “A renovação de parte da cidade envelhece todo o resto” – “resto que não é alvo do urbanismo renovador, que se distancia da vida econômica, que é menos eficaz que aquela parcela enriquecida pelas grandes empresas”. A esse processo chamou de “envelhecimento precoce”, prematuro, da cidade.

A tecnificação da política, da política urbana e, conseqüentemente, do urbanismo, faz da renovação urbana um “instrumento de envelhecimento da cidade como um todo”. Conduz ao “agravamento dos contrastes, das diferenças de valor”. Promove “crescimento urbano mais conflitivo e sem controle social”. O urbanismo renovador, conclui, “produz mais problemas do que resolve”.

O que a verdadeira política urbana reclama é a atenção que devota aos moradores da cidade. É a perspicácia e o discernimento que deve ter para com o recrudescimento acelerado da crise urbana, que, no caso das metrópoles brasileiras, é movida pela pressão demográfica. Pelo poder do número. Pela gigantesca expressão numérica da maioria da população vivendo em cidades. E de suas condições de vida. De seu direito ao futuro.

Os grandes projetos que se intitulam motores de desenvolvimento – que ainda

pressupõem que “as coisas podem comandar a política” –, pois então, tais motores, projetos alavancadores, só o são para parte da cidade, e para uma parcela da população. O que a política urbana deve atentar é que o motor da crise urbana é a pobreza estrutural. “O campo se moderniza expulsando pobres” e a cidade os abrigam. Ela, em si, é “uma fábrica de pobres”. Torna-se “depósito de pobres”. A cidade “é o único lugar susceptível de fornecer atividades aos pobres”. São conclusões do professor Milton Santos. Ora, não é a isso que devem mover o olhar e a atenção política?

Nunca os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos ficaram tão explícitos. Nos semáforos, por exemplo. No movimento organizado dos pobres rurais e urbanos. A grande questão é que os circuitos excluem-se mutuamente, ao mesmo tempo em que se complementam. A arte política está no equacionamento do dilema, mas que só tem uma solução verdadeira, moral: o compromisso com a maioria. Historicamente, a divisão da cidade é também retrato da divisão das pessoas e do papel que desempenham no processo geral de produção e reprodução da economia. Cada um mora onde pode pagar, e paga de acordo com o que recebe por seu trabalho. A regra é simples, ao menos para os cidadãos que trabalham. Só que, hoje, o projeto da globalização, para realizar-se nos lugares, para se completar nos lugares, os fragmentam. Dividem-nos mais ainda e, freqüentemente, com prin-

cípios de racionalidade exógena, com racionalidades estranhas aos lugares e às pessoas que neles vivem.

Trata-se de uma fragmentação precipitada, aparentemente irreversível, inexorável, e tanto mais perversa quanto forem significativos valores culturais autênticos e enraizadores.

São Paulo foi cidade dotada de belos espaços públicos referenciais, hoje desaparecidos, extintos. Ou, por outra, substituídos pela sanha do sistema viário... esse “devorador de espaços”, para utilizar a expressão de Lewis Mumford, um historiador das cidades.¹⁴ Assim a cida-

de não produz cidadãos. Melhor dizendo, uma cidade assim não pode produzir cidadãos completos, que se formam apenas no cotidiano, na lida diária com um espaço urbano à altura da dignidade humana. Quando isso acontece, o sentimento de cidadania se apequena, e esse cidadão imagina-se completo porque pode reivindicar serviços urbanos: transporte, educação, saúde, habitação etc. Estabelece com sua municipalidade, com o governo, uma mera relação de consumo, de consumidor de serviços públicos urbanos,¹⁵ deixando de lado aspirações mais dignas, sonhos mais amplos, mesmo porque nem tem experiência vivencial



Invasão da privacidade. Edifícios de apartamentos no bairro de Jardim América, São Paulo.

para sequer formulá-los.

Fala-se muito da pouca eficácia das utopias, mas, utopia mesmo, é ficar duas, três, quatro horas em um ônibus. Utopia que se realizou graças à substituição de espaços humanos por espaços construídos para fazer funcionar as finanças das empresas, dos agentes hegemônicos da economia cada vez mais globalizada. Enfim, a vida em cidade só pode ser garantida pela política. Ela, sim, constrói cidadãos. Nessa direção, e recordando outras lições do professor Milton Santos, devemos voltar a tempos morais, para abolir o espaço sem cidadãos, para deixar o espaço e cidadãos fragmentados como coisas do passado.

O que dizer, como ele, das “mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente sem a menor consideração pelas pessoas?”¹⁶ Essas interferências exemplificam o tipo de constrangimento que mina, aos poucos, o sentimento de cidadania. A política da cidade, a lei dominante é, via de regra, a regida pelo processo produtivo. E ela ofende, expulsa e desenraiza as pessoas, dizia ele.¹⁷ Infelizmente, ainda, a lei dominante não é a lei que assegura o direito à cidade. Nem ao menos é a lei que garante o “direito ao entorno”,¹⁸ o simples direito do cidadão reconhecer-se abrigado no lugar em que vive e poder interagir com os processos de reorganização espacial que venham a afetar diretamente o seu modo de vida. A ecologia – que sustenta o discurso da sustentabilidade

– não dá lugar à “ecologia abrangente” capaz de alcançar os “problemas em suas raízes”.¹⁹ O problema, dizia ele, é o modelo produtivo que, “por definição, é desrespeitador dos valores desde os dons da natureza até a vida dos homens”.²⁰ E o direito aos espaços públicos, hoje privatizados e segregadores de cidadãos conforme seus bolsos? E o direito às montanhas, às praias, às calçadas, hoje impunemente privatizados? O lazer se torna pago.²¹ E o direito à privacidade?²² O que dizer dos edifícios de apartamentos que se invadem uns aos outros? Nos habitamos “à feiúra e ao abuso”.²³ E a poluição, que já está incorporada aos nossos espaços urbanos?²⁴ É um problema de saúde pública que nos satisfazemos em resolver informando pelo rádio, ou pelas placas nas ruas, que as condições atmosféricas do ar são absurdamente consideradas normais, quando favoráveis à dispersão de poluentes.

A sua conclusão é que o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido materialmente, socialmente, politicamente, culturalmente e moralmente. O cidadão é impotente. O espaço em que vivemos mostra, na prática, que vivemos um espaço sem cidadãos.²⁵

Portanto, no campo da ação política, da vida ativa, só nos resta ouvir a voz dos lugares, das áreas de identidade que reproduzem o cotidiano da prática social. Milton Santos costumava dizer que o século XXI será o século do direito e das ciências humanas. Preconizava, ainda,

que o atual período técnico-científico-informacional será sucedido pelo período popular da história, um tempo em que só a ação coletiva poderá ter êxito. A cultura popular é o fundamento desse novo período. Haverá espaço para nossa “flexibilidade tropical”, isto é, o nosso jeito de apropriar as técnicas e utilizá-las segundo nosso proveito. Os lugares ganharão força como “espaços do acontecer solidário”. O território não mais seria uma figura político-administrativa, definida por fronteiras e mapas, mas instância ativa da sociedade. O território usado, o território abrigo, o território de todos, o território normado, o território de todos brasileiros para uso extensivo dos cidadãos. O projeto é esse. Uma utopia científica possível com a elevação da política ao plano da existência social e

com as maravilhas da universalidade das técnicas. A cidade pode ser, se quisermos, um espaço de resistência, uma territorialidade organizada, que não implica fechamento para o mundo, mas de filtro para aquilo que não nos interessa participar e que nos prejudica.

Já estamos a caminho. Promover formas locais de organização e de desenvolvimento social traduzem a rota. Os planos e projetos que forem gerados nessa direção certamente colaborarão para fincar princípios políticos que garantirão o território usado por todos nós. As iniciativas locais nascerão no curso do período popular da história. À frente, não viveremos mais em pedaços, como pedaços, mas inteiros em cidades inteiras. Será prova de que Milton Santos, homem inteiro, cidadão brasileiro inteiro, vive. Ao trabalho, portanto.



N O T A S

1. Milton Santos, *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1982, p. 26.
2. Texto elaborado a partir de palestra proferida por ocasião do lançamento do Prêmio Milton Santos, na Câmara Municipal de São Paulo, em 25 de junho de 2003.
3. Publicado pela editora Hucitec, de São Paulo.
4. Milton Santos, *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1948; *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, 1955; *Estudos de geografia da Bahia* (em colaboração com J. Tricart e outros), Salvador, Livraria Progresso Editora, 1958; *A rede urbana do Recôncavo*, Salvador, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia/Imprensa Oficial da Bahia, 1959; *O centro da cidade de Salvador*, Salvador, Universidade Federal da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1959.
5. Milton Santos, *Por uma geografia nova*, São Paulo, EDUSP/Hucitec, 1978.
6. Karl Mannheim, *Man and society in an age of reconstruction*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1940, apud Luiz Pereira, *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*, 3. ed., São Paulo, Pioneira, 1970, p.14.
7. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1979. (Coleção Ciências Sociais).
8. Milton Santos, *Economia espacial: críticas e alternativas*, São Paulo, Hucitec, 1978.
9. Milton Santos, *Espaço e sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1979; *A urbanização desigual*, Petrópolis, Vozes, 1980; *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1982.
10. Milton Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, São Paulo, Record, 2000.
11. Documentation and Conservation of the Modern Moviment.
12. Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1996, p. 197-198.
13. Milton Santos, *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, São Paulo, Nobel, 1990.
14. Lewis Mumford, *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*,. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1982.
15. Milton Santos, *O espaço do cidadão*,. São Paulo, Nobel, 1987, p. 40. (Coleção Espaços).
16. ibidem, p. 47.
17. idem.
18. idem.
19. idem.
20. idem.
21. ibidem, p. 48.
22. idem.
23. idem.
24. idem.
25. ibidem, p. 43-48.

Gislene Pereira

Professora doutora do Departamento
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.

Yara Vicentini

Professora doutora, com doutorado em
Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná.

Tendências do Urbanismo Contemporâneo O Estatuto da Cidade

O artigo discute, para o período pós anos de 1960, a impossibilidade de reprodução de modelos urbanísticos universais, apresentando a amplitude e a diversidade das novas tendências, no

âmbito do entendimento e teorização do urbanismo contemporâneo. Particulariza a discussão que se trava no Brasil, destacando a análise do novo instrumento de reforma urbana – o Estatuto da Cidade – que introduziu, a partir de 2001, novas relações no campo do direito urbanístico e na defesa da justiça social no uso da terra urbana.

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo, legislação urbana.



This paper discusses, for the period pos-sixties, the impossibility of universal urban models reproduction, presenting the width and the diversity of the new tendencies, in the ambit of the contemporary urbanization. It particularizes the discussion that is joined in Brazil, detaching the analysis of the new instrument of urban reform – the City Statute – that introduced, starting from 2001, new relationships in the field of the urban law and in the defense of the social justice in the use of urban land.

Keywords: contemporary urbanism, urban law.

O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO SOBRE A CIDADE

As discussões contemporâneas sobre o urbanismo enfatizam as transformações recentes relativas ao significado, caráter e à forma da cidade. Assiste-se a uma transformação no pensamento e nas formulações sobre a configuração das cidades, decor-

rente das modificações na divisão técnica do trabalho e na divisão internacional da produção. Os novos sistemas produtivos modificam as relações técnicas do trabalho, introduzindo a automação e os sistemas flexíveis na indústria. Essas alterações, ainda que incipientes em alguns países, expressam-se na organização social e na configuração das cidades.

Nos meios acadêmicos e profissionais, verifica-se, paulatinamente, o abandono da “ideologia do plano”, modelo universal de um urbanismo racionalista. De outra forma, perde-se a noção de corpo social, de utopia e de vanguarda, como vêm apontando discussões recentes sobre esses conceitos.

A impossibilidade de reprodução de modelos urbanísticos universais constrói a possibilidade de abordagens mais aprofundadas sobre novas tendências contemporâneas, na sua relativização e diversidade. A cidade passa a ser interiorizada, no contexto de uma multinacionalização da produção social e econômica. A diferenciação cidade/campo, antagonismo latente da sociedade capitalista industrial, dilui-se, não sendo mais espacialmente reconhecida.

A emergência das novas condições de organização da economia mundial favoreceu a formulação de grandes reformas urbanas que, como as do século XIX, enfrentam a questão da transformação da cidade. Essa necessidade de mudança vem sendo balizada por uma economia mundial informatizada e pela reestruturação das políticas urbanas em países de Primeiro Mundo e, mais recentemente, na América Latina.¹ Para tal, acorda-se o entendimento sobre a mundialização de uma economia informatizada, com referência a um redimensionamento profundo da sociedade.

O fim das fronteiras nos países de cultu-

ra ocidental, pensava-se, poderia constituir uma cultura supranacional e assimilar as diferentes etnias que, a partir das políticas migratórias de décadas anteriores, haviam se instalado nas maiores cidades européias. Estas se constituíram em centros nodais para o mundo, transformando-se em pontos de atração e ilhas de desenvolvimento, cultura, ciência e civilidade. No entanto, o desdobramento perverso da economia mundializada impôs a exclusão de parcela significativa da população da economia formal, revertendo expectativas de reprodução de um modelo de bem-estar² e, conseqüentemente, colocando a nu a heterogeneidade cultural.

As grandes cidades européias internalizaram-se, fragmentando-se em espaços demarcados pela diversidade de situações. A construção de imagens da cidade – a especialização e seus atrativos –, na busca de uma identidade junto ao contexto econômico mundial, associa-se à idéia de formulação de uma imagem positiva, em contraposição a cidades com imagens negativas derivadas de conflitos étnicos e sociais.

Na América do Norte define-se o espelho da diversidade e do contraste na expressão de transformações urbanas pautadas na tradição americana do não-lugar, das cidades sem centros e dominadas pelos grandes eixos viários, até a exacerbação dos guetos étnicos ou das extensas áreas horizontalizadas para expansão de subúrbios, expressando, em alguns ca-

sos, a delimitação das novas muralhas contemporâneas.

As grandes metrópoles latino-americanas caracterizam-se por extensos espaços de segregação e políticas urbanas discriminatórias; espaços fragmentados e desqualificados perante o olhar perplexo de seus planejadores.

Certamente, esses não foram os pressupostos da discussão de tendências em urbanismo, iniciada na década de 1960, a que se referiam Montaner³ e Frampton.⁴ Pressupostos esses que discorriam sobre a necessidade da volta ao

espírito do lugar e da reconquista do espaço público na cidade, e a partir dos quais críticos, populistas, contextualistas e historicistas se tornavam unânimes na afirmação da fragmentação do espaço urbano. Essa discussão merece ser enfatizada, lembrando que a fragmentação da cidade coloca-se na mesma direção do novo paradigma tecnológico contemporâneo, ou seja, a possibilidade de internalização da economia aos limites da cidade, em espaços contidos ou segregados, aceitando a exclusão econômica de parcela da população, nas franjas das áreas equipadas.⁵



Área de recuperação urbana no conjunto histórico do Pelourinho, Salvador. Fonte: Projeto de pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, 2000.

A SUPERACÃO DO PLANO

A superação do esquematismo da produção da cidade do movimento moderno implica o resgate da tradição e da evolução histórica da arquitetura e do urbanismo. Se aceita a recolocação da idéia de cidade, ante o que se considera o indiscutível fracasso da urbanística racionalista, com sua separação de funções e o entendimento da criação\renovação de cidades a partir da aplicação de princípios cartesianos.

O plano, como idealização social, esteve alinhado às teorias urbanísticas conhecidas como urbanismo moderno internacional ou racionalismo e que foram definidas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMS), desenvolvidos de 1928 a 1956, como explanam Frampton⁶ e Torres.⁷ Esses congressos constituíram um movimento europeu animado por Le Corbusier (1887-1965) que culminou, na década de 1930, com a exposição codificada de seus princípios na Carta de Atenas, cujas versões foram publicadas em 1932, 1941 e assim sucessivamente. Mas somente após o término da Segunda Guerra Mundial essas propostas teóricas puderam ser colocadas em prática, em função da construção de novas cidades que seguiram seus princípios, tais como Chandighar e Brasília. Por outro lado, as idealizações dos CIAMS também propunham: a) uma atuação em ações localizadas de remodelação dos centros urbanos e na forma de grandes conjuntos residenciais;

b) uma ação lenta de transformação do tecido urbano por meio de planos reguladores e códigos de edificação, conjunto de interpretações teóricas da cidade moderna, que foram adotados em diferentes contextos.

O núcleo básico da teoria dos CIAMS colocava um modelo analítico de abordagem urbanística baseado em uma categorização rígida das funções urbanas, com a separação de cada uma delas em seu domínio territorial, o zoneamento. Ao final da década de 1920 até o início da de 1940, a aplicação desses princípios a casos urbanos concretos circunscreveu-se à realização de um conjunto de planos reguladores, mais como princípios teóricos de propostas do que de intervenções urbanas efetivadas. Nesse sentido, podemos nomear os planos para Paris (1922, 1925, 1936), São Paulo (1929), Rio de Janeiro (1929, 1936), Buenos Aires (1929, 1938), Argel (1930, 1942), Barcelona (1932), Estocolmo (1933), entre outros.

Os planos diretores, que são posteriormente concebidos, no período do pós-guerra, são produções de natureza diferenciada, realizados em um contexto de administrações municipais, cuja prática paulatinamente os afasta da teoria dos CIAMS. Essa prática urbanística herda metodologicamente os princípios racionalistas dos CIAMS, adotando etapas de interpretação do espaço urbano definidas como análise, diagnóstico, proposições e aplicações, como também a

crença nas virtudes do zoneamento, com a separação das funções urbanas e o pressuposto de que estas se estruturam conforme um modelo hierárquico no espaço, conduzindo, inexoravelmente, as teorias urbanas a um pragmatismo.

A partir da década de 1980, o quadro de discussão modifica-se, perdendo primazia a abordagem das cidades metropolitanas e seu papel articulador de uma rede de cidades. Assiste-se a um desmonte das instituições metropolitanas e ao desenvolvimento de grandes empreendimentos urbanos que se constituem planos de intervenções pontuais de grande impacto sobre a imagem urbana, em uma perspectiva formal e simbólica, que vem sendo denominado de plano estratégico.

Segundo Harvey,⁸ a partir de então cessam os esforços para o desenvolvimento de modelos de planos urbanos oriundos das matrizes modernistas, substituídos pela adoção de estratégias pluralistas e orgânicas na abordagem do desenvolvimento urbano, como uma colagem de espaços e misturas formais. Substituindo os planos baseados no zoneamento funcional de diferentes atividades, tornam-se importantes os temas específicos do lugar.

Castells e Borja⁹ apresentam argumentos que expõem os parâmetros do plano estratégico, em que as cidades são analisadas como atores políticos e sociais complexos. Inseridas no processo de globalização, atuam no sentido de pro-

moção de acordos e associações, como núcleo central de articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as instâncias do Estado.

O entendimento dessas novas tendências do pensamento sobre a cidade representa ponto inicial de debate para a intervenção política nas cidades. As propostas globalizantes, decorrentes das idéias resultantes e remanescentes do urbanismo modernista, não têm mais espaço para implementação. A realidade urbana é caracterizada, hoje, pela emergência de novos problemas, relacionados à formação de territórios segregados espacialmente e socialmente dentro da malha da cidade. As estatísticas que reforçam essa realidade se acirraram no decorrer dos anos noventa, com as novas e sucessivas ocupações irregulares que caracterizam a dinâmica urbana no Brasil.

A Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos urbanos, Habitat II, realizada em 1996, em Istambul, deu destaque a essa discussão, demonstrando que 70% dos assentamentos urbanos no mundo são ilegais, não respeitando os planos urbanos e seus zoneamentos de uso e ocupação do solo. Ao revés, a discussão sobre a intervenção nas cidades alinha-se aos propósitos da Agenda Habitat,¹⁰ que premiou projetos caracterizados por intervenções localizadas, democraticamente discutidas e implementadas juntamente com a população, gerando soluções de saneamento básico e novas condições de

habitabilidade e emprego para a população envolvida.

Enfim, diante dessas constatações, é enfática a necessidade da reciclagem política dos pensadores da cidade, para a compreensão de que os paradigmas atuais recolocam as discussões sobre a habitação social, recursos hídricos, saneamento básico e transporte coletivo em agendas de parcerias com a comunidade, universidades, setores privados da economia e associações civis nacionais e internacionais.

O ESTATUTO DA CIDADE

No Brasil, o processo de reorganização da economia mundial, em período recente, teve como consequência direta o recuo dos investimentos públicos no espaço das cidades, associado a uma pressão pela privatização de empresas públicas de prestação de serviços urbanos e à ausência de propostas concretas para o enfrentamento dos problemas sociais derivados do incremento dos níveis de pobreza, especialmente da pobreza urbana.

Nesse contexto, o agravamento dos problemas urbanos passou a ocupar um maior espaço de discussão, tanto no meio acadêmico como nas instâncias responsáveis pela formulação de políticas públicas, o que veio a pressionar o poder público por ações imediatas. Aliado a esse quadro, o processo de reconstrução da ordem democrática no país, inici-

ado na década de 1980, traduziu-se pela demanda por participação da população na formulação das políticas urbanas locais. Foi esse contexto nacional que favoreceu a concepção de uma lei voltada especificamente para a temática urbana: a lei federal n. 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade foi aprovado em julho de 2001, após um período de onze anos durante o qual o texto da lei esteve tramitando nas instâncias competentes. As dificuldades para aprovação de uma lei nacional sobre desenvolvimento urbano – 11 anos de tramitação – estão relacionadas com o impacto sobre o mercado imobiliário de alguns instrumentos nela previstos e explicitam os conflitos de interesses presentes na dinâmica da estruturação urbana. Para fazer cumprir a função social da cidade, a propriedade imobiliária deverá estar subordinada ao interesse coletivo, o que implica um maior controle sobre a ocupação dos imóveis urbanos, tradicionalmente utilizados com fins especulativos.

Ao regulamentar o cumprimento da função da propriedade, o Estatuto da Cidade assume o caráter de reforma urbana, capaz de, efetivamente, interferir nos elementos geradores do espaço excludente que caracteriza as cidades no Brasil. Ao exigir a aplicação de normas de controle sobre o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, torna-se a primeira lei a questionar o exercício do direito individual frente às necessida-

des sociais. Conforme coloca Isabel Oliveira, “alcança-se, com este importante princípio, novo patamar no campo do direito coletivo, introduzindo a justiça social no uso das propriedades, em especial no uso das propriedades urbanas. É o Estado, na sua esfera municipal, que deverá indicar a função social da propriedade e da cidade, buscando o necessário equilíbrio entre os interesses público e privado no território urbano”.¹¹

Outro princípio, que reforça o caráter de reforma desta nova lei, é a relevância dada à gestão democrática, garantindo-se a participação da população nas decisões de interesse público, inclusive na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. A nova lei

normatiza a obrigatoriedade da participação popular nas decisões da administração pública; essa participação deixa de ser facultativa para ser norma obrigatória.

A justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização é outro importante princípio contido no Estatuto da Cidade. Com esse princípio, como bem coloca Oliveira, “busca-se a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público, superando a situação atual, com concentração e investimentos em determinadas áreas da cidade, enquanto sobre outras recaem apenas os ônus”.¹²

As inovações apresentadas pelo Estatuto



Invasão urbana na cidade industrial do município de Curitiba. Fonte: Projeto de pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, 2003.

da Cidade podem ser caracterizadas por atuarem em três campos: 1) instrumentos de natureza urbanística, voltados para o controle do uso do solo; 2) possibilidades de regularização fundiária das posses urbanas e 3) estratégia de gestão urbana que incorpora a participação direta dos cidadãos.¹³

Em relação ao primeiro campo, o Estatuto propõe instrumentos urbanísticos que, reconhecendo os efeitos da regulação urbana sobre a lógica do mercado imobiliário, visam coibir a retenção especulativa de terrenos e separam o direito de propriedade do direito de construção, definido por legislação urbana específica. A utilização desse conjunto de instrumentos pode significar uma intervenção efetiva na estruturação da cidade, orientando a ocupação para áreas melhor servidas por infra-estrutura e ainda pouco densificadas, o que reduziria a pressão sobre áreas periféricas e/ou ambientalmente frágeis. Além disso, a atuação sobre o mercado imobiliário teria um efeito de distribuição equitativa dos benefícios e ônus da urbanização, a qual, até agora, tem favorecido a população com maior renda e localizada nas melhores áreas da cidade.

Ao abordar o segundo item – regularização fundiária –, o Estatuto avança ao propor mecanismos que facilitam o acesso ao título de propriedade ou posse da terra para uma grande parcela da população residente em assentamentos ilegais, geralmente nas periferias urbanas.

O terceiro campo diz respeito à obrigatoriedade da prática da discussão democrática nos momentos de tomada de decisões que interfiram no território da cidade. Sem dúvida, essa obrigação inovadora irá estabelecer novos rumos para a gestão das cidades, uma vez que significa a ampliação do espaço da cidadania no processo de tomada de decisões.

O Estatuto da Cidade estabelece, também, como instrumentos de política urbana os planos de desenvolvimento nacionais, regionais e estaduais e o planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como o planejamento municipal.

PERSPECTIVAS DA NOVA LEGISLAÇÃO

O marco legal no qual se configura o Estatuto da Cidade é bastante inovador, abordando aspectos da gestão urbana não contemplados em nenhuma legislação anterior.

Embora seja evidente que a lei, sozinha, não pode resolver todos os problemas de nossas cidades, o Estatuto abre possibilidades de intervenção concreta sobre o quadro de exclusão social que caracteriza as cidades brasileiras, oferecendo aos municípios um conjunto de instrumentos, além de uma concepção de planejamento e gestão urbana participativos, que viabilizam a operacionalização do princípio constitucional da função social da propriedade urbana.

Tendo em vista o pouco tempo de aprovação da lei, sua aplicação efetiva certa-

mente ainda irá suscitar muitas dúvidas, o que, entretanto, não deve servir para desmerecer seu papel inovador como instrumento de reforma urbana, esta entendida como distribuição eqüitativa dos benefícios e ônus da urbanização. A partir do cumprimento do Estatuto da Cidade, recupera-se, conforme coloca Falcowski, o objetivo das políticas públicas e do planejamento de “criar instrumentos mais dinâmicos que viabilizem ações e decisões de seus agentes para obtenção de uma estrutura urbana equilibrada dentro do princípio de justiça, eqüidade e qualidade socioespacial e ambiental”.¹⁴

O Estatuto da Cidade, tendo em vista sua aprovação recente, tem gerado dúvidas por parte das administrações municipais, Poder Legislativo e entidades civis. E uma questão que se coloca é: por que o Estatuto desperta tanto interesse e provoca tantas discussões? Agora que esta lei está aprovada, depois de 11 anos de tramitação, quais os impactos decorrentes de sua implementação? O que o Estatuto da Cidade pode trazer de novo para a política urbana?

Para responder essas questões, é importante lembrar que o processo de produção da cidade no Brasil caracteriza-se pela segregação socioespacial: a população de maior renda vive nas melhores áreas, que são servidas de infra-estrutura e bem localizadas, e a classe de menor poder aquisitivo vive na periferia e, geralmente, de forma ilegal. Embora muitas admi-

nistrações municipais trabalhem com instrumentos legais e de planejamento, esse padrão de cidade excludente permanece. Diante desse quadro, caberia perguntar, portanto, para que serviria mais uma lei, se já existe um marco legal consistente, mas que tem se mostrado ineficiente para garantir a melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população.

Na verdade, a expectativa em relação ao Estatuto deve-se ao fato de que, até agora, o arcabouço legal utilizado para fins de planejamento urbano não tem interferido na questão da propriedade da terra e, por não entrar nessa questão, apresenta efeitos restritos. O Estatuto, por sua vez, atuando como instrumento da política urbana, estabelece limites para a propriedade do solo. A lei detalha e especifica as condições para o cumprimento da função social da propriedade, conforme determinado pela Constituição Federal, estabelecendo penalidades no caso de descumprimento dessa determinação. Com isso, o princípio da função social da propriedade ganha legalidade operativa.

Essa é a novidade do Estatuto da Cidade: os instrumentos nele contidos, isoladamente ou em conjunto, devem garantir o cumprimento da função social da propriedade; se for utilizado algum instrumento sem essa função, ele não estará cumprindo o que o Estatuto prevê. Dessa forma, a nova lei passa a interferir nas causas dos problemas urbanos e não somente sobre as conseqüências,

que é o que a legislação urbana tem feito até agora. Embora seja comum a prática da elaboração do plano diretor, da lei de zoneamento de uso do solo, ou mesmo a utilização de alguns instrumentos urbanísticos contidos no Estatuto, não se tem atuado de modo eficaz no controle da renda fundiária, base da especulação imobiliária. Com isso, a utilização desses instrumentos não tem efeito redistributivo, que é o objetivo estabelecido para eles pela Constituição e pelo Estatuto, tendo em vista a garantia da função social da cidade. Por isso, a implementação do Estatuto é de grande impacto: com ele, torna-se possível atuar sobre as regras do mercado de terras urbanas, controlando as possibilidades da especulação.

Outra grande inovação do Estatuto, e talvez a principal, uma vez que institui uma nova prática de gestão da cidade, é o papel atribuído à sociedade civil organizada. O Estatuto normatiza a obrigatoriedade da participação popular, estabelecendo-a como requisito para legitimação e legalização dos atos do Poder Público. O descumprimento dessa norma implica sanções ao administrador público, em uma perspectiva antes inexistente. A exigência da participação da sociedade no processo de gestão da cidade constitui, na verdade, a instituição de um espaço público, não estatal, de controle do exercício de Poder Público.¹⁵

A implementação dos instrumentos contidos no Estatuto deve fazer parte de uma

política urbana coordenada, com objetivos claros e um horizonte de tempo definido, evitando-se ações isoladas, que garantem melhorias apenas para parcelas do território da cidade.

Renato Cymbalista resume os principais resultados da aplicação do Estatuto da Cidade de forma bastante clara:

democratização do mercado de terras; adensamento das áreas mais centrais e melhor infra-estruturadas, reduzindo também a pressão pela ocupação das áreas mais longínquas e ambientalmente mais frágeis; regularização dos imensos territórios ilegais. Do ponto de vista político, os setores populares ganham muito, à medida que a urbanização adequada e legalizada dos assentamentos mais pobres passa a ser vista como um direito, e deixa de ser objeto de barganha política com vereadores e o Poder Executivo.¹⁶

De fato, se a efetivação de alguns desses resultados já seria suficiente para gerar transformações substantivas na realidade das cidades brasileiras, o conjunto dos resultados reforça a possibilidade dessa nova prática de gestão urbana conduzir a um desenvolvimento urbano mais equilibrado.

Conforme colocado anteriormente, o Estatuto sozinho não resolve todos os problemas de exclusão urbana. Mas se ele for divulgado e discutido, a demanda pela sua implementação poderá ser gerada

pela população, que terá embasamento legal para exigir da administração municipal o cumprimento da função social da cidade. Tendo em vista as penalidades estabelecidas pelo Estatuto caso essa função não seja cumprida, o que se pode admitir é que, ainda que não seja por uma intenção de reforma urbana, mas pelo temor à penalidade, haverá preocupação com a implementação do Estatuto da Cidade junto às administrações municipais.

Vale ressaltar, entretanto, que o pior caminho possível a ser trilhado na implementação do Estatuto é o do "legalismo". De fato, o mais inovador do Estatuto é sua capacidade de gerar movimentações e discussões sobre a função social da cidade, dando respaldo legal para que uma "reforma urbana" aconteça. Sem reconhecer esse papel da nova lei, tem-se verificado que muitas administrações municipais brasileiras vêm centrando suas ações na estruturação de um arcabouço jurídico que as proteja de ações judiciais. Ou seja, a necessária preocupação com o processo de implementação da lei, especialmente com a incorporação na gestão urbana dos princípios aí contidos, é muitas vezes substituída pela preocupação em montar encaminhamentos legais de resposta às demandas sociais geradas pelo Estatuto. Dessa forma, se desperdiça a oportunidade única, lançada pelo Estatuto, de se iniciar um processo de discussão com a sociedade sobre os rumos do desenvolvimento urbano. E, nesse caso, talvez

sirva de alerta uma colocação de Boaventura de Sousa Santos,¹⁷ que afirma que um dos problemas da modernidade é a hegemonia da racionalidade científica, que transforma problemas éticos e políticos em problemas técnicos; quando a técnica não resolve, os problemas éticos e políticos são transformados em problemas jurídicos. Infelizmente, muitas administrações municipais tendem a enfrentar o questionamento imposto pelo Estatuto da Cidade mediante essa racionalidade científica.

Diante do quadro de exclusão social que caracteriza as cidades brasileiras, em um contexto de privatização de serviços públicos e corte nos gastos sociais, uma reflexão sobre a essência do Estatuto da Cidade, que consiste na proposição de uma nova ordem urbana, redistributiva e incluyente, passa a ser tarefa imprescindível.

Entretanto, não se pode esquecer que o Estatuto é apenas uma lei e, por isso, pode ser encarada com ceticismo quanto à sua efetividade, tendo em vista o contraste entre a realidade urbana e o acervo legal já existente que aborda questões urbano-ambientais. Nesse caso, além de normatizar a responsabilização dos operadores políticos que não cumpram os princípios da lei, o papel que o Estatuto deve exercer, e que o diferencia de outras leis, é o de incentivo à retomada das discussões acerca da reforma urbana; sobre as bases e princípios

da função social da cidade. A aprovação do Estatuto da Cidade colocou nas mãos das administrações municipais um arcabouço legal que pode gerar uma mobilização voltada para a transformação social; essas administrações podem utilizá-lo ou não. Cabe à sociedade

de civil participar e exigir que não seja desperdiçada essa oportunidade, uma vez que esta nova lei abre uma perspectiva inovadora: a possibilidade da discussão democrática de um projeto de desenvolvimento urbano que promova a inclusão social.

N O T A S

1. Sobre a transformação das políticas públicas sociais ver Yara Vicentini e C. Rizek, *Neoliberalismo e políticas sociais compensatórias na América Latina*, ANPUR, maio 1995.
2. J. Habermas, A nova intransparência: a crise do Estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas, *Novos Estudos Cebrap, Dossiê Habermas*, São Paulo, n. 18, 1987.
3. J. Montaner, *Después del movimiento moderno*, Barcelona, GG, 1993.
4. K. Frampton, *História crítica de la arquitectura moderna*, Barcelona, GG, 1987.
5. Sobre o assunto ver Yara Vicentini, Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas, *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, MADE/UFPR, 2001.
6. K. Frampton, op. cit.
7. Horacio Torres, El origen interdisciplinario de los estudios urbanos, *Anais do Seminário Internacional, Vaquerías*, Argentina, out. 1996.
8. David Harvey, *Condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 1992.
9. M. Castells e Jordi Borja, As cidades como atores políticos, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 45, jul. 1996, p. 152-166.
10. Documento resultante da Conferência Habitat II, realizada em Instambul, Turquia, em 1996, sob responsabilidade da Organização das Nações Unidas.
11. Isabel C. Eiras Oliveira, *Estatuto da Cidade: para compreender...*, Rio de Janeiro, IBAM/DUMA, 2001, p. 8.
12. *ibidem*, p. 9.
13. Ver Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados; Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República; Caixa Econômica Federal e Instituto Polis, *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*, Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
14. Luiz A. N. Falcoski, O Estatuto da Cidade e o urbanismo, in R. Braga e P. F. Carvalho (orgs.), *Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania*, Rio Claro, Laboratório de Planejamento Municipal/Deplan/UNESP/IGCE, 2000, p. 75.
15. Ver G. Gonçalves e G. Pereira, Discutindo o Estatuto da Cidade, in Câmara de Vereadores de Curitiba, *Curitiba & Cidadania*, Curitiba, 2001.
16. Renato Cymbalista, Estatuto da Cidade, *Dicas – Desenvolvimento urbano*, n. 181. www.polis.org.br, acessado em 4/12/2001.
17. Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, 2000.

Leandro Medrano

Doutor pela FAU-USP.

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

Novas Estruturas Urbanas



O presente artigo aponta pela posição da arquitetura como instrumento de formação e delimitação das cidades, em específico as

novas urbanidades que surgem da expansão acelerada de seus limites. Cidade entendida na sua dimensão física, política, social, econômica e simbólica. O estudo busca uma aproximação com a questão pela estruturação de um percurso histórico/teórico, em que a utopia da cidade moderna declina; em contraponto, expõe-se a necessidade de novas formas de pensar o espaço citadino. Nessas formas, cujo conceito é a aceitação da formação de uma sociedade pós-industrial, prevalece a pluralidade e a multiplicidade. Para ilustrar os conceitos apresentados um projeto é

analisado: o do conjunto residencial Nexus Housing, em Fukuoka, Japão, do renomado arquiteto e urbanista holandês Rem Koolhaas.

Palavras-chave: arquitetura contemporânea, habitação coletiva, reurbanização.

The present article points for the position of the architecture as instrument of formation and delimitation of the cities, in specific the

new urbanities that appear of the speed up expansion of its limits. Understood city not only as a physical entity, but in its condition politics, social, economic and symbolic. The study looks an approach to the question for the estruturação of a historical passage/theoretician, where the utopia of the modern city declines and, as counterpoint, it is exposed necessity of new forms to think the space city dweller. In these forms, postmodern, postindustrial, it prevails the plurality and the multiplicity. To illustrate the presented concepts a project is analyzed: the residencial set Nexus Housing (in Fukuoka, Japan), of the famous architect and dutch city planner Rem Koolhaas.

Keywords: architecture contemporary; collective habitation; reurbanization.

Organizar espaços, sobretudo os que formam e delimitam as cidades, nos remete a uma tarefa das mais conflituosas e inconciliáveis da arquitetura. Tarefa que é tão precária quanto fundamental, tão sensível

quanto intolerante, tão duradoura quanto passageira. É fato: a cidade e sua organização são passíveis da representação dos mais diversificados conflitos do homem e, conseqüentemente, sujeitas às constantes transformações que seus atos

refletem na história. Desde sua consolidação como ação urbana propagadora e articuladora de fenômenos culturais e políticos e, ainda, substrato de suas transformações,¹ a cidade incorpora a capacidade de refletir, organizar e protagonizar os imperativos dominantes de um determinado período no tempo – sua história real e imaginária.

Como exemplo, já bastante discutido e conhecido, vemos o processo metamórfico ocorrido desde a gênese da cidade iluminista até as significativas transformações ocorridas no início do século XX, em função dos relativismos deflagrados por novas percepções e perspectivas do tempo e espaço.² O conceito de cidade, que se expandia em um determinismo cientificista proveniente de resoluções sintomáticas das inflexões oriundas ainda da era da Ilustração, abala-se e desmitifica-se. Subvertido a novas questões e, sobretudo, a um espectro semântico de intenções, fenômenos e bifurcações, a organização do tecido urbano, no início do século XX, passa por profundas transformações. Surgem novos e diversificados estudos, projetos e especulações absortos pela idéia de estabelecer conceitos e diretrizes para o que seria o urbanismo da “cidade industrial” – da cidade “moderna”. A possibilidade e a necessidade da criação de uma “nova realidade” urbana é evidente e instiga um processo compulsivo de desprezo pela história e pelo passado histórico.

Por volta de 1910, um certo espaço

viu-se abalado. Tratava-se do espaço do senso comum, do conhecimento, da prática social, do poder político, um espaço até então entronizado no discurso cotidiano, bem como no pensamento abstrato, na qualidade de ambiente e canal de comunicação... O espaço euclidiano e perspectivista tinha desaparecido como sistema de referência, ao lado de outros ‘lugares comuns’ anteriores como cidade, história, paternidade, o sistema total da música, a moralidade tradicional e assim por diante. Esse foi de fato um momento essencial.³

Respalado por um processo “ideológico” que, em tese, busca romper com os valores “reacionários” do passado para “libertar-se” do anacronismo e historicismo saudosista das cidades vigentes, o movimento moderno, em sua vertente urbanística, assume a responsabilidade pela transformação da urbe em espaços dignos à sustentação de uma nova estrutura socioeconômica, ancorada pelo capital industrial e carente por desvincular-se de um modelo urbanístico desgastado por hábitos e procedimentos incompatíveis pelo acelerado e inevitável crescimento. Um crescimento disposto a estabelecer novas estruturas de formação urbanística capazes de orientar as cidades a uma realidade emergente. Nesse contexto, a “cidade histórica” tenderia por ceder ao ímpeto desenvolvimentista e reorganizar seu território de acordo com novas “aportações” e necessidades, até

então inusitadas. Desse modo, ainda que consideremos o início do século XX como um período do processo de “crise da representação” (pelas incertezas oriundas de questionamentos sociais, filosóficos e econômicos que se iniciam em 1848⁴), o racionalismo e as novas intenções do capital industrial (embora de fato pouco presente no pragmatismo construtivo do cotidiano) formam a base de todo o questionamento epistemológico sobre o urbanismo do movimento moderno.

Amparado e influenciado por uma ampla e diversificada gama de antecedentes, Le Corbusier foi o arquiteto que mais impulsionou o desenvolvimento de novas estratégias urbanas condizentes com a realidade ditada pelo avanço da sociedade industrial. O *Plan Voisin*, proposto para Paris, em 1925, é um exemplo do ímpeto urbanístico progressista de reorganizar o espaço de acordo com diretrizes delimitadas pelas angústias do tempo presente, da modernidade, no caso nitidamente ligada à mecanização e industrialização dos processos de produção. Não existe, na concepção do *Plan Voisin*, nenhuma intenção de integração com o tecido existente – qualquer forma de ligação, entre seus habitantes, com referências espaciais, culturais e formais da cidade “histórica” é sistematicamente desprezada –, valorizando a herança das vanguardas em sua atitude voluntária de ruptura com o passado.⁵ A intenção primordial era deixar claro o ideal revolucionário da nova arquitetura, que surgia

com a finalidade de contribuir para a construção de uma sociedade desvinculada de um passado retrógrado, cuja “existência” (ou memória) só viria a perturbar o espírito da “nova era”.

A idéia “moderna” de cidade, ainda que ditada de forma alegórica e exageradamente panfletária,⁶ se consolidaria na racionalidade e funcionalidade expressas em suas intenções urbanísticas que regeriam toda nova estrutura urbana simpatizante com os ideais do movimento moderno. Seus modelos deterministas, o respaldo cego nos argumentos cientificistas e a crença obtusa em um poder irreversível de transformação social culminariam, em 1933, na elaboração do mais paradigmático e panfletário manifesto sobre a “cidade moderna”: a Carta de Atenas. Com argumentos apoiados fundamentalmente no pragmatismo funcionalista, no fascínio pela máquina, na industrialização, na tecnologia, no racionalismo, organiza a cidade de modo a potencializar as atividades cotidianas do suposto homem moderno. Trabalho, moradia, transporte, serviços, lazer e produção são sistematicamente setorizados sob a regência de uma otimização logística (racional) destas atividades perante o homem, a máquina, a cidade e a natureza.

Apesar de sua ampla divulgação e do idealismo virtuoso de suas propostas, a cidade funcional teorizada na Carta de Atenas teve seus opositores, ou melhor, podemos dizer que suas implicações urba-

nas tiveram mais opositores que simpatizantes. Destes, destacam-se os pertencentes à chamada “arquitetura organicista”, os quais idealizaram, contemporaneamente, uma proposta de cidade oposta às premissas dos “racionalistas”. Apoiado em precedentes teóricos tão confluentes quanto o racionalismo, e cujos ideais remontam às obras e argumentos de Ruskin e de Willian Morris, passando por Mumford, Geddes, E. Howard, Camillo Site e Raymond Unwin, o organicismo não surge simplesmente em oposição aos ditames da Carta de Atenas. Surge, sim, de uma conduta metodológica de sólidas raízes históricas e culturais, como salienta Renato de Fusco: “sem representar o paralelo romântico do racionalismo, como tem sido erroneamente interpretado por alguns, a arquitetura orgânica constitui uma atitude cultural peculiar e autônoma, cujos signos se manifestam antes, durante e depois do período racionalista”.⁷

Participativos e fundamentais para a concretização e divulgação do organicismo, os arquitetos F. L. Wright e A. Aalto encarregaram-se de atribuir à arquitetura orgânica o seu mais alto momento expressivo. Afora suas habilidades em organizar espaços arquitetônicos pela interseção madura entre formas da natureza, domínio técnico e a funcionabilidade de seu conteúdo programático, estes arquitetos ressaltariam novos valores ao urbanismo da época. A cidade seria formada com base na valorização do indivíduo como elemento

fundamental e indispensável à sua caracterização⁸ – posição contrária ao racionalismo, cuja sociedade era idealizada por indivíduos “coletivos” (mecanizados e substituíveis), orientados pela pressão aniquiladora da industrialização. Apesar da influência e importância de seus partidários (que contariam inclusive com o decisivo apoio do historiador Bruno Zevi), a arquitetura orgânica não estaria sozinha na luta pela dissolução dos ideais “funcionalistas” impostos e divulgados pela Carta de Atenas. No segundo Pós-Guerra, seguiram-se diversas correntes teóricas, cujos preceitos, em muitos casos, repudiariam ainda mais veementemente a “mecanização” da urbe modernista, e proporiam alternativas formais e conceituais ao desenvolvimento das cidades.

Em confronto com as utopias, os aforismos e o anti-historicismo do urbanismo modernista, disseminam-se vertentes arquitetônicas cuja crítica aludiria a novos e contraditórios conceitos que, cientes da incapacidade do movimento moderno em concatenar sua linha investigativa (cujo ideal social não corresponderia a uma realidade social), lutariam pelo preenchimento da lacuna existente entre a cidade “idealizada” e a cidade “real”. Destacam-se, como exemplos, o discurso sobre o conceito de “lugar” e suas tipologias conflitantes nas abordagens de Aldo Rossi, e o lirismo kitsch de Robert Venturi, em suas apropriações do universo popular como condutor de uma nova idéia de cidade. Es-

tes, entre tantos outros, buscaram reconciliar – no âmbito da arquitetura e do urbanismo – as transformações tecnológicas e programáticas com a sociedade e o “homem comum”.

Em outros casos, as alternativas à Carta de Atenas não negariam o “ideal modernista”, mas apostariam em uma continuidade, uma “evolução” de seus preceitos. Nesse contexto, ilustrando o explícito antagonismo do período (pós movimento moderno), destacam-se as propostas de “identidade” e “associação” com a cidade do Team X, o interesse pela arquitetura vernacular de certos arquitetos mediterrâneos, o surto tecnológico do Archigram, os ensaios e propostas dos chamados “metabolistas”, entre outras tantas alternativas à planificação urbanística do modernismo.

Como resquício dos tempos áureos do modernismo, e por que não dizer, do determinismo iluminista, parte dessas propostas ainda sustentava-se em apologias a ideais utópicos – uma utopia ora manifesta pela inviabilidade concreta de sua urbanística, ora condicionada por uma expectativa social idealizada (ou manipulada).

Sobre essa “utopia modernista”, Colin Rowe, em *Collage city*, revela sua fragilidade como argumento sintomático e/ou idealista. Respalado pelas idéias de Karl Popper, considera os experimentos utópicos (tão presentes no movimento moderno) como exemplos sistemáticos de idéias que, mesmo quando dignas de res-

peitabilidade, são levadas a um extremo ridículo e fantasioso – capaz, inclusive, de inutilizar seu real valor revolucionário.⁹ A utopia, nesse contexto, pode ser vista como uma fuga, consciente ou não, de uma real e possível necessidade coletiva. Por outro lado, a lacuna deixada por este desejo impossível (ingênuo ou mal intencionado) permite a manipulação de suas intenções em prol de interesses, inclusive, contrários a suas intenções primeiras.

Rowe, no mesmo livro, também critica o difundido “repúdio à história” – arauto fundamental do ideal modernista –, defendendo um valor à tradição e ao passado, diferenciado do determinismo historicista e do saudosismo retrógrado, mas considerando a história como instrumento fundamental ao enriquecimento do pensamento humano, sobretudo em posições urbanísticas. Nesse contexto, o conceito de *collage* é proposto como alternativa viável para a integração de ideais arquitetônicos às diversas conjunturas espaciais e temporais da cidade. O conflito com o passado seria resolvido pela sobreposição (ou “colagem”) de arquiteturas no tempo e espaço (o antigo e o novo), como elementos indissociáveis à formação da malha urbana.

Essa visão do urbanismo ainda pode ser reforçada (ao menos como fatalidade real e não por seu valor histórico), se considerarmos a redução das distâncias, valoradas pelo desenvolvimento dos sistemas de transportes e pelo avanço dos

meios de comunicação que, desde o final do século XIX, permitiram uma proximidade inusitada entre povos e cidades, facilitando processos migratórios e acelerando o crescimento das metrópoles em formação. As cidades, como em nenhuma outra época, passariam a crescer a ponto de perderem o controle de seu desenvolvimento e propiciariam a “sobreposição” de condutas, culturas e formas urbanas. O urbanismo vinculado às raízes do movimento moderno e caracterizado por seus grandes planos – movidos pela intenção de reorganizar as cidades em um zoneamento homogeneizador (e anti-histórico) – perde sua força diante da pluralidade de soluções que diluíam, a ponto de impossibilitar, qualquer ideal totalizador (“ideologia do plano”). A história, nesse estado das coisas, passa a colidir com sedimentações culturais que, sobrepostas, tornam-se outras – novas.

É neste cenário que se consolida o conhecido, divulgado e amplamente discutido declínio do ideal moderno. A difusão de ideais e teorias, em que a racionalidade objetiva desmistifica-se em um estado de incertezas e novas descobertas experimentais, soma-se ao clima nostálgico frente à idéia de passado “perdido”, devido às aceleradas transformações da “era industrial”. Processo que, nas últimas décadas, cede espaço a um conceito que passa a intervir, direta e indiretamente, em praticamente todas as

áreas do pensamento humano: a formação da sociedade pós-industrial.

Incentivadas pelas incertezas do pós-guerra, por profundas inquietações socioculturais e assistidas pela filosofia do existencialismo (e já, em parte, pelos pós-estruturalistas), a partir dos anos de 1950/1960 dissipam-se teorias e propostas, muitas vezes antagônicas, que viriam a legitimar, de alguma forma, uma idéia de cidade pluralista (multifuncional, multicultural etc.). É nesse contexto que, a meu entender, se difundem o que aqui denomino de “novas estruturas urbanas”; ou seja, projetos desvinculados de um plano geral de cidade que estipulam uma urbanística própria – em muitos casos, indiferentes e independentes de seu entorno urbano. Não têm a intenção de serem “modelos”, passíveis de repetição e formadoras de um novo tecido; nem de responderem a um passado, ou a uma idéia de “ideal” passado. São estruturas urbanas que atendem a regras particulares, específicas – indiferentes à morfologia dominante na cidade, ou a padrões pré-estabelecidos de crescimento. E ainda, pela própria dinâmica do capitalismo pós-industrial, coabitam facções divergentes no tempo.

Com a necessidade de fortalecer o vínculo entre o urbanismo e a sociedade contemporânea, a influência da filosofia pós-estruturalista viria a dissolver, definitivamente, o aforismo determinista que, por décadas, concatenava a relação entre causa e efeito nas mais diversificadas

áreas do pensamento humano (abordagens científicas, históricas, psicológicas, sociológicas etc.). Como consequência, seria imprudente desconsiderar uma crise real sobre os ideais totalizadores, ou seja, que não consideram a heterogeneidade e a fragmentação como situações inevitáveis em novos processos intelectuais – incluindo a arquitetura e o urbanismo.

A crise da noção de dimensão surge portanto como a crise do inteiro, ou seja, de um espaço substancial, homogêneo, herdado da geometria grega arcaica, em benefício do espaço accidental, heterogêneo, em que as partes, as frações, novamente tornam-se essenciais, atomização, desintegração das figuras, dos referenciais visíveis que favorecem todas as transmigrações, mas sempre a custo da topografia urbana.¹⁰

A idéia de caos, ou melhor de fragmentação, no urbanismo, catalisa-se pela progressiva debilidade em que a forma e toda noção de espaço real passa a apresentar diante do incessante desenvolvimento dos meios de comunicação. A possibilidade de interpolar antigas barreiras subordinadas ao tempo e ao espaço¹¹ legitima a consolidação de um urbanismo dissipativo, ao menos fisicamente, pois desvincula a correlação entre ordem funcional e ordem física. Transportes mais velozes, videoconferências, telefonia celular, Internet, entre outros ícones da comunicabilidade contemporânea,

possibilitam uma organização do sistema trabalho/moradia/lazer/sociabilização indiferente a parâmetros físicos – proximidade e distância não dependem mais de uma quantificação material (em metros ou quilômetros, por exemplo). Essa realidade nos leva hoje a uma “independência” ainda maior da relação entre proposta “projetual” e o plano físico “real” da cidade – permitindo o aparecimento de “estruturas auto-suficientes”, fisicamente, em relação a uma idéia “tradicional” ou até mesmo “moderna” de cidade.

Conscientes da ambivalência dos fenômenos urbanos e estimulados pela evidente precariedade conceitual, econômica, cultural e social que se revela no crescimento caótico das cidades, sobretudo nas grandes metrópoles, arquitetos contemporâneos como Peter Eisenman, Bernard Tshumi, Zara Hadid, Daniel Libeskind, Lebbeu Loos, entre outros, apóiam-se na relevância desse panorama (e logicamente na difundida filosofia do pós-estruturalismo) para excitar novamente o ímpeto vanguardista pelo “novo” e criar propostas arquitetônicas e urbanísticas em que a presença da idéia do “caos” e do fragmento legitima a própria conduta “projetual”. Denominados (sem muito critério) “desconstrutivistas”, seus projetos, em muitos casos, retomam considerações que poderíamos denominar utópicas; mas, a princípio, estão distantes do idealismo (e das utopias) dos primeiros modernos e muito mais ligados e atentos, por estranho que possa parecer, a

aspectos da realidade contemporânea. Para esses arquitetos, acredito, o valor da utopia distingue-se da crítica de C. Rowe e passa a enquadrar-se em uma definição mais aceita e difundida: a utopia entendida por sua intencionalidade e não por sua capacidade de realização¹² (é bom lembrar que no projeto moderno, teoria e prática eram vertentes indissolúveis¹³). Mais que utópicos, alguns de seus projetos são denominados “teóricos” ou “conceituais” e buscam, através do exercício projetual, soluções de problemas reais. Não obstante, longe do objetivo de “planificar a cidade”.

(...) cada vez mais teóricos, arquitetos ou gestores urbanos parecem abrir mão, não só de qualquer planificação global de cidade, como também de todo tipo de organização, mesmo parcial, que torne um conjunto de espaços nitidamente ordenados e que possam vir a se constituir em formas definidas e estáveis, de modo a fornecer uma imagem coerente a ser visualizada ou representada por seus habitantes como tecido coeso, com alguma pregnância visual ou semântica, configurando (na terminologia que dominou o pensamento urbano até recentemente) um lugar.¹⁴

Ainda assim, nos últimos anos, a prática urbanística tem se demonstrado absolutamente avessa a essas especulações ou, mais precisamente, pouco consegue evocar na prática seus conceitos. Também já é consenso o descrédito progressivo

nos nitidamente “modernos” planos de grande abrangência (como os planos diretores), que buscam dominar o crescimento das cidades unicamente por meios burocráticos e legislativos (uma herança ainda viva de outros tempos estruturalistas). Intervenções parciais, ligadas a ideologias concretas de “desenho urbano”, surgem e são consideradas como uma alternativa produtiva e viável à valoração ou reorganização de fragmentos da cidade – permitindo, inclusive, uma abrangência muito mais ampla que os limites físicos de sua implantação.¹⁵ A idéia de planificação passa a ser substituída por uma “idéia de diversidade” – a formação de uma estética complacente com uma cidade que se desenvolve heterogênicamente.¹⁶ Ainda incipientes como resposta à diversidade de problemas de um cotidiano globalizado, acredito que, de fato, sejam conceitos propícios a estabelecer caminhos reais ao desenvolvimento das cidades – pelo menos no restrito limite de ação da arquitetura.

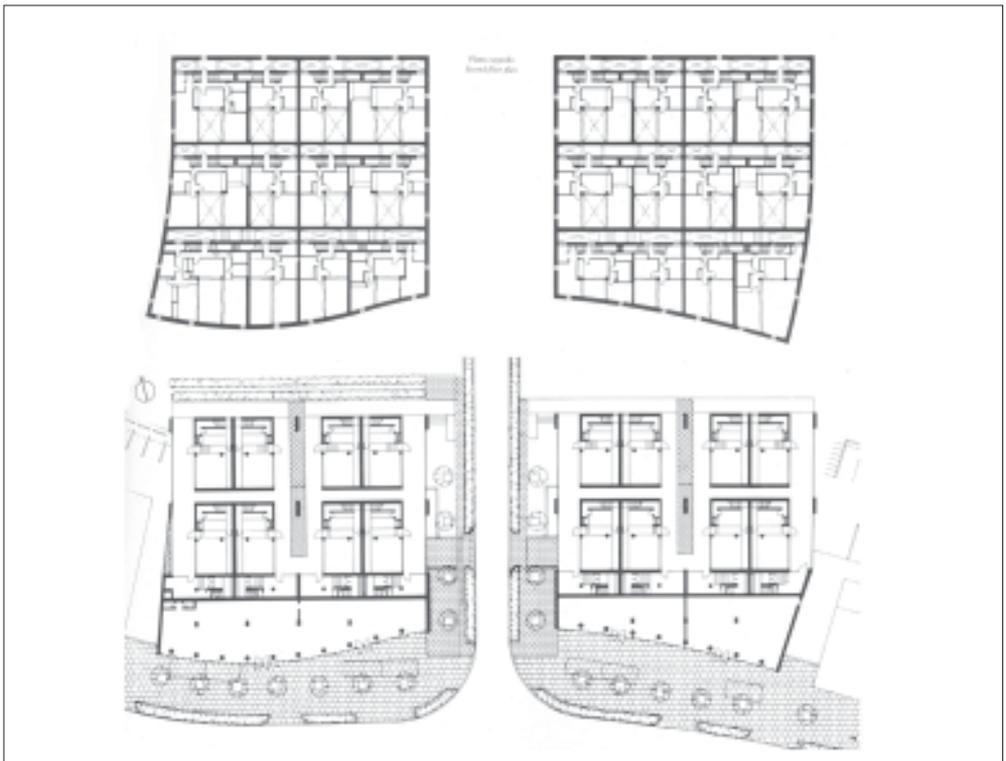
Em efeito, agora somos capazes de entender e sentir, simultaneamente, muitas diversas escalas e âmbitos de percepção e ação. Mas o que toco, os obstáculos que envio, os caminhos que elejo, seguem sendo os que permitem meu corpo e meus sentidos, por enquanto, inalterados.¹⁷

Nesse contexto, analiso o conjunto habitacional *Nexus Housing*, de Rem Koolhaas. Trata-se de uma proposta de projeto urbano ligada à problemática

habitacional que, como veremos, revela-se como transgressão – recusa-se e se afasta da tipologia dominante na cidade e insere-se no meio urbano com uma capacidade de se sustentar (como forma e idéia) por meio de seu próprio sistema. Como outros exemplos das “novas estruturas urbanas” contemporâneas, não é um projeto autônomo ou independente da cidade que o cerca, porém nasce da intenção de se sustentar conceitualmente por seus próprios princípios, que, em tese, revelariam uma nova idéia de moradia. O conjunto, projetado para Fukuoka, no Japão, em 1991, assimila a diversidade como proposta e organiza-se em um conteúdo intrínseco, reconhecendo a dinâmica da cidade con-

temporânea como única estratégia viável de “aportação”.

O projeto de habitações *Nexus House* é parte de um plano urbanístico denominado *Nexus World*, desenvolvido pelo arquiteto Arata Isozaki, para a cidade de Fukuoka, no Japão. O plano geral ocupa uma área aproximada de cinco hectares no bairro de Kashii, região leste da cidade de Fukuoka, no sul da ilha de Kyushu. Uma região cujo acelerado crescimento demográfico resulta em graves problemas relacionados a seu déficit habitacional – tornando-a propícia a desenvolver-se como um desordenado e caótico sistema periférico independente. Esse fato levou à urgência de concretizarem-se, de forma acelerada, planos urba-



Implantação do complexo urbanístico Nexus World.

nísticos e projetos habitacionais para a área.¹⁸ Dentre eles, o estudo em questão.

O planejamento dos edifícios e demais programas que compõem o complexo *Nexus World* foi idealizado em duas fases (com a primeira já completada) e contou com a participação de seis arquitetos reconhecidos internacionalmente: Oscar Tusquets, de Barcelona; Christian de Prtzamparc, de Paris; Mark Mack, de São Francisco; Rem Koolhaas, de Roterdã; Stevem Holl, de Nova Iorque, e Osamu Ishiyama, de Tóquio. Apesar de o processo de desenvolvimento do projeto para o bairro ter sido passivo de várias reuniões com todos os arquitetos envolvidos, a preocupação pela relação formal, urbanística, tipológica e utilitária entre as propostas foi meramente circunstancial – ciente do espírito experimental do empreendimento, a intenção, justamente, foi gerar uma estrutura urbana sustentada e valorada pela diversidade.¹⁹ Assim, após algumas considerações gerais ao plano como um todo, cada projeto foi desenvolvido individualmente.

O arquiteto Rem Koolhaas (e seu escritório OMA) encarregou-se de projetar um complexo de 24 habitações, todas de três pavimentos, agrupadas em dois blocos e situadas no acesso principal aos edifícios mais altos do conjunto. Esquivando-se de forma intencional dos padrões racionalmente rígidos – que buscam uma eficiência econômica e produtiva pela padronização dos apartamentos em um conjunto –, o projeto opta pelo estabele-

cimento de “padrões oscilantes”, ou seja, ainda que todas as habitações mantenham o mesmo fundamento conceitual, são diferentes. Diferenças presentes no programa – que estabelece células de dois, três e quatro dormitórios – e também em suas relações formais internas, que geram, propositalmente, um caráter particularizado (individual) a cada residência.

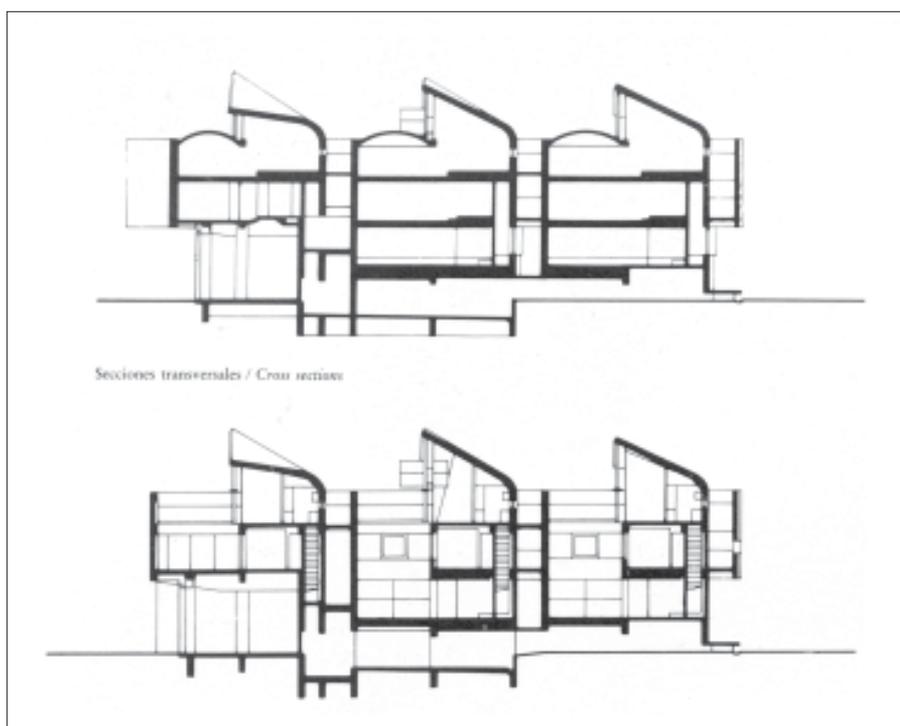
Apesar da busca por uma identidade singular para cada habitação, a concepção do conjunto está longe do caráter simplista e egocêntrico de certos aportes individualistas. Muito pelo contrário, o projeto busca uma composição de habitações próxima ao conceito de uma “cooperativa” – agrupadas em dois grandes edifícios –, que distanciam-se intencionalmente da simplória formação de uma coleção de residências individuais.²⁰ Para tanto, sua organização por entre os dois grandes blocos conduz a uma dicotomia instigante, resultante da maneira como, ambivalentes, permanecem extremamente introspectivas e, simultaneamente, são incapazes de refletir sua individualidade no conjunto. Explico: por um olhar externo, não distinguimos os limites entre as unidades; porém, internamente, notamos um individualismo extremo – ressaltado, sobretudo, por seu sistema de iluminação natural concentrado em generosos pátios centrais. Especulações quanto à forma e aos conceitos que trabalham pelos logros conflituosos dos opostos foram eficazmente explorados: “o objetivo foi proporcionar a cada casa

uma ampla gama de condições espaciais e de contrastes tectônicos: confinado/diáfano; íntimo/aberto; público/privado; alto/baixo; tosco/refinado; escuro/claro; concreto/abstrato”.²¹

As habitações são organizadas da seguinte maneira: o primeiro pavimento é composto por um pátio privado; o segundo, por dormitórios e banheiros; e o terceiro, por uma ampla área social que inclui: sala de estar, cozinha/copa e um quarto adicional. Enquanto o segundo pavimento assume uma postura nitidamente intimista, com aberturas voltadas ao pátio interior, o terceiro, repleto de mecanismos flexíveis (paredes móveis, cortinas etc.), caracteriza-se como o mais extrovertido – com amplos e generosos painéis

de vidro, voltados ao exterior: ao céu.²²

Externamente, os dois blocos possuem uma aparência inquietante. Revestidos por uma faixa de concreto negro, imitando pedras, cuja suposta referência são os antigos castelos japoneses,²³ os edifícios reforçam seu caráter introspectivo e, aproveitando de suas formas monolíticas, segundo o autor, atuam como “pedestais” ou até mesmo “portais” às torres de grande porte projetadas por Arata Isozaki (parte integrante do plano *Nexus World*). Suas formas similares (quase espelhadas) e o fato de ladearem a principal rua de acesso às grandes torres reforçam essa intenção. Plasticamente, destaca-se o terceiro pavimento das habitações. Dotados de grandes planos de



Cortes Nexus Housing.

vidro, projetam-se por cima destes “muros” de concreto como grandes ondas – formas sinuosas e expressivas que caracterizam o momento mais poético da obra.

O sistema construtivo e o uso de materiais remetem às mais diversas técnicas – concreto armado, elementos metálicos, painéis leves, paredes de concreto, caixilharia de alumínio e até elementos kitsch ou grosseiros (como as “pedras” falsas e as telas de nylon dos guarda-corpos). São utilizados de modos diversos, seguindo, prioritariamente, as necessidades impostas pelos conceitos formais e expressivos do projeto. Uma relação funcional (ou racionalista) entre técnica, materiais, função e forma seguramente não existe.

Amparado por um repertório conceitual adquirido em uma trajetória profissional em grande parte ligada à fundamentação teórica dos problemas da arquitetura, o arquiteto holandês Rem Koolhaas – considerado uma das importantes personalidades do meio arquitetônico contemporâneo – destaca-se por suas abordagens urbanas cujo caráter inovador e experimental não despreza o necessário e inevitável pragmatismo da prática profissional. Fundador do OMA (Office of Metropolitan Architecture), professor (Harvard, AA, entre outras), vencedor de diversos concursos, laureado nas mais importantes premiações internacionais e autor de um dos mais paradigmáticos livros dos anos de 1990 (*S.M.L.XL.*), o

arquiteto mantém um processo de investigação projetual que surpreende por sua compreensão da voluptuosidade do conceito de cidade contemporânea, em que a possibilidade de leituras diversificadas fortalece o papel da arquitetura como fundamento essencial na formação de uma cultura urbana verdadeira, produtiva, eficaz – real. Koolhaas, ao estabelecer a capacidade de uma leitura da cidade como fragmento (como vemos desde *Delirius New York*), afasta-se de tendências pessimistas (que entregam as cidades ao caos), de ilusões historicistas (que pregam uma anacrônica e ingênua “volta ao passado”) e de especulações futuristas (quase sempre mais fantasiosas que utópicas); em contrapartida, busca propostas que absorvam toda experiência da cidade e da arquitetura, com a intenção de legitimar novas estruturas formais e urbanas.

Ao entender o urbanismo como um processo de consciente exploração de relações baseadas em mecanismos de dissociação, desconexão, contraste, ruptura etc., Koolhaas estende seu domínio arquitetônico a uma cidade que, inevitavelmente, organiza-se em estruturas e subestruturas desvinculadas de um processo linear de tradição histórica – distantes de modelos abstratos ou, agora, inexistentes. Como diz:

É interessante deixar de entender a cidade como um tecido, para concebê-la como uma coexistência, um conjunto de relações entre dife-

rentes objetos que quase nunca se articulam visual e formalmente, que já não ficam engajadas em conexões arquitetônicas. Para mim, é um passo decisivo. Mas se chegarmos à conclusão de que a conexão já não é algo necessário, estamos, de certo modo, dinamitando o alicerce de nossa existência profissional. Se o planejamento já não é algo necessário, ou se tornou algo irrelevante... Para que planejar?²⁴

Para que planejar? Ao discutir sobre essa questão, Koolhaas ao invés de subordi-

nar-se ao fracasso ou ao caos generalizado, sugere a busca por novas "aportações" que, condizentes com nossa realidade mutante, propiciariam produtos urbanos e arquitetônicos mais eficazes e pertinentes à urbe pós-industrial.

(...) o fato que acabou com o urbanismo não foram os numerosos erros cometidos por planejadores, e sim que pouquíssimos dos processos e das operações que têm lugar na sociedade atual podem ser trasladados a um projeto de ordenação – o produto clássico dos ur-



Foto de interior do projeto Nexus Housing.

banistas. Portanto, deveríamos tentar outro produto, outra forma que resulte mais crível.²⁵

O projeto habitacional *Nexus Housing* e o complexo urbano *Nexus World*, no qual o primeiro está inserido, correspondem a uma estratégia da urbanística contemporânea, nitidamente condizente aos argumentos de Koolhaas, disposta a encontrar novos modelos – *novas estruturas urbanas* – capazes de superar a ineficácia dos grandes processos planejadores. São propostas que, inclusive, dispensam a idéia de integração territorial, estética e funcional, ao tecido circundante – em muitos casos, organizam-se em uma logística própria –, capazes de consolidar uma identidade específica, individual e fragmentária. Ainda assim, bairros como o *Nexus World* não promovem conceitos de autonomia ou segregação, pelo contrário, buscam uma integração; porém, muito além dos limites regionais ou metropolitanos e mais identificados com um conceito de cidade capaz de superar seus limites físicos para assim adquirir uma dimensão global e intercultural.

Essa proposta manifesta-se, inclusive, na maneira como foi conduzida a realização do projeto urbano *Nexus World*. Como já mencionado, uma vez determinadas as linhas gerais do plano, os projetos que comporiam o bairro foram divididos por escritórios de diversos países e de distintas afinidades conceituais. A idéia de globalização, nesse processo, acentua-se com o fato de a integração entre as pro-

postas, para o conjunto, ter sido, propositalmente, inexistente – sua riqueza como modelo urbano estaria na sobreposição de culturas e/ou visões culturais de diversas partes do mundo –, refletindo sobre uma problemática urbana comum, e formando assim um epítome de visões: sobre a cidade, sobre o urbanismo, sobre a arquitetura, sobre o habitat humano.

O projeto de Koolhaas busca, em sua síntese, uma clara manifestação desta dicotomia contemporânea entre globalização e regionalismo. Ao estudar atentamente os mais diversos motivos da iconografia oriental, chega a referências formais inusitadas: como as monolíticas paredes de concreto que imitam pedras negras de antigas construções regionais, as quais, por sua vez, ao comporem a imagem formal mais evidente e marcante do projeto, denotam uma aberta relação semântica com o universo kitsch japonês “da pior espécie” (como define, ironicamente, o próprio arquiteto) – evidenciando um contraste provocativo e intencional entre o projeto e as supostas intenções “globalizadoras” do empreendimento. “Resisto à noção de que a globalização leve à homogeneização. O mesmo processo de modernização conduz em cada lugar a resultados diferentes, a novas especificidades, a novas singularidades.”²⁶

Sua sólida, pesada e simbolicamente contextual aparência externa, somada à individualidade extrema de suas habitações nitidamente introspectivas, contras-

ta com as formas expansivas e transparentes de suas coberturas e aberturas “voltadas para o céu”. Uma analogia que, mesmo ao dispensarmos simbolismos mais especulativos, nos demonstra uma expressiva reflexão (ao menos simbolicamente) sobre a arquitetura e seu papel no conturbado cenário da globalização – sem submeter-se às tradicionais degradações apoloéticas e especulativas, a ironia, mais uma vez presente na obra do arquiteto, representa uma importante retórica contestatória.

O projeto *Nexus Housing*, por suas modestas dimensões físicas, aparentemente se distancia do que poderíamos considerar, no âmbito das cidades, como novas estruturas urbanas. Porém, apenas fisicamente. Ao considerarmos os anos de 1990 como sinalizadores de um dos maiores progressos tecnológicos já ocorridos no campo da comunicação – evidenciando um processo gradual de extensão da interligação física a níveis elevados de interligação virtual –, podemos facilmente questionar os limites materiais reais da arquitetura e urbanismo “tradicionais”. Parece evidente que todos os supostos vínculos urbanos físicos (transportes, ruas, relação comércio x residência, residência x trabalho, residência x lazer etc.) passam a coexistir, e até mesmo a serem substituídos por seus equivalentes virtuais – criando uma nova dimensão de relacionamento urbano que hoje, acredito, não se pode desconsiderar. É nesse contexto que o projeto *Nexus Housing* e o complexo *Nexus World* re-

presentam novas estruturas urbanas – físicas e virtuais –, com a intenção de corresponderem às recentes e complexas necessidades urbanas do mundo contemporâneo.

A maior parte das cidades brasileiras hoje encena conflitos originários do pluralismo, antagonismo, da angústia e do caos que, como nos argumentos expostos, derivam de processos irreversíveis que conduzem sua configuração e crescimento.

Esse cenário complexo e adverso logicamente permite a proliferação indiscriminada de devaneios insensatos. Confunde-se pluralismo com falta de conceitos – erro que não raramente torna “admissíveis” certas arquiteturas vulgares e, por outro lado, propicia uma atitude de rechaço (por vezes preconcebida e preconceituosa) a obras e arquitetos contemporâneos potencialmente bem preparados. Outro grande perigo (talvez o maior e mais visível hoje) é o retrocesso ou a estabilização, tanto conceitual quanto formal, das diretrizes “parametrizantes” do ato de projetar e criticar a arquitetura. Diante do pânico ao novo, o apelo a um passado de glória é tão comum quanto prejudicial, frágil e insensato. Atitude clara no já desgastado e inoperante intento do pós-modernismo (estilístico), como também (o que não deixa de ser irônico) em argumentos que proclamam uma volta aos ideais “modernos” – como forma de restaurar uma conduta ética e “ideológica” na arquitetura.

Se o pós-modernismo falha em sua falta de critério argumentativo e em seu vazio conceitual, os ainda “modernos” escondem-se por trás de uma arquitetura tecnocrática, formalista, estilística, ingênua e falsamente

humanista que, sob a insígnia da eficiência tecno/produtiva/funcional, obstrui o real valor cultural implícito e indispensável à boa arquitetura – uma arquitetura que responda às necessidades de seu tempo.

N O T A S

1. Cf. Giulio Carlo Argan, *L'Europe des capitales: 1600-1700*, Genève, d'Art Albert Skira, 1964.
2. Cf. David Harvey, *Condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992, p. 240-243.
3. H. Lefebvre, *La production de l'espace*, apud David Harvey, op. cit., p. 242.
4. Cf. David Harvey, op. cit., p. 238.
5. Sobre a relação entre as vanguardas e o modernismo, conferir Renato de Fusco, *Historia de la arquitectura contemporânea*, Madri, Celeste, 1975, p. 263-267.
6. Cf. Reyner Banham, apud Kenneth Frampton, *Historia crítica de la arquitectura moderna*, Barcelona, Gustav Gili, 1994, p. 274.
7. Renato de Fusco, op. cit., p. 352.
8. Cf. Françoise Choay, *O urbanismo*, São Paulo, Perspectiva, 1965, p. 11-15. Refiro-me às premissas do urbanismo organicista chamado por este autor de “modelo culturalista”.
9. Colin Rowe e Fred Koetter, *Collage city*, 1981 (tradução castelhana: *Ciudad collage*, Barcelona, GG, 1981, p. 117-123).
10. Paul Virilio, *O espaço crítico*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995, p. 19.
11. ibidem, p. 8-15.
12. Apenas como exemplo, podem-se ver os argumentos de Renato de Fusco, op. cit., p. 410-411.
13. Cf. Otilia B. Fiori Arantes, *Urbanismo em fim de linha*, São Paulo, Edusp, 1998, p. 82-83.
14. ibidem, p. 186.
15. Sobre esse tema, conferir Eduard Bru (org.), *Nuevos paisages*, Barcelona, Actar, 1997.
16. Cf. Otilia B. Fiori Arantes, op. cit., p. 187.
17. Eduard Bru, *La mirada larga*, in *Nuevos paisages*, op. cit., p. 19.
18. Cf. Nexus House, *Domus*, n. 34, set. 1991, p. 4.
19. idem.
20. J. A. Housing, n. 4, 1994, p. 104.
21. Rem Koolhaas, OMA, *El Croquis*, n. 53, p. 86.
22. idem.
23. J. A. Housing, n. 4, 1994, p. 104.
24. Rem Koolhaas em entrevista realizada por Alejandro Zaera; revista *El Croquis*, n. 53, p. 21 (tradução do autor).
25. ibidem, p. 22 (tradução do autor).
26. ibidem, p. 19 (tradução do autor).

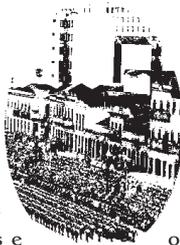
Paulo Roberto Brandão Fonseca

Arquiteto e urbanista. Mestre, formado pelo núcleo PROARQ –UFRJ.

Cidade-Coração

Este trabalho é um estudo sobre as mudanças ocorridas na área central do Rio de Janeiro, que conhecemos como avenida Presidente Vargas. Durante seu desenvolvimento, o estudo tenta relacionar as contradições dessa área com o processo de organização urbana sujeito às influências econômicas e sociológicas do mundo da época. Esse processo trouxe alterações e vários tipos de experimentações para a região – também *coração* da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil – que levaram à sua fatal decadência e negligência, gerando problemas sociais que acabaram comprometendo seu funcionamento. O estudo também mostra como essa área tornou-se um modelo de organização social e urbana que seria reproduzido em toda a cidade, definindo, até os dias de hoje, suas relações e principais características no tocante aos aspectos social, político e religioso.

Palavras-chave: coração, território, lugar, metrópoles, urbanismo, capitalismo, relacionamento.



This work is a study of changes which took place in a central area of the city of Rio de Janeiro known as avenida Presidente Vargas. Throughout its development, the study attempts to link the contradictions of this area with thinking process of urban organization subject to the world's economical and sociological influences of the time. This process brought alterations and several types of experimentation to the area – also *heart* of the city of Rio de Janeiro and Brazil – which led to a fatal decay and negligence of the region and generated special urban and social problems that would eventually compromise its functioning. The study also shows how this area set the pattern for social and urban organization that would be reproduced in the whole region of the city, establishing, up to date, its relations and the main characteristics in what concerns social, political and religious aspects.

Keywords: heart, territory, place, metropolis, urbanism, capitalism, relationship.

Quando William Harvey, em *De motu cordis*, em 1628, descobriu o princípio da circulação sanguínea (e da respiração) no corpo humano, iniciou-se uma revolução científica não só sobre os princípios da com-

preensão do corpo humano, mas também sobre a compreensão de mundo. Além disso, toda essa descoberta coincidiria com o advento do capitalismo moderno e o conseqüente nascimento de uma grande transformação social: o

individualismo.

Adam Smith, em *A riqueza das nações*, foi o primeiro a reconhecer essas descobertas e aplicá-las a seu pensamento econômico, imaginando uma circulação de mercadorias, dentro de um mercado livre, capaz de produzir conseqüências idênticas à circulação sanguínea. Observou, também, que as trocas de bens e dinheiro se faziam melhor e de maneira mais lucrativa quando esses bens circulavam e não se mantinham estáticos. Da mesma forma, esse *homo economicus* imaginado por Smith deveria especializar-se, para oferecer suas posses e habilidades ao mercado, e para tudo ter um preço.

Partimos então de princípios que antecedem o advento das *metrópolis*, ou seja, de conceitos e fundamentos que possibilitaram a sua construção. Se por um lado, esse projeto capitalista possibilita um movimento acelerado, entregue às exigências do tráfego e da circulação possibilitará também, no plano espacial e social, uma construção *abstraida* dos valores de cada lugar e de seus referenciais ligados à natureza, às características herdadas de seu passado, e a uma construção de relacionamentos.

John Milton, contemporâneo de Harvey, relata em *O paraíso perdido* que “o corpo em infalível locomoção corre o risco de ignorar essa história, ao perder suas conexões em outras pessoas e lugares através dos quais se move”.

Traremos, então, essa experiência para

o território do Rio de Janeiro, empreendida a partir das reformas urbanas da administração Pereira Passos, de cunho capitalista, até a construção maior de uma cidade como centro propulsor, como uma máquina de circulação e integração, por meio de um governo de proporções míticas, o Estado Novo, e de sua avenida símbolo: a avenida Presidente Vargas.

A primeira necessidade de compreensão, quando nos referimos ao traçado urbano, é compreendê-lo em relação ao seu *território* (natureza). No caso do Rio, temos que nos referir à mentalidade e às possibilidades da época para a conquista deste difícil *lugar*, cheio de morros, montanhas, manguezais, alagadiços, chuvas, calor, umidade, enfim, de uma natureza exuberante, mas com enormes dificuldades para assentamento das primeiras civilizações, e também à memória, aos primeiros conceitos de relacionamento e poder que, é claro, definiram esse traçado.

Mesmo com tantas transformações é necessário compreender a presença e a formação do *espírito do lugar*, a necessidade dos relacionamentos, e em função de uma evolução de todo *território*, como desdobramentos de uma estrutura inicial de cidade. Refiro-me à formação do espírito em relação à natureza, cultura, religião, conhecimento. Assim, dentro desse processo, é preciso estabelecer algumas distinções de cidade para compreendermos a passagem até o que existe hoje, como resultado de todas

as acomodações.

Muito antes das transformações de Pereira Passos, a região da avenida Presidente Vargas, dominado o seu imenso manguezal, fora preparada para ser o centro do poder. Ali, ainda na Colônia, foram traçados os referenciais de *crescimento* e *ordenação*. Na parte central desse eixo estaria (e está até hoje) a

representação das armas (Ministério do Exército) e à sua frente uma grande praça (como as praças de guerra de várias cidades da Europa), suporte para evoluções de tropas em festividades, eventos e solenidades, como aconteceu na proclamação da Independência do Brasil, e que lhe rendeu o nome de praça da Aclamação.



Parada da Juventude, durante a Semana da Pátria. 1941. Agência Nacional, Arquivo Nacional.

Nesse espaço, vale observar, todos os arredores da praça se intercomunicavam através de um *espaço vazio*, que possibilitava uma maior interatividade com a cidade e todos os lados da praça. A cidade fora constituída para se comunicar de maneira intensa em suas relações de comércio e em suas celebrações. Não existia na cidade histórica uma intenção de cobrir a praça com vegetação, como fez o paisagista Glasiou (vindo com a Missão francesa), adaptando uma visão de paisagismo francês aos trópicos, mas infelizmente isolando do convívio direto todos os lados da praça e subtraindo esse espaço de festividades da cidade.

O urbanismo da Colônia, mesmo

insatisfatório com o crescimento e necessidade das habitações, nos deixaria uma herança de espaços sempre voltados para o convívio e circulação de pessoas, preocupados com a geografia do terreno, e com as praticidades necessárias decorrentes das limitações da época, como a precariedade dos transportes.

Outro ponto importante a observar, do lado oposto da cidade histórica, é o planejamento de uma *cidade nova*, que nasceria com a dragagem do canal do mangue. O Centro da cidade planejava assim o seu *coração*, nos quatro cantos, com possibilidades de integração e desenvolvimento, calcados no conhecimento do terreno e num conceito de proximidade.



Vista aérea da avenida Presidente Vargas (sentido praça da República - Candelária). 1944. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Não havendo áreas habitacionais ou de comércio desassociadas de um todo.

Em virtude do desenvolvimento das atividades portuárias, da abolição da escravidão e do desenvolvimento dos transportes, a cidade vai experimentar a sua primeira etapa de metrópole, com direito a uma grande crise habitacional e de saneamento urbano. Soma-se a isso, o acontecimento da Guerra do Paraguai, que, após a vitória brasileira, traria para a capital federal inúmeros soldados em busca de prêmios e indenizações. Tudo isso, diante das prioridades capitalistas de desenvolvimento do comércio e do desenvolvimento urbano, iria se agravar, gerando inchaço na área central da cidade. Cortiços e favelas começaram a fazer parte do cenário urbano e arquitetônico da capital, sobretudo pela ausência de qualquer política habitacional.

Segundo Lima Barreto, “casas que mal dariam para uma pequena família são divididas, subdividas e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí nestes caixotinhos humanos é que se encontra a fauna menos observada de nossa vida, sobre a qual a miséria beira com um rigor londrino”.¹

Diante desse quadro, a gestão administrativa urbana toma ares de uma guerra. De um lado a população, que queria fazer parte das atividades comerciais que se desenvolviam no Centro da cidade, de outro, a administração da capital, que

diante de pestes e doenças, optou por demolições, expulsões, prisões, ou seja, o uso da força para controlar uma situação que a cada dia se tornava mais grave para toda a cidade, sobretudo para a “ordem” da capital.

Com a introdução dos transportes urbanos (o bonde, os automóveis), Pereira Passos investe na criação dos bairros, transferindo uma grande quantidade de pessoas e problemas para longe do Centro da cidade. Lima Barreto ainda nos diz: “o subúrbio é o refúgio dos infelizes. Dos que perderam o emprego e as fortunas, dos que faliram nos negócios enfim, todos que perderam a sua situação normal vão se aninhar ali nos subúrbios”.²

Assim, dentro dos conceitos parisienses de cidade, Pereira Passos irá legislar e criar, mesmo que já dentro de uma ótica capitalista de expansão, um novo modelo para a cidade, aproveitando os conceitos burgueses de embelezamento e estilo (neoclássico), e com uma política de controle urbano ainda baseada em conceitos militares (como *Haussman*, em Paris).

Dentro de sua morfologia urbana, a cidade se adapta à necessidade de circulação dos automóveis e bondes, ao aumento de calibragem das ruas, às ligações dos grandes centros de produção e comércio por meio de grandes avenidas, como a avenida Central, a rua Larga e tantas outras, alterando de maneira significativa a estrutura da cidade colonial

(histórica). O lado coeso existente na estrutura da cidade, com relação ao comércio e às habitações, irá nesse momento estabelecer-se através de uma relação entre Centro da cidade e os bairros que começam a multiplicar-se. Mesmo assim, após essas transformações radicais, o Centro da cidade ainda se manterá como um local habitacional, preenchendo toda a malha urbana de seu novo traçado, incluindo a Cidade Nova, o Mangue, Catumbi e os morros circunvizinhos. Mas e na vida, a que ponto haviam se alterado as estruturas do relacionamento? É claro, a metrópole estava sendo preparada, mas a sociedade já se encontrava estruturada para um relaciona-



Sobrados da av. Presidente Vargas, na praça Onze.

mento mecanizado, em que as máquinas simbolizam os rompimentos e desimpedimentos em relação à vida da Colônia?

A que ponto esse *coração* de cidade, agora sob a bandeira republicana, se encontrava apto para aceitar o que propunha o novo governo?

Os escravos negros já poderiam ser considerados cidadãos brasileiros a partir da República?

A nova ordem da cidade criou, a partir de sua nova organização, um urbanismo com espaços segregados, em que os direitos eram apenas reservados às classes mais abastadas, até mesmo no modo de se vestir e no convívio de alguns espaços, onde o cidadão pobre devia encaixar-se de modo muito reservado, e infiltrar-se por meio de atividades permitidas.

O início da metrópole, portanto, negava a sua própria natureza de convivência, multiplicidade, trocas, permissividade e livre circulação.

A cidade de antes, mesmo que dentro de um sistema escravocrata, integrava-se às trocas e ao convívio direto, aonde a mercadoria chegava através do vendedor, em que o seu valor era também associado ao poder de convencimento e seleção, aliado à qualidade do produto e à liberdade de se poder estabelecer o próprio comércio e preço.

Claro que essa nova ordem (já rompida no Encilhamento) não interessava aos no-

vos conceitos de produção do capitalismo, aliado à construção dos novos meios de produção, à necessidade de novos braços para dirigir as novas engrenagens através de um novo sistema de remuneração baseado no salário.

A construção dessa metrópole esqueceu que a constituição dos valores de uma cidade se processa por meio de um conhecimento de trocas, e que como resultado transformam-se em confiança, respeito e qualidade. Esses valores dentro de um *território* dependem de vários fatores, que incluem a própria admissão do indivíduo neste *território*, com seus hábitos, com suas diferenças, capacidade econômica e, também, sua cultura herdada, somados à interatividade do lugar.

Começa-se, assim, um processo de metrópole com resistência de todos os lados, sem a identidade necessária vinda desde a era do Império e da Colônia, freada pelos interesses dos que nesses períodos perderam seus dividendos, por meio de uma ineficiência administrativa, política e agrária.

E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção.

E quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. A sua vida era uma decepção,

uma série, melhor, um encadeamento de decepções.⁵

O *coração* da cidade, agora, é comandado por uma linha de ferro que, associada ou corrompendo o poder, clamava por novos modos de mais-valia: do solo, do comércio e de bens ligados ao urbanismo. Assim iriam apoderar-se as novas formas de capitais, comandando por intermédio de atos institucionais as insatisfações dos menos favorecidos.

Mesmo assim, resistindo a tudo, a todas as violências e transformações, a cidade se reconstrói e volta a pulsar em relacionamentos, em multiplicidades, culturas e possibilidades para todos que aqui se destinam, seja por qualquer motivo ou natureza. Insiste em ser metrópole e universal, resumo de todas as culturas, e para isso reserva o seu lugar.

Voltemos então à Cidade Nova, local criado por Pereira Passos, mas que a partir de sua criação tomará dentro da cidade uma conotação de Brasil. Paremos, assim, em um *lugar* que resume toda a diversa natureza brasileira e se funde, que é a praça Onze.

A praça Onze era o centro popular da cidade e também o centro da Cidade Nova. Bares, samba, carnaval, choperias, bilhar, armazéns, barbearias, restaurantes, leiterias, cinemas, escola, praça, chafariz, vida! Todo dia, toda hora! Negros, nordestinos, portugueses, poloneses, enfim a cidade havia chegado no Brasil, e ali fora criado o tipo e a alma

carioca, resumo de tudo, de todos, de todas as nações, línguas, Zé Pereira, maxixe, marchinha, chorinho, ranchos, fundo de quintal, candomblé, São João, abre-alas, Chiquinha Gonzaga, Donga, Pixinguinha, Sinhô, João da Baiana e Tia Ciata, Heitor dos Prazeres, Cartola, samba, futebol, blocos!

Havia um bairro em torno da praça! General Pedra, João Caetano, Marquês de Pombal, Marquês de Sapucaí, rua do Santana, Benedito Hipólito, Júlio do Carmo... General Pedra, onde morou Heitor dos Prazeres, existia como uma comunidade.

Muitas vezes se jogavam peladas em plena rua, e isso no Centro da cidade. Tam-

bém eram muitos os times: Botafoguinho, Praça Onze, Esperança, Ipiranga, Canadá, Capitólio, Cidade Nova, Palestrino, All Jazz, Andorinha, Laderinha, Gramacho, Marino, Frigeler, Tupiara, Adrianino, Cata-Cata, Solteiros e Amigados, 100%, Jogados Fora, são alguns. Esses times, no carnaval, também tinham uniformes, com as cores de cada agremiação esportiva. Na praça, os bondes saíam carregados para a praia das Virtudes, Caju, praça XV. Mais tarde também os judeus lotaram esses bondes, levando mercadorias ou mesmo conduzindo-os, e estabelecendo na cidade novos tipos de comércio. Na praça existiam vários clubes, jornais, e sempre as pessoas se reuniam para um papo no Café Capitólio, para um



Vista aérea do Centro da cidade. 1957. Destaque: avenida Presidente Vargas.

café nas mesinhas...

Era terça-feira gorda. A multidão inumerável burburinhava.

Entre clangores da fanfarra passavam préstitos apoteóticos.

Eram alegorias ingênuas ao gosto popular, em cores cruas.

Iam em cima, empoleiradas, mulheres de má vida,

De peitos enormes – Vênus para caixeiros.

Figuravam deusas – deusa disto, deusa daquilo,

Já tontas e seminuas.

A turba, ávida de promiscuidade,

Acotovela-se com alarido e,

Aqui e ali, virgens atiravam-lhe flores.

Nós caminhávamos de mãos dadas, com solenidade.

O ar lúgubre, negros, negros...

Mas dentro de nós era tudo claro e luminoso!

Nem a alegria estava em nós.

Era dentro de nós que estava a alegria – a profunda, a silenciosa alegria...⁴

* * *

Ah! Não me esquecerei jamais daquela noite de janeiro, faz dois anos, em que vi descer do morro uma escola, cantando aquele admirável samba que em seguida Francisco Mignone aproveitou na sua *Quarta fantasia* para piano e orquestra. O céu estava altíssimo e a noite parara

exausta de tanto calor. E o pessoal veio do morro, cantando a sua linha de tristeza, tão violenta, tão nítida, que era de matar o passarinho. O negro da estiva fazia o solo mais ou menos, e logo o coro largava a se desesperar. As vozes das mulheres, quando então subiam nas quatro notas de arpejo ascendente inicial, vozes abertas, contraditoriamente alviçareiras, como que ainda empurravam mais o espaço dos grandes ares, deixando mais amplidão para a desgraça.

Uma desgraça real, nascida por certo de inconsciências tenebrosas, que quase impedia a contemplação da música belíssima de tão irrespirável tornava esta vida. Sei que não pude agüentar. Assim é a tristeza atual do samba. É possível que, dentro de poucos anos, mude de caráter, porque toda esta música urbana, mesmo de gente de morro, é eminentemente instável e se transforma fácil, como as coisas que não têm assento numa tradição necessária. E no caso, o nosso caráter nacional, não definido, atravessado de internacionalismos e influências estrangeiras fatais, seria essa necessária tradição.⁵

Não me cansaria de falar sobre a vida desse lugar, que foi o berço da poesia, da alegria, da mistura e do samba carioca. A praça Onze era o *coração da Cidade Nova*, o *coração da cidade* e o *cora-*

ção do Brasil.

Um pouco mais adiante da avenida, estava a Zona do Mangue. Mesmo depois das reformas de Pereira Passos, a cidade, nessa área, ainda permanecia (e permanece) colonial-eclético, cheia de casas pequenas de porta e janela, em terrenos mínimos, muito baratos, devido ao tamanho do lote. Outras não, com três ou quatro portais, dois andares, já com ornamentos... A pobreza da população, embora modificada, ainda resistia.

Mesmo assim, não podemos deixar de considerar o importante papel do Mangue na mestiçagem, na troca de valores, sobretudo poéticos. Nem a prostituição diminuiu o seu valor dentro da construção dos valores da sociedade. Alguns depoimentos colhidos de pessoas que vivenciaram o lugar em muito diferem da retratação triste das gravuras de Lasar Segal, que é expressionismo alemão. A visão que colhi das pessoas foi de um relacionamento natural, principalmente com as prostitutas, com quem muitos tiveram a sua primeira vez e histórias envolventes.

Soldados dos batalhões circunvizinhos (mesmo proibidos), marinheiros, gente da sociedade. Todos iam para o Mangue. O samba também ia, o morro do Estácio, Saúde, Gamboa, Livramento. Embora na maior pobreza, a cidade ali acontecia.

A cidade, lembrando os referenciais do lugar, se dispunha em zona do comércio e administrativa, comercial e burguesa

(cortada pela avenida Rio Branco) e no lado popular, comercial e habitacional. Com essa constituição, ela se preparou para crescer, mesmo guardando as contradições do lugar e de sua constituição política e social. Assim a cidade crescerá em todos os sentidos: para o oeste, a parte mais pobre e industrial, para a zona sul, a parte habitacional burguesa, que seria por todo o século XX e até hoje a grande área canalizadora de investimentos da cidade, na seqüência, Lapa, Glória, Flamengo, Urca, Copacabana. E por outro lado, Botafogo, Jardim Botânico, Lagoa, Gávea, fora a Tijuca, e os subúrbios.

No Centro da cidade, o desmonte do morro do Castelo aumentaria as possibilidades de reorganização urbana, sobretudo após a vinda de Alfred Agache, com os novos conceitos modernos de urbanismo. Começa assim a mudança dos conceitos de arquitetura, de aproveitamento dos lotes, escala, e a análise passa a basear-se em estatísticas relacionadas a todo o território.

Apesar do *zoning* proposto, algumas distorções já eram observadas por Agache, como a necessidade de construção de habitações populares no Centro da cidade, em contraposição à retirada destas como um processo perigoso de segregação urbana. Outra observação importante era a compreensão da cidade histórica e de sua estrutura urbana como área de preservação. Agache transfere a estação de trens para a praça da Bandeira, com a intenção de deslocar o flu-

xo que ali se concentrava, já considerando também a Cidade Nova em relação ao traçado histórico e ao grande eixo que ali existia, unindo todos os espaços que ali coexistiam, e que mais tarde seriam aproveitados com o nome de avenida Presidente Vargas.

A Cidade Nova era então um *rebatimento* da cidade histórica, e também um complemento do Centro da cidade. Mas por possuir uma proximidade maior com as áreas *habitacionais*, e também uma conexão com a praça Onze, transformou-se no verdadeiro *coração* pulsante da cidade, e reflexo de todas as fusões brasileiras em constante processo de interação diante da representatividade da capital. Estava pronto, assim, o complemento do Centro da cidade após a realização do canal do Mangue. A cidade ocuparia finalmente o território da Cidade Nova, com vida e comércio e dentro de uma espontaneidade brasileira (carioca) muito maior que a cidade histórica. Para isso, levava muitos anos, muitas transformações.

No aspecto urbano, como podemos ver nas fotografias, a massa do casario adaptava-se perfeitamente à praça da República, fechando-a como um espaço celestial. O Campo de Santana, ainda com o seu jardim constituído plenamente, juntamente com a rua General Pedra, fechando com as construções do miolo da avenida (destacando-se o Paço da Cidade), formavam um espaço perfeitamente delimitado e adaptado à escala huma-

na, para celebrações, como se podia ver nas paradas militares promovidas pelo Estado Novo, antes da abertura da avenida Presidente Vargas. Vale dizer, também, que a constituição da praça Onze, arquitetonicamente adaptada às proporções humanas, com seu casario neoclássico colonial, era um convite ao relacionamento. A cidade continuava com as transformações urbanas no seu caminho de construção, e no aspecto central, no seu *coração*, intensificava os seus relacionamentos.

Voltemos então a Willian Harvey, que apesar de suas grandes descobertas científicas, influenciara os pensadores das cidades de forma equivocada. O que se percebe ao se estabelecer um princípio como o da circulação sanguínea, para o fluxo e as trocas das cidades modernas, é que ele está mais ligado a uma *essência mecânica* do que propriamente humana, nem mesmo química no que concerne ao território das trocas e fluxos, como queria também Adam Smith com seu *homo economicus*. Nesse caso, o *homo economicus*, imaginado, especializado para as trocas, também era um cidadão, sujeito às necessidades e especificidades políticas de seus governantes, e aos aspectos culturais e espaciais do *lugar*.

Assim, no aspecto urbano, esse *coração* pulsa enquanto é forte uma interatividade e uma multiplicidade aceita por todos os cidadãos ali presentes em seu *território*, onde o lado próspero do lugar se dá, tam-

bém, pelo equilíbrio dos relacionamentos dispostos espacialmente. Para haver trocas, é preciso haver o que trocar, e pessoas com potencial econômico, como aconteceu no caso do Centro da cidade do Rio de Janeiro.

O *coração* da cidade, no caso, e comparando-o ao órgão humano, recebia todos os fluxos e filtrava-os em comportamento, em modo de vida, algo que também estava associado à vontade e ao prazer de se estar no *lugar*, de pertencer e não apenas *de lucrar*, de prolongar a sobrevivência no lugar belo e desejado, como o Rio de Janeiro. Quando falamos de uma cidade, mesmo no sentido econômico, falamos de mentalidades ligadas a todas as particularidades da experiência de vida no *lugar*, ao seu tamanho, à sua beleza, à sua representatividade política, enfim, às questões necessárias, à sobrevivência, e também ao seu crescimento, seja sob qualquer aspecto.

No caso do Rio de Janeiro, representativo que foi, em vários momentos do Brasil, como capital do Império e da República, temos a constituição de um espaço múltiplo, onde se fundiam várias culturas em constante processo de organização e relacionamento.

O Poder ao propor de maneira incisiva as reformas urbanas, e diversas vezes pela força, tentará diluir um processo sempre de crescimento e de resistência, em alguns momentos caótico, mas em nenhum momento individualista, ou isolado das interações e multiplicidades represen-

tativas, no que se refere às características de nação, povo e de cidade.

O Rio sempre foi uma cidade cosmopolita, aberta a todas as idéias de todo o mundo, com reflexos na sua cultura. Mesmo São Paulo, retrato da máquina econômica com reflexos em sua dimensão urbana, não interagiu de forma poética como o Rio de Janeiro, exatamente porque o reflexo da importância econômica ameniza as relações humanas, privilegiando a sua colocação dentro de um sistema apenas econômico.

No Rio de Janeiro, por ser uma cidade bela, poética, discute-se o modo de viver em relação ao sistema, como um processo que sempre reclama a sua representatividade também na forma de viver.

Temos então um sistema duplo, pois o Rio de Janeiro também é o *coração* do Brasil, é o lugar onde se exprime o sentimento de nação, e onde o *homo economicus* de Smith troca não só mercadorias, mas concepções diversas e influências. A sobrevivência sempre esteve ligada às decisões e aos conchavos políticos, e o povo da cidade sabe muito bem disso.

Não há como crescer, não há como progredir a não ser a partir de uma permissividade política. Do lado urbano, esse território concentra todos os fatos importantes da história brasileira, e o povo quando não protesta é constantemente convidado a participar, a conviver,

ver, lembrar, a sentir-se parte dos fatos e resultado dos acontecimentos.

Temos, então, um *coração* que não só bombeia fluxos como descobriu Harvey, mas também sentimentos, modas, posturas, atitudes, comportamentos em todo Brasil. Um *coração* de cidade que se assemelha à forma humana, vibrante, poético, representativo.

Na sua essência, o coração de uma cidade são as pessoas. São elas que irão promover o espírito do lugar, ou captá-lo para então traduzi-lo em sua maneira de viver. As formas arquitetônicas e o urbanismo estão subjugados a elas, ou renegados conforme a sua identidade. Não falamos de algo que apenas se impõe, mas de algo que reage também às imposições e aos atos falhos e a toda a vida, às mudanças muitas vezes promovidas por governos e suas economias, por seu espírito de *homo economicus*.

De uma maneira mais aberta, o Rio, em sua essência, já continha o espírito de uma metrópole, preparada para ser receptiva através de suas possibilidades humanas, representativas e naturais.

Entremos finalmente na era Vargas.

A cidade, acostumada a ver espetáculos militares e manifestações de apoio ao ditador, prepara-se para receber outra grande reforma urbana. Uma reforma que prometia transformar, nas palavras do governador Henrique Dodsworth, “a cidade maravilhosa, na cidade das

maravilhas”.

O plano era ambicioso e para isso o governo não pouparia os seus esforços, principalmente do Banco do Brasil. Alguma coisa oficial já havia sido feita para ocupar o grande espaço que sobrara com o desmonte do morro do Castelo, como o Ministério da Educação (no estilo moderno corbusiano), o do Trabalho, o da Fazenda (em estilo neoclássico agachiano), mas para a Cidade Nova os planos de renovação eram maiores, e de proporções fascistas.

Ao olharmos o plano em sua íntegra, questionamos o contraste da escala e das soluções propostas com a cidade que existia, e é claro com a integração que esta arquitetura e urbanismo proporcionavam à proximidade e ao relacionamento.

A perspectiva política era também de um plano econômico com a finalidade de arrancar o interior do país da mediocridade e de capitalizar o novo Centro da cidade, criando grandes corredores de circulação e novos investimentos onde mercadorias e possibilidades poderiam circular. Alguma coisa muito parecida com o que Adam Smith havia pensado, mas só com o rótulo de um capitalismo de Estado destinado à integração nacional.

A cidade passa a ser preparada, então, para esse espetáculo, em que as proporções deveriam crescer ante os olhos dos migrantes, como um símbolo do desenvolvimento, imortalizando Getúlio Vargas com o nome da avenida.

A Cidade Nova seria um território perfeito para implementar essas mudanças. Uma zona de intenso e pequeno casario, pequenos comércios, seguidos de pequenos vazios em direção à Zona do Mangue.

Novamente o povo, de todo o tipo, que viera à capital federal buscar as suas oportunidades, é iludido pelos ares do progresso e desenvolvimento. Além disso, no meio do caminho, é atropelado por uma guerra, que exigiu esforços e sacrifícios redobrados.

Assim, a cidade que havia se reconstituído, e assentado o seu complemento em relação ao seu *coração*, irá de novo esfacelar-se, pulverizando casas, igrejas, relacionamentos, e também a sua economia, no Centro da cidade.

Lugares como a praça Onze, pólo gerador e aglutinador de culturas e poesia, formador do espírito e da alegria carioca, foram totalmente perdidos. O seu casario comercial, recuado do eixo da avenida, só desapareceria em 1957, e jamais seria reconstituído. Até hoje poderia estar lá, gerando vida e servindo a população circunvizinha. Ruas como a General Pedra, que compunham o bairro com a praça, também desapareceram, e com ela o futebol, as peladas, a amizade de fundo de quintal, os casarios de pé direito altos, a alegria e a vida do lugar.

O plano que substituiria prédios com edículas agachianas previa o gabarito de 23 andares, vários recuos em direção à

avenida (ver área do mangue, praça Onze) e passagens subterrâneas nos principais cruzamentos, como na av. Senhor dos Passos e Uruguaiana. Além disso, preservava a rua General Pedra, com outra escala, e marcava no eixo da avenida o espaço celestial da praça Onze. Os quarteirões laterais à avenida também eram marcados por uma sucessão de pátios e recuos em relação às ruas, como na avenida Presidente Vargas.

Nada disso foi realizado. O resultado da guerra tirou a perspectiva de conclusão da avenida, de alguns quarteirões demolidos, da nova rua General Pedra. A queda do Estado Novo levou também às indenizações, que foram se arrastando até perderem-se como uma solução para os comerciantes e moradores atingidos.

O *coração* da cidade perde o rumo no seu *coração humano*, numa ação que talvez William Harvey comparasse, se houvesse descoberto, a um processo cancerígeno, a uma grande ferida exposta, que rompeu neste *território-corção* todos os fluxos naturais da cidade que vinham desde a Colônia, confundindo espaços, tipologias, extirpando vida dos lugares, transformando-o em um lugar morto. Em resumo, o *coração* da cidade deixou de bater.

É claro, permaneceu o samba, resultado agora dos morros mais próximos e distantes, terrenos baldios, galpões comerciais diante de ruas sombrias, e alguns moradores insistentes. Perto da praça Onze, apenas um prédio habitacional,

apelidado de “Balança mais não cai”, devido à sua alta densidade habitacional e diversidade, e mais nada...

Extirpado o Campo de Santana, depois da praça da República, a avenida foi aos poucos se reconstituindo como um único paredão de edifícios de 23 andares, onde se destaca no centro da avenida a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, que resistiu milagrosamente.

Criou-se, assim, um cenário de grandiosidade e de pouca vida no lugar, com uma tipologia e função bem marcadas, voltadas para escritórios e repartições burocráticas, que aos poucos foram afastando a vivacidade habitacional do centro da cidade e destruindo o casario pelo aumento excessivo do valor do solo, e também da escala que os escondeu.

A cidade, com a construção de Brasília, mudou o seu rumo buscando novos investimentos, em áreas mais valorizadas como Copacabana. O que ficou para trás foi esquecido sem qualquer perspectiva de investimento ou integração com as áreas comerciais mais próximas.

Destruiu-se assim, um *coração* pulsante, onde havia trocas e perspectivas, não somente comerciais, mas de relacionamento e esperança. Sobre as causas e fatores que levaram a isso, podemos enumerar muitos deles, mas primordialmente idéias científicas importadas e distantes da nossa *pobre realidade* e também do *nosso território*.

Nesse caso, a cidade assemelha-se a um verdadeiro *coração*, em que o que um homem sente se reflete na vida do próximo. Michel Foucault, desnudando os paradigmas do poder, nos mostra que “o poder circula”. Ou seja, está dentro de nós e de nossa admissão com relação ao comportamento sociopolítico, espacial e humano.

Então, qual será a verdadeira essência da cidade? Qual será, entre todas estas cidades, o seu verdadeiro *coração*? Qual a possibilidade de equilíbrio entre esses vários *corações*? Qual o resultado desse fluxo frenético, que ao transportar ambições, também destrói o convívio e as possibilidades de harmonia com o *lugar*?

O *homo economicus* também imagina as suas verdades, e por elas todos nós pagamos o seu preço. No caso de uma cidade, de uma cidade sadia, não há verdade absoluta, apenas uma razão única em viver, crescer e relacionar-se, e esse é o verdadeiro conhecimento que leva o homem à compreensão do seu próprio *coração* e do *lugar* que divide com os outros, e que, se assim o é, podemos chamá-lo de humano, ou compará-lo a um *coração*, como um *coração de cidade*.

Assim, homem e natureza dependem um do outro. Sobre a natureza, o homem exerce o fascínio de poder transformar a obra de Deus em dinheiro, ascensão, influências...

Essa simbiose também é um produto da geografia (corpo) do *lugar*. Essa história

atraiu um grande contingente de pessoas que vieram constituir uma verdadeira cultura. Feita, se assim podemos dizer, de *homo diversidade*, concentrando muitas informações, costumes e esperanças, na capital da República.

Desse modo, as pessoas presentes nos vários períodos compuseram um *coração* de cidade de sentimentos. Enfim, o *coração-sentimento* que Harvey e Smith não acharam.

Segundo Leonardo da Vinci, também um precursor da era moderna, “o homem é um modelo do mundo”, nele estão encerrados todos os sentimentos e todas as razões.

Durante a ocupação deste *território* e *coração* de cidade, o *modelo* carioca alcançou o bom relacionamento, admitiu as diferenças, esbanjou arte, poesia, a ale-

gria pulsante, a *gentileza* (que segundo Grande Otelo “é a marca do brasileiro”), a descontração, a amizade, o amor, a beleza.

Hoje, o Rio de Janeiro é uma cidade com vários *corações*. Em todos os bairros, nas favelas, em cada lugar há um *coração*. No seu embrião, o Centro da cidade, Saúde, Gamboa, Santo Antônio, Livramento, Mangue, Cidade Nova, praça Onze, morro do Castelo, praça XV, praça Mauá... O resumo disseminado em trocas fluidas e fluxos constantes de relacionamento com a natureza. É nesse cenário que crescerá a vida, alimentada de trocas e imaginação.

Será desse ponto que partirá a alegria e a poesia, para superar tudo, todos os obstáculos, um *coração pulsante* capaz de alimentar toda a cidade.

N O T A S

1. Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1990.
2. idem.
3. idem.
4. Depoimento de Manuel Bandeira sobre a praça Onze apud Dulce Tupy, *Carnavais de guerra*, Rio de Janeiro, ASB, 1985.
5. Depoimento de Mario de Andrade sobre o carnaval carioca apud Dulce Tupy, *Carnavais de guerra*, Rio de Janeiro, ASB, 1985.

Adriana Maria Almeida de Freitas
Doutoranda em Literatura Comparada pela UERJ. Professora
Assistente do Instituto de Aplicação da UERJ.

Romance Policial

Um fenômeno urbano

O presente artigo busca analisar o papel da cidade nas narrativas policiais, tendo por base os pressupostos do romance policial clássico, o cenário da literatura brasileira contemporânea e a polêmica discussão acerca da literatura dita pós-moderna.

Palavras-chave: romance policial, cidade, pós-moderno.



This study analyses the role of the urban space in detective narratives, based on the classic detective story purposes, the scenery of contemporary brazilian literature and the polemical discussion about the so-called postmodern literature.

Keywords: detective story, city, postmodern.

Em sua *A teoria do romance*,¹ Lukács estuda a perda do sentido imanente em que se baseava a epopéia helênica e o aparecimento do romance como forma artística da fragmentária era moderna. Quando os laços que vinculam o herói à comunidade perdem sua condição de essência inquestionável e o indivíduo faz emergir sua subjetividade problemática, estão dadas as condições para a solidão do homem moderno que vai estruturar – ainda para Lukács – o próprio romance como uma das configurações históricas da arte.

Também Walter Benjamin, em seu conhecido ensaio *O narrador*,² atesta o declínio da palavra narrativa na sociedade moderna, vinculando-o à crise de um tipo de experiência partilhada que dá lugar à solidão e à melancolia, característicos do sujeito moderno.

Se tais transformações e suas consequências já não eram, por si sós, superficiais, a vivência presente se faz acompanhar de outras tantas mudanças que, quer vistas como uma continuidade dos dilemas modernos ou como uma forma de superação destes, imprimem sentidos



e aprofundam problemas que fazem o homem contemporâneo questionar a própria sobrevivência da palavra literária em nossos dias, dominados pela mídia, pela informação de consumo imediato, pelas redes planetárias de computadores.

Mesmo não tendo por objetivo tomar a cargo esse debate por inteiro, é possível identificar, “mapear” quais formas específicas a literatura – particularmente a palavra narrativa, em foco para um número expressivo dos teóricos que tratam da contemporaneidade – tem assumido em suas contemporâneas modalidades de permanência e, com isso, ensaiar algumas perspectivas que ajudem a entender melhor o problema. Com o inegável predomínio da cultura urbana e industrializada na construção da experiência social de grande parte da humanidade na era moderna, o flerte da palavra artística com os chamados gêneros da cultura de massa afirma-se como um fenômeno que, se não é estritamente novo, assume status próprio e aponta um importante ângulo para a discussão.

De fato, se dadas modalidades de escrita proliferaram ou se consolidaram na lógica do mercado, do consumo, é fato também que a apropriação desses gêneros por artistas e intelectuais da envergadura de Umberto Eco – que alia erudição à cultura de massa no singular ro-

mance *O nome da rosa* – sugere algo mais do que rendição ao mercado. E é justamente o arquétipo narrativo do romance de Eco, o romance policial, um objeto privilegiado para investigar as relações da literatura e da cultura com os tempos contemporâneos e, mais especificamente, com a vida urbana. Nessa modalidade de narrativa, talvez como em nenhum outro conjunto específico de formas literárias, a subjetividade problemática do homem e a feição fragmentária da *urbe* se encontram, se alimentam e se completam.

AS ORIGENS DO GÊNERO: CIENTIFICISMO E AMBIÊNCIA URBANA

O romance policial, em sua origem, está intimamente relacionado ao romance de aventuras, como afirma Paulo de Medeiros e Albuquerque,⁵ principal estudioso do gênero no Brasil. Neste, assinala-se a constante luta entre forças antagônicas, expressando o bem e o mal. Naquele, observa-se a reincidência de dois elementos centrais: o criminoso, representando o mal, e o detetive, representando o bem.

O que possibilitou a delimitação do que hoje se denomina romance policial foi o advento do raciocínio e da lógica, e seu conseqüente emprego no desvelamento dos mistérios. Apesar das incursões



esparsas de outros autores no gênero em questão, pode-se afirmar que Edgar Allan Poe foi o precursor das histórias policiais, pois a intenção de desemaranhar, de usar o método analítico com o objetivo de desconstruir um enigma já aparecia explicitamente em sua obra. Em *Os crimes da rua Morgue*, uma das obras mais conhecidas do autor, o narrador assim inicia a história:

As faculdades do espírito, denominadas "analíticas", são, em si mesmas, bem pouco suscetíveis de análise. Apreciamo-las somente em seus efeitos. O que delas sabemos, entre outras coisas, é que são sempre, para quem as possui em grau extraordinário, fonte do mais intenso prazer. Da mesma forma que o homem forte se rejubila com suas aptidões físicas, deleitando-se com os exercícios que põem em atividade seus músculos, exulta o analista com essa atividade espiritual, cuja função é destrinçar enredos. Acha prazer até mesmo nas circunstâncias mais triviais, desde que ponha em jogo seu talento. Adora os enigmas, as adivinhas, os hieróglifos, exibindo nas soluções de todos eles um poder de acuidade, que, para o vulgo, toma o aspecto de coisa sobrenatural.⁴

O temor frente ao desconhecido e o es-

panto produzido pela resolução de um enigma são traços do romance policial pertinentes, portanto, à própria psicologia humana, conforme atesta o fato, já por muitos apontado, de que essa configuração narrativa está, em germe, em todas as investigações racionalmente conduzidas. É a ficção utilizando-se da razão para extrair prazer: o enigma vira crime e o cientista, detetive. Assim, Edgar Allan Poe trabalhou ficcionalmente, dando a forma literária do romance policial a uma inclinação humana já presente, por exemplo, em Édipo. A raiz profunda, metafísica, dessa narrativa é possível que resida na necessidade humana de eliminar o sofrimento que nos domina enquanto não atingimos a compreensão de uma dada questão.

A par do advento da lógica, o surgimento de determinadas circunstâncias possibilitou a sedimentação do romance policial. Trata-se, sobretudo, do aparecimento de uma civilização urbana atrelada, é claro, à industrialização; à criação da polícia; à existência ascendente de criminosos; ao desenvolvimento de um público consumidor de jornais, em que os crimes eram divulgados; ao surgimento do folhetim como gênero e às influências do positivismo, claramente presente na análise lógica desenvolvida, por exemplo, em *Os crimes da rua Morgue*.

Partindo da premissa positivista de que



o homem é objeto da ciência, o crime passou a ser estudado através da utilização do mesmo método de observação e análise. Desse modo, cientistas e detetives de um lado, índices materiais e psicológicos de outro, misturam-se nas trilhas analíticas. A influência do behaviorismo, por exemplo, é bastante clara no comportamento do detetive Dupin⁵ que, ao contrário de Édipo, possui um domínio explícito dos processos da ciência.

Allan Poe aplicou tal técnica de raciocínio à ficção, estabelecendo múltiplas combinações de elementos que, desde então, passaram a ser as peças mestras do surgente romance policial: um crime misterioso, o detetive, a investigação. Em *Os crimes da rua Morgue* há esses elementos fundamentais, recheados de muita violência, sutilezas psicológicas e suspense, o que garante um indubitável sucesso de público e, de certa forma, ajuda a marcar um específico lugar marginal para esse gênero literário nas discussões acerca dos fenômenos de cultura.

Muitas ainda, e diversas, são as interlocuções desse gênero com as tendências de seu tempo presente e com o espaço da cidade. Francis Lacassin,⁶ por exemplo, afirma que Poe teve como fonte Voltaire, Vidocq, Campanella, Lavater e Laplace entre outros, com clara influ-

ência francesa. Da mesma forma, evidencia-se a ambientação urbana das histórias policiais. Nessa combinação, Poe tanto escolheu Paris como cenário para três romances – *Os crimes da rua Morgue*; *A carta roubada*; *O mistério de Marie Roget*, quanto acentuou procedimentos do método científico na composição literária, conforme claramente exposto em *La genèse d'un poème*: “Minha intenção é demonstrar que nenhum ponto de composição pode ser atribuído ao acaso ou à intuição e a obra marchou, passo a passo, rumo à solução com a precisão e a rigorosa lógica de um problema matemático”.⁷

O que Poe ressalta é, pois, a supremacia da lógica, da racionalidade sobre a inspiração. Além disso, o desfecho de cada história era pensado *a priori*, para que o encadeamento fosse perfeito, para que cada incidente caminhasse em direção ao desfecho previsto.

No tocante ao romance policial, além dessa técnica de antes de se iniciar a narrativa elaborar-se a conclusão, Allan Poe destaca que é fundamental que se faça uma consideração prévia acerca do efeito que o escritor deseja extrair do romance em questão. A resposta deve ser clara e objetiva: *medo*. Esse é o propósito primeiro do romance policial e, para tal empreendimento, lança-se mão



do mistério e de cenas de horror, numa forma de experimentação que se iria consolidar mais tarde, embora com formato diferente, no chamado “romance de tese” naturalista, e que, muito tempo depois, ainda ocuparia parte considerável da produção cinematográfica.

Por meio da palavra, o medo se torna uma tortura da imaginação e estabelece uma relação poética entre o leitor e narrador; o mundo com seu caráter ainda selvagem e ameaçador (por mais contraditoriamente urbano e racionalizado que possa parecer) é, dessa feita, uma fonte fundamental de inspiração literária. O romance policial é permeado por esses vários elementos advindos do contato do homem com o outro e com o desconhecido – medo, mistério, investigação, curiosidade, assombro, inquietação, que são dosados de acordo com os autores e as épocas.

Várias poderiam ser as associações entre o extraordinário desenvolvimento do método científico e o crescimento das cidades, mas, no tocante à narrativa policial, é possível ir mais além: pode-se afirmar que a própria existência do espaço urbano, tal como o conhecemos na modernidade, assume papel decisivo. De fato, Walter Benjamin,⁸ a propósito das narrativas de Poe, identifica a cidade, a multidão e a massa como elementos que

possibilitam o anonimato, a proteção do criminoso.

As mezinhas calmantes que os fisiologistas punham à venda logo foram ultrapassadas. Por outro lado, à literatura que se atinha aos aspectos inquietantes e ameaçadores da vida urbana, estava reservado um grande futuro. Essa literatura também tem a ver com as massas, mas parece que de modo diferente das fisiologias. Pouco lhe importa a determinação dos tipos; ocupa-se, antes, com as funções próprias da massa na cidade grande. Entre essas, uma que (...) é destacada num relatório policial: “É quase impossível – escreve um agente secreto em 1798 – manter boa conduta numa população densamente massificada, onde cada um é, por assim dizer, desconhecido de todos os demais, e não precisa enrubescer diante de ninguém”. Aqui a massa desponta como o asilo que protege o anti-social contra seus perseguidores. Entre todos os seus aspectos ameaçadores, este foi o que se anunciou mais prematuramente; está na origem dos romances policiais.⁹

A reflexão de Benjamin, que parece genialmente antever a atual explosão da criminalidade nos grandes centros urba-



nos, pode, com muita pertinência, ser aplicada à análise da dita revalorização do romance policial. Tamanho destaque mereceriam as formas de existência do homem nas cidades – para o crítico alemão, verdadeiras ruínas modernas aprisionadas pelo senso da mercadoria – que, a propósito da vida urbana e da presença marcante da multidão, Benjamin aproximaria ainda Poe, Marx e Engels na caracterização do fenômeno da massificação nas grandes cidades, privilegiando um objeto de análise que ainda hoje ocupa boa parte do debate intelectual:

Uma cidade como Londres, onde se pode vagar horas a fio sem se chegar ao início do fim, sem se encontrar o mais ínfimo sinal que permite inferir a proximidade do campo, é algo realmente singular. Essa concentração colossal, esse amontoado de dois milhões e meio de seres humanos num único ponto centuplicou a força desses dois milhões e meio... Mas o sacrifício que isso custou só mais tarde se descobre. Quando se vagou alguns dias pelas calçadas (...) só então se percebe que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua humanidade para realizar todos os prodígios da civilização (...). O próprio tumulto das ruas tem algo de repugnante, algo que revolta

a natureza humana. (...) Essa indiferença brutal, esse isolamento insensível de cada indivíduo em seus interesses privados, avultam tanto mais repugnante e ofensivo quanto mais esses indivíduos se comprimem num espaço exíguo.¹⁰

Engels assim registrou o que era, para ele, a vida em Londres na segunda metade do século XIX. O mesmo, ou quase o mesmo, poder-se-ia dizer de qualquer metrópole contemporânea. Não parece, de fato, fruto do acaso serem Rio de Janeiro e São Paulo as cidades que estão no centro do ressurgimento do romance policial entre nós.

ROMANCE POLICIAL NO BRASIL: VIOLÊNCIA, INTRIGA E A GRANDE ARTE

Não se pode dizer que, no Brasil, há uma tradição de se produzir romance policial, como sempre houve nos Estados Unidos e na Europa. Há, contudo, nas últimas décadas, uma recorrência do gênero e, em todas as experiências pesquisadas, observa-se o mesmo sucesso de público alcançado por correlatos estrangeiros.

Quase cem anos depois de Edgar Allan Poe, a ficção policial brasileira foi lançada da mesma forma, em folhetins. Precisamente em 20 de março de 1920, iniciou-



se a publicação de *O mistério*,¹¹ no jornal *A Folha*, de Medeiros e Albuquerque. Nascia o nosso primeiro romance policial, escrito por Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Viriato Correia e Medeiros de Albuquerque. Para se ter idéia do sucesso obtido, ao virar livro, em 1928, três edições já haviam sido publicadas, transformando-se, à época, num *best-seller*, com dez mil exemplares vendidos. Dos quatro autores, apenas Medeiros e Albuquerque continuou fazendo histórias policiais (*O assassino do general*, em 1926, e *Se eu fosse Sherlock Holmes*, em 1932 – ambos de contos). A respeito deles, o autor chegou a escrever o seguinte:

A única coisa que me distraiu foi pensar num conto... No primeiro capítulo de *O mistério* eu escrevi um crime bem-feito, que ninguém poderia descobrir porque o bandido Viriato fez o criminoso, que era meu protegido, confessar. Recentemente, em contos do *Jornal do Brasil*, eu descrevi um crime em *Impunido* e outro em *Implacável*. Diante deles, várias pessoas me falaram da impossibilidade de passar da teoria à prática. Outros me advertiram que eu estava dando ensinamentos perigosos.

Pensei em aperfeiçoar os meus pensamentos criminosos. E estive minucio-

samente arquitetando dois crimes possíveis, crimes bem-feitos, em que uma pessoa que precisa matar outra, por uma questão de honra ou porque não queira que essa pessoa exista, pode matá-la certamente, seguramente, sem deixar nenhum vestígio do seu ato, e sem levantar a menor suspeita...

Que isso é possível – garanto. Pensem que eu tenha passado estes dias ruminando o meu conto devagarinho, por todas as faces, prevendo todas as objeções... Quem sabe quantos crimes impunes têm sido cometidos! O do meu conto, se fosse ou se for praticado, não falhará e não terá quem descubra...

O que eu não sei é se devo publicar o conto...¹²

De fato, o escritor em questão enfrentou o preconceito de muitos intelectuais que viam com reserva o gênero policial. Apenas na década de 1930 apareceria outro autor, Jerônimo Monteiro, que, aliás, precisou (ou preferiu) usar um pseudônimo inglês: Ronnie Wells. O detetive de suas narrativas era Dick Peter, criado inicialmente para o rádio.

Outros escritores vieram e deram continuidade à tradição policial que se iniciara. Paulo Medeiros e Albuquerque¹³ con-



sidera que o Brasil, por condições específicas de suas grandes cidades, tornou-se terreno fértil para uma dada modalidade de literatura policial: aquela que se baseia em crimes reais, o que na época já se delineava como um fenômeno assustador.

Tal modalidade, inaugurada pelo próprio Edgar Allan Poe em *O mistério de Marie Roget*, ganhou também grande popularidade. No caso específico de Poe, chegou-se a acreditar que ele havia conseguido solucionar o mistério por meio da leitura de jornais e da simples utilização do raciocínio – o que não corresponde à realidade, pois, pelo que se sabe, o criminoso jamais foi descoberto.

Mais recentemente, na produção literária brasileira da década de 1980 em diante, verificou-se, em meio a uma intensa pluralidade de formas narrativas que convivem e se mesclam, a retomada do romance policial. O espaço urbano, palco de intensas contradições sociais e de uma avassaladora onda de crimes, avulta como um misto de cenário e motivação das histórias policiais.

O gênero em foco constitui, pois, uma marca dominante na obra de inúmeros autores brasileiros contemporâneos: Rubem Fonseca, Patrícia Melo, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Tony Belloto, entre outros. Do ponto de vista editorial, o interesse

por esse tipo de narrativa parece confirmar-se quando se verificam iniciativas como a de uma grande editora que recentemente lançou uma série, que deverá ter vinte títulos, de romances policiais escritos por autoras brasileiras que são estreantes no gênero.

Tomando a obra de Rubem Fonseca como exemplo, verifica-se a recorrência de importantes pressupostos teóricos do romance policial. A ambientação de suas histórias é prioritariamente urbana, com o luxo da burguesia, o submundo e o lixo inerente ao homem e às metrópoles. Há inúmeras referências a lugares, instituições, pessoas conhecidas e outros dados de domínio público, configurando também um recurso de verossimilhança: “Fomos para o bar Amarelinho, na esquina da rua Alcindo Guanabara”; “o único anúncio que havia, no *Jornal do Brasil*, *O Globo*, e *O Dia*”¹⁴; “Já foi ao Porcão, da Avenida Brasil? Ao Freeway, na Barra? Ao Carrefour?”¹⁵. Nesse caso, estabeleceu-se um pacto de cumplicidade também entre o narrador e o leitor comum que transita no espaço urbano do Rio de Janeiro, pois as citações são perfeita e propositalmente acessíveis, tornando reconhecível a ameaça urbana que cerca os cidadãos todos os dias.

Na prosa de Rubem Fonseca, destacam-se níveis diferenciados de leitura, tornan-



do ténues as fronteiras entre o popular, o prosaico e o erudito, procedimento de composição artística que, para muitos, está no cerne da chamada pós-modernidade ou modernidade tardia. Esse tipo de arte, para seus estudiosos, permite um acesso fácil pela homogeneidade de formato com a cultura de massa, mas, ao mesmo tempo, engendra uma sutil interlocução com o que há de mais refinado na produção artística e intelectual conhecida, só percebida e refletida por seus conhecedores, que teriam, dessa forma, um outro viés de acesso à obra, ao final, portanto, lida por todos.

No caso específico do romance *A grande arte*, de Rubem Fonseca, tal hibridismo sobressai já no título. Faz-se uma alusão apriorística a Hegel, que perde completamente o referencial ao longo do texto, pois o que se depreende da leitura é exatamente a inviabilidade da chamada *grande arte* e dos modelos tradicionais, numa época em que as pessoas estão “empilhadas nos edifícios”, e se valem dos critérios de eficiência, rapidez e praticidade.

O título da primeira parte do romance constitui um índice da violência e da intriga policial que vai atravessar toda a história: PERCOR. Trata-se de uma sigla, conforme elucidada o próprio narrador pos-

teriormente: “sigla que definia um conjunto de técnicas e táticas de manejo de armas brancas”.¹⁶ Da mesma forma, a *grande arte* refere-se, também, ao manuseio de facas e ao ofício de matar:

NÃO ERA uma ferramenta como as outras. Era uma feita de material de qualidade superior e o aprendizado do seu ofício muito mais longo e difícil. Para não falar no uso que dela fazia o seu portador. Ele conhecia todas as técnicas do utensílio, era capaz de executar as manobras mais difíceis – a inquantata, a passata sotto – com inigualável habilidade, mas usava-o para escrever a letra P, apenas isso, escrever a letra P no rosto de algumas mulheres.¹⁷

(...) Muitos anos antes de Cristo havia na Grécia um poeta que dizia: “tenho uma grande arte: eu firo duramente aqueles que me ferem. Minha arte é maior ainda: eu amo aqueles que me amam”.¹⁸

Os trechos citados atestam a banalização, a dessacralização da obra de arte que o autor opera. Afinal, o que é a *grande arte* na contemporaneidade? Esse é o questionamento subjacente ao romance de Rubem Fonseca, que equipara a arte a um ofício qualquer, ressaltando sua precariedade em um mundo que já fora identificado como o da crise



da experiência partilhada e, portanto, da palavra narrativa. A utilização das técnicas do romance policial possui papel central neste exercício tenso de dessacralização e, simultaneamente, de permanência da obra de arte: lança-se mão de um gênero desprestigiado pela academia, mas consagrado pelo grande público e dá-se a ele, ironicamente, o título de *A grande arte*. “Desenhar um P qualquer um desenha. E estrangular, a gente nasce sabendo. Você inventou que decifrou os cadernos e pode, assim, inventar a história que quiser.”¹⁹

Mais uma vez, resume-se o romance ou a arte a uma “invenção qualquer” e o leitor volta a se defrontar com o jogo de Rubem Fonseca, que, na verdade, se sustenta num projeto estético bem produzido, que resulta numa tentativa metalingüística, ficcional, de tratar a questão da sobrevivência da palavra narrativa em um mundo marcado pela fragmentação da experiência e pelo isolamento do sujeito.

Logo nas primeiras páginas, para iniciar o jogo, entra-se em contato com alguns elementos básicos que integram o romance policial: um crime foi cometido misteriosamente; a vítima é uma prostituta; o criminoso traçou com uma faca a letra P no rosto da mulher; o papel de detetive será desempenhado por um advogado,

Mandrake (Raul) – “acostumado, profissionalmente, ao exercício da hermenêutica”.²⁰ Mandrake é auxiliado por seu sócio Wexler, também advogado criminalista, que funciona na narrativa como uma espécie de Watson. Na verdade, os crimes envolvendo as prostitutas são apenas a ponta do novelo que esconde escândalos financeiros de importantes famílias, tráfico de drogas e outras contravenções que puderam se desenvolver na sociedade brasileira em virtude, sobretudo, da impunidade e da corrupção reinantes. Ingredientes romanescos, esses elementos constituem, também, um arsenal de índices daquilo a que parece ter se reduzido a vivência atual no imaginário do cidadão comum brasileiro.

A par dessa forma de identidade, habilmente manejada no romance, o suspense e o desejo de descobrir o culpado acionam ainda a curiosidade do leitor, ingrediente essencial do romance policial. Entretanto, como já se disse, essa expectativa resulta inócua, visto que o assassino jamais será descoberto e o objeto causador de tantas mortes (uma fita de vídeo) não tinha coisa alguma gravada! Com essa radical subversão dos cânones da narrativa policial, Rubem Fonseca opera o que preconizam teóricos do chamado pós-moderno: discute temas como a solidão do homem moderno, o vazio da



experiência e o lugar da arte na sociedade contemporânea, mantendo o interesse até do leitor mais comum – aquele que passa ao largo desse debate e frui apenas a intriga policial – até o final.

Assim, *A grande arte* não se deixa escravizar pelas normas mais fechadas do gênero policial, acrescenta dados inusitados e consegue perfeitamente, para utilizar a expressão de Umberto Eco, “iludir o leitor ingênuo”, que se demonstra sempre interessado em saber “de quem é a culpa” e, para isso, precisa entrar no labirinto: “Ironia, jogo metalingüístico, enunciação elevada ao quadrado. Portanto, com o moderno, quem não entende não pode aceitá-lo, ao passo que, com o pós-moderno, é possível até não entender o jogo e levar as coisas a sério. O que constitui a qualidade (o risco) da ironia. Existe sempre quem toma o discurso irônico como se fosse sério”.²¹

Também entre os críticos brasileiros, não passa despercebida essa intencionalidade de enfrentar as questões contemporâneas na obra de Rubem Fonseca: “Essa postura dialética e cínica da arte que finge não ser arte para melhor ser é a grande via de Rubem Fonseca. (...) É esse o jogo. Ora simulacro da obra de arte, ora essência artística historicamente possível, não se pode negar a esse romance de Rubem Fonseca o título de Grande

Arte”.²²

O autor brasileiro revisita, pois, ironicamente, um tipo de narrativa que ocupa lugar de destaque dentre os gêneros tradicionais de massa, de consumo. Muitos de seus livros se tornaram *best-sellers* (a exemplo de *Vastas emoções e pensamentos imperfeitos* e *Agosto*): o grande público lê e gosta; os críticos e estudiosos de literatura também. Tal retomada suscita o debate acerca da arte na pós-modernidade ou na modernidade tardia.

Ocupando lugar de destaque nos meios intelectuais, a polêmica em torno da existência ou não dos tempos pós-modernos encontra defensores conceituados, quer de uma posição, quer de outra. Segundo Sérgio Paulo Rouanet,²³ a discussão origina-se da constatação generalizada de que a modernidade, tal como a compreende Weber,²⁴ passa por alterações significativas. O problema está em se encarar tais alterações como uma verdadeira ruptura dos parâmetros modernos, o que configuraria a pós-modernidade nas esferas da sociedade e da cultura; ou apenas como uma “consciência da ruptura”, ou seja, uma revisão da modernidade que, feita com suas próprias armas, não chegaria a romper com seus principais elementos definidores.

Essa arte está, sem dúvida, sob a influência das manifestações concretas do que



seriam os chamados tempos pós-modernos, marcados pela “onipresença do signo e do simulacro, do vídeo e da hipercomunicação”, no cotidiano; pela “planetarização do capitalismo”, na economia; e pela atomização de grupos e movimentos sociais no cenário político.²⁵

Se é verdade que está delineando uma sociedade informatizada, fragmentária, privada de grandes referências e em meio a uma profunda crise de valores; a arte, e em especial a literatura, vai se apresentar sob o estigma do fragmento, da fratura, do *desfazimento*. Instaura-se, conscientemente e sem reservas, o reino do pastiche, da citação e da intertextualidade, em contraposição a qualquer perspectiva de totalidade, de continuidade ou de pretensa originalidade – conceitos inviáveis num mundo de particularismos, de partes descontínuas e de esgotamento da própria noção do novo.

Para alguns autores como Jameson,²⁶ essa atitude é característica da relação *sui generis* da arte com a história nos tempos pós-modernos. A figura do artista como sujeito criador, original, dilui-se na sociedade da hipercomunicação e da multiplicidade dos recursos tecnológicos; e o artista, então, recorre ao passado, compondo um pastiche de obras anteriores, dialogando com a própria tradição

cultural. É importante notar, entretanto, que não parece se tratar da mesma atitude parodística que, característica do modernismo, satirizava alguma norma ou elemento dessa tradição: “num mundo em que não há mais uma norma hegemônica, e sim mil estilos concorrentes, a imitação não se dá sobre o pano de fundo de um estilo padronizado, e portanto não tem uma intenção ulterior, satírica ou cômica. É o pastiche, a imitação pela imitação”.²⁷

Há de se notar que também não se trata de uma imitação ingênua, reprodutora de um padrão sublimado como ideal. Como observa Umberto Eco, a atitude pós-moderna de revisitar o passado evita a falsa inocência, à medida que, assumindo declaradamente a imitação do já dito (que não pode ser eliminado), insere-se no jogo da ironia em relação a esse.²⁸ Se, por um lado, não há intenção corrosiva da paródia modernista, por outro, avulta a clareza de que os elementos do passado não podem, em nosso tempo, ter a mesma recepção que tiveram em sua época.

Trata-se de um desafio para a teoria literária investigar exatamente como seria a mimesis na dita pós-modernidade. Se, para Platão,²⁹ era uma espécie de mediação entre a linguagem e a realidade, uma produção de aparências enganado-



ras; se, para Aristóteles,³⁰ é próprio ato criador; e se, na modernidade, assumiu uma função crítica e criadora, exercendo um papel de “negação do modo de ser burguês”³¹ – segundo Walter Benjamin, identificado com a “perda da aura”, fruto de uma série de transformações no campo da estética e do próprio período histórico; nos “tempos pós-modernos”, essa questão se torna mais complexa, visto que, como se disse, já se superou artisticamente o exercício da paródia (tomada aqui como símbolo do projeto estético da modernidade, em geral, e do modernismo, em particular), e os impasses colocados para a arte chegam até mesmo a colocá-la em xeque.

Configura-se, então, uma auto-referencialidade da literatura dita pós-moderna, que se manifesta quer na relação com sua tradição, quer no privilégio concedido à linguagem. Tal privilégio, oriundo, em grande parte, da consciência de que agora, mais do que nunca, o *real* e o *autêntico* são, na verdade, construções discursivas, faz com que a arte literária se ocupe mais de si mesma que do mundo circundante, o que, entretanto, não conduz ao hermetismo da poética modernista.

De fato, uma das características mais ressaltadas pelos defensores do pós-moderno, é justamente a capacidade que a

arte de ruptura tem de transitar por diferentes espaços de recepção. Assim, a literatura pós-moderna é capaz de propiciar níveis de leitura variados, que vão desde o simples prazer de fruir uma história bem contada, até a reflexão problematizadora de questões inerentes à compreensão do mundo e à própria escrita literária. Estariam apagadas, dessa forma, as fronteiras entre cultura erudita e cultura de massas.

A combinação das técnicas policiais com o mergulho profundo na criminalidade urbana, além de promover um diálogo com os preceitos da mencionada pós-modernidade ou modernidade tardia, indica a possível quebra de um padrão, de uma expectativa do leitor de identificar na literatura o *sublime*. Trata-se, portanto, de se despojar do saudosismo em relação às *grandes obras*, capazes de resgatar o papel de representação de (supostos) valores essenciais, que outrora coubera à esfera artística.

A aceitação dessa idéia implica também o abandono dos preconceitos em relação às produções que, via de regra, foram marginalizadas pela tradição da cultura erudita. Elas, na verdade, já se transformaram em dados inalienáveis da cultura ocidental e, dessa forma, compõem um considerável arsenal, para o artista que busca sobreviver em meio a tal sociedade.

N O T A S

1. Georg Lukács, *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*, São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2000.
2. Walter Benjamin, O narrador, In: *Walter Benjamin*, Coleção *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1975.
3. Paulo de Medeiros e Albuquerque, *O mundo emocionante do romance policial*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, p. 2.
4. Edgar Allan Poe, *Ficção completa, poesia e ensaio*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1981, p. 50.
5. Detetive das narrativas policiais de Edgar Allan Poe.
6. Apud Boileau-Narcejac, *O romance policial*, São Paulo, Ática, 1991, p. 20.
7. *ibidem*, p. 21.
8. Walter Benjamin, *Obras escolhidas*, v. III, São Paulo, Brasiliense, 1989.
9. *ibidem*, p. 38.
10. Apud Walter Benjamin, *Obras escolhidas*, op. cit., p. 54.
11. Paulo de Medeiros e Albuquerque, op. cit., p. 205.
12. *ibidem*, p. 176.
13. *ibidem*, p. 208-209.
14. *ibidem*, p. 135.
15. *ibidem*, p. 138.
16. *ibidem*, p. 78.
17. *ibidem*, p. 7.
18. *ibidem*, p. 114.
19. *ibidem*, p. 288.
20. *ibidem*, p. 41.
21. Umberto Eco, *Pós-escrito a O nome da Rosa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
22. Sônia Salomão Khéde, *Os preferidos do público: os gêneros de literatura de massas*, Petrópolis, Vozes, 1987.
23. Sérgio Paulo Rouanet, A verdade e a ilusão do pós-moderno, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Ciência e Cultura, 1986, p. 28-53.
24. Para Weber, "a modernidade é o produto do processo de racionalização que ocorreu no Ocidente, desde o final do século XVIII e que implicou a modernização da sociedade, e a modernização da cultura". Apud Sérgio Paulo Rouanet, op. cit., p. 30.
25. *idem*.
26. F. Jameson, Pós-modernidade e sociedade de consumo, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 12, jun. 1985, p. 16-26.
27. *idem*.
28. Umberto Eco, op. cit., p. 50.
29. Platão, livros III, VI, VII e X.
30. Aristóteles, Poética, In: *Aristóteles*, Coleção *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
31. Lúcia Helena, Totens e tabus da modernidade brasileira, *Tempo Brasileiro*, Niterói, Eduff, 1985, p. 203-206.

Frederico Oliveira Coelho

Mestre em História Social pelo IFCS/UFRJ. Doutorando em Literatura Brasileira pela PUC-Rio. Pesquisador do Núcleo de Estudos Musicais da UCAM.

Espaço Urbano e Música Popular no Rio de Janeiro

Diálogos e conflitos

Na história da música popular carioca do último século, o samba urbano, produzido nas suas primeiras décadas, e o funk, que surge em suas últimas, são dois momentos distantes porém fundamentais para se debater a história da própria cidade. Surgidos nas periferias e favelas, cada ritmo desenvolve uma dinâmica específica na relação entre distintos grupos sociais e seus interesses na formação de suas práticas e representações. A intenção deste artigo é levantar algumas questões acerca das possibilidades de aproximações e diferenças nas trajetórias desses dois universos criativos, dando ênfase aos diálogos e silêncios entre as diferentes cidades que habitam o espaço urbano – e musical – do Rio de Janeiro contemporâneo.

Palavras-chaves: Rio de Janeiro, samba, funk, favela, periferia, música popular, história.



In the history of twentieth-century popular music in Rio de Janeiro, urban samba, produced in the century's early decades, and funk, appearing in its last decades, are two widely separated moments, but both are of fundamental importance in the study of the city's history. Each of these rhythms, arising in favelas and peripheral areas, developed its own dynamics in the relation between distinct social groups and their interests in the formation of their practices and representations. The present paper raises some questions concerning the possibilities of finding similarities and differences between the development of these two creative spheres, with emphasis on the dialogues and silences between the different cities contained in the urban and musical space of contemporary Rio de Janeiro.

Keywords: Rio de Janeiro, samba, funk, favela, popular music, history.

“Quando derem vez ao morro toda a cidade vai cantar”
Tom Jobim e Vinicius de Moraes, *O morro não tem vez*, 1963.

“Eu só quero é ser feliz, andar tranqüilamente na favela em que eu nasci”
Kátia e Julinho Rasta, *Rap da felicidade*, 1995.

AS MODAS DE TODAS AS NAÇÕES

A história carioca sempre foi musical. Em primeiro de maio de 1892, Machado de Assis escrevia em uma de suas crônicas na *Gazeta de Notícias* que o Rio de Janeiro do qual sentia saudades era aquele em que “dançavam-se as modas de todas as nações”. Na memória do cronista, ou seja, algumas décadas anteriores ao texto, a vida musical da cidade “não era só o fadinho brasileiro, nem a quadrilha francesa; tínhamos o fandango espanhol, a tarantela napolitana, a valsa alemã, a habanera, a polca, a mazurca, não contando a dança macabra, que é a síntese de todas elas”.¹ A descrição de Machado de Assis sobre a cidade do Rio, ainda em meados do século XIX, pode ser posta ao lado de diversas outras que demonstram ao longo da nossa história os fundamentos da cultura carioca e suas relações intrínsecas com a música popular de todas as origens e tipos.² Relações essas que permanecem potentes até hoje. Talvez não mais com fados, tangos, habaneras ou valsas, mas com *drum and bass*, *eletrô*, rock, *rap* e funk. Se os ritmos dessa polifonia foram mudados, algo porém permaneceu inalterado: a existência de uma “dança macabra, síntese de todas elas”, que sempre atrai e assusta a população da cidade. Nos tempos de Machado, podemos deduzir como “dança macabra” os primórdios das primeiras umbigadas do samba e dos primeiros remelexos corporais do maxixe. Já nos

dias de hoje, os bailes funk com seus passos mais que sensuais e as rodas de *break* com suas ligações diretas na capoeira carioca ainda sustentam a atração e o “temor” de muitos em torno das danças cariocas contemporâneas.³

Este artigo tem como objetivo levantar algumas questões acerca da história da produção musical popular no Rio de Janeiro e sua íntima relação com outras dinâmicas históricas que se configuraram na cidade ao longo do último século. Dentre essas dinâmicas, destacam-se sobretudo aquelas vinculadas aos conflitos e interações decorrentes das desigualdades econômicas, sociais e culturais que permeavam – e permeiam cada vez mais – o tecido urbano carioca. A música popular foi e é decisiva para a formação de um espaço privilegiado de diálogo na sociedade, em que essas desigualdades são tanto relativizadas quanto aprofundadas. Sua capacidade principal é a de se constituir ao longo da história como um *lugar de memória* fundamental na construção das identidades culturais de populações e comunidades. Até hoje podemos enxergar o uso estratégico da música popular como fator de agrupamento e integração coletiva. Ao mesmo tempo, é também através dos diferentes discursos musicais sobre o Rio de Janeiro que podemos flagrar momentos de intenso conflito e desagregação nas suas relações culturais. E quando afirmo aqui relações culturais, pretendo dar conta das outras dimensões – o social, o político, o material –, já que a música é o que podemos cha-

mar, como veremos mais à frente, de “fator social total”, devido à sua capacidade de aglutinar em seu universo criativo todas essas questões e atravessar essas fronteiras.

Nas primeiras décadas do século XX, o intenso processo de modernização do Rio de Janeiro e de sua cultura – a “invenção do carioca” na feliz definição do trabalho de Antônio Herculano Lopes – trazia no seu bojo o surgimento de ritmos como o maxixe, o choro e o samba urbano. A história desses ritmos e de algumas trajetórias já conhecidas que se destacaram para a posteridade nos mostra que a música popular injetou na vida urbana carioca possibilidades de convivências, de circularidades, de trocas culturais, de críticas sociais e de relativização, mesmo que tênue, das diferenças entre as classes e espaços na cidade. Era o período em que a praça Onze e suas imediações na zona central – Gamboa, Saúde, Estácio e principalmente Cidade Nova – tornavam-se o epicentro dessa “invenção”, possibilitando o contato entre descendentes de escravos baianos e cariocas, entre tradições urbanas e rurais, entre brancos e negros, entre artistas populares e a nascente indústria cultural. Citando o trabalho pioneiro de Roberto Moura sobre o tema, era lá, na Cidade Nova, que “festeiros baianos, músicos e compositores negros em processo de profissionalização e os primeiros empresários da caótica vida noturna da cidade criaram as formas modernas da canção popular carioca, antecedendo

uma nova geração de compositores”.⁴ A “Pequena África”, sempre lembrada a partir das emblemáticas figuras das tias (Ciata, Bebiana, Perciliana, entre outras), deu para a cidade a possibilidade de uma cultura popular legitimamente mestiça e carioca, já que praticava o hibridismo e a quebra de barreiras em plena época de definições sobre o que era “belo”, “civilizado” ou “moderno”, e o que era “vulgar”, “bárbaro” ou “atrasado”.

Após muitas décadas, o Rio de Janeiro termina esse mesmo século não mais sob o signo de uma abertura otimista e decidida para a modernidade e o progresso. Nos anos de 1980 e 1990, uma série de eventos cristalizou um sentimento de desconfiança entre os grupos sociais que habitam o espaço urbano, resultado de um aprofundamento contínuo das disparidades econômicas e do acirramento dos conflitos sociais – desencadeados hoje de forma permanente. A aproximação forçada cada vez maior entre bairros e classes, a escalada da violência urbana e fatores como o inchaço da cidade e o desemprego são elementos que criam a seguinte contradição: apesar de mais integrada do que nunca no sentido espacial, sua população se encontra mais distante do que nos tempos em que se cruzava a cidade de bonde. Favelas superlotadas ocupadas pelo tráfico de drogas e moradores de condomínios de luxo ou de ruas com seguranças particulares vão esgarçando juntos os possíveis espaços da convivência – e de não-convivência – entre a população. Não é por

acaso que os chamados “arrastões” em outubro de 1992 e 1993 tenham sido vistos como uma *invasão* dos jovens suburbanos e favelados aos espaços nobres da cidade e tenham ocorrido justamente na praia, local onde, ainda, não se pode traçar limites ou proibir entrada aos habitantes.⁵ A integração, um dos motes da formação da cultura carioca, foi ficando cada vez mais esparsa, conforme tais limites espaciais da cidade foram se expandindo.

É nesse cenário de distanciamentos forçados e aproximações cada vez mais difíceis que o funk surge como prática musical nas periferias, demonstrando uma nova face da música popular carioca. Uma produção musical distante dos diálogos e parcerias entre classes, prática

presente no universo do samba, mas muito próximo dos dilemas e resistências sofridas por sambistas. Aqui, é interessante evocar como um dos símbolos dessa transição, as transformações da representação do *malandro* na cultura da cidade. No passado recente, sua figura atraente e dúbia pontuava os processos de mediação entre elites, classes médias e populações marginalizadas. Atualmente, tal postura dúbia foi substituída pela afirmação brutal da contravenção por meio da positivação da violência armada, sem espaços para dúvidas ou mediações espontâneas. A idéia romântica de malandragem, hoje em dia, só existe na memória ou na ficção. Os tempos não são melhores nem piores. São outros.

Ao se contrapor duas dinâmicas de



Bateria de atabaques. 1954. Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

interação cultural entre diferentes segmentos e classes constituídas através das manifestações musicais populares da cidade – o samba e o funk no caso deste artigo –, surgem elementos sugestivos para uma discussão mais ampla sobre seus papéis no interior da sociedade. O objetivo dessa perspectiva é compreender, por exemplo, quais transformações foram necessárias na cidade e na sua produção cultural para que atualmente o funk, e não mais o samba, ocupe a hegemonia musical dos subúrbios e favelas. Explicar tal deslocamento de referências estéticas apenas pelos argumentos da invasão de modelos culturais importados e pelo fim da tradição através de outra invasão, a da indústria cultural, é ser superficial em demasia. O surgimento do samba e do funk, apesar de seus mais de setenta anos de distância, são eventos que ocorreram de mãos dadas com as propostas e conflitos dos grupos sociais na e para a cidade. Integrar ou esconder, aceitar ou proibir e consumir ou estigmatizar foram limites discursivos que sempre estiveram presente na história desses ritmos. Suas origens em comum, as favelas e subúrbios da cidade, criam essa estranha proximidade entre dois universos tão distantes no aspecto estético, mas intimamente ligados no que diz respeito aos dilemas que colocaram para toda a população carioca.⁶

Na dinâmica histórica do samba, destaca-se a sua eficiente fundação e difusão como ritmo urbano e carioca por exce-

lência em meio aos preconceitos que reinavam durante as duas primeiras décadas do século passado. Em três décadas, o samba urbano do Rio de Janeiro rompia seus limites dos bares e boemia e tornava-se símbolo nacional. Outro destaque, esse de maior interesse nesta discussão, eram as possibilidades – mesmo que escassas – de trocas culturais e mediações entre classes, profissões, cores, ritmos e padrões estéticos que esse evento proporcionou. Essas mediações, como já discutido em diversos trabalhos de excelência, podem fornecer ao carioca atual algumas lições sobre outras formas de se relacionar com seu espaço urbano, seus bairros e sua população nos complexos dias de hoje.

Já na história do funk e seus bailes, é possível demonstrar como que tais “lições civilizatórias” presentes na trajetória do samba não funcionam mais da mesma forma nos anos de 1980 e 1990. É o período em que se instaura na cidade, pela escalada constante da violência urbana e da criminalidade, uma impossibilidade dessas mediações ocorrerem com frequência e de forma espontânea no campo das artes e da cultura. Ao mesmo tempo, as novas manifestações musicais da periferia criam outras possibilidades de interação que não estavam presentes no primeiro momento. Seus participantes trazem para o cenário musical carioca outras forças e demandas que não se encaixam mais no modelo integrador do início do século. Cada vez mais distantes apesar de sempre viverem perto, os bair-

ros de classe média e alta e as favelas da cidade redimensionaram ao longo das décadas esse modelo de tolerância, de troca e de fusão de projetos existente nos anos “áureos” do samba e da música popular.

Ritmos nascidos nas periferias e favelas da cidade e ligados basicamente aos grupos marginalizados e desprivilegiados economicamente, o samba e o funk carioca são dois universos criativos que se aproximam e se afastam em alguns pontos de suas trajetórias. Ambos se desenvolveram em estreita relação com o mercado da indústria cultural brasileira, ambos tiveram suas proibições legais e normatizações perpetradas pelo poder público e ambos despertaram, a partir de seu sucesso, debates e conflitos na opinião popular carioca. Seus atores ocuparam e ocupam, simultaneamente, papéis periféricos e de destaque na história cultural da cidade, colocando em xeque o lugar das populações marginalizadas nessa história. Desde os anos “heróicos” da música popular carioca – com o maxixe de Ernesto Nazareth, o choro de Anacleto de Medeiros e o samba de Sinhô – até o surgimento do refrão “Tudo dominado”, proclamado no funk de nomes como Tati Quebra-Barraco, MC Serginho e Mr. Catra, as poucas mas expressivas mediações culturais existentes entre essas populações alteraram-se de forma contundente. Apesar da ampla transformação tecnológica, populacional, econômica e urbana que sofreu o Rio de Janeiro ao longo do século XX, cada um

dos ritmos gerou, em seu tempo, novos desafios para lidar com a tensa coexistência das diferentes “cidades” que habitamos.

INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO

Como ilustra o pequeno trecho de Machado de Assis que abre o texto, a intensa polifonia da música popular no Rio de Janeiro – e suas danças, bailes, festas – foram sem dúvida o espaço por excelência da formação de um tipo de configuração histórica carioca – e brasileira, em última instância – bem específica. Configuração cujas práticas de seus participantes eram pautadas em um constante hibridismo cultural entre classes e gostos. Esse hibridismo era efetuado na interseção permanente entre áreas como a música, a literatura, a academia, o jornalismo, o futebol, a nascente cultura de massa e a política.

Durante os anos de 1910 e 1920, uma parcela pequena porém significativa da população efetuou um deslocamento constante das rígidas fronteiras culturais e sociais existentes, permitindo a consolidação de um novo espaço social, comum entre esses intelectuais e as chamadas “populações marginalizadas”. Hermano Vianna argumenta em seu livro *O mistério do samba* que tal espaço de possibilidade teve uma história até mesmo anterior ao choro e ao samba urbano carioca, iniciada nas apropriações que compositores eruditos faziam de lundus e modinhas ainda no século XIX. Na virada

dos séculos, Vianna destaca alguns compositores como Laurindo Rabello e Alexandre Trovador, considerados por ele como “agentes mediadores” desses mundos. Ambos foram músicos mestiços que atuaram com desenvoltura na famosa tipografia de Paula Barreto, localizada então na praça Tiradentes e com freqüentadores que iam dos músicos citados a Machado de Assis e José de Alencar.⁷

Esses processos – mesmo que isolados – de permeabilidade entre diferentes práticas culturais, isto é, a existência de possibilidades de mesclas interculturais sem uma rígida hierarquização entre o tradicional e o moderno ou entre o culto e o massificado, marcou um período de nossa história cultural – e de outros países da América Latina – em que se buscava em diferentes níveis a substituição do tradicional e do antigo em prol de uma “modernidade”. Tal contato entre diferentes regiões, tradições, profissões e projetos permitiu que fossem criadas, nas primeiras décadas do século XX, algumas formas de se relacionar positivamente com a profunda desigualdade social que já se anunciava. Favelas e cortiços já conviviam com os nobres casarões e os prédios elegantes do Centro e de Botafogo. As relações entre classes e espaços que a música popular estimulou nesse período mostravam que, mesmo com a divisão social e racial que já era aguda, tais problemas poderiam ser redimensionados e até transformados por meio das práticas e representações cul-

turais de sua população.

O Rio de Janeiro sempre foi, desde sua fundação como metrópole moderna a partir do século XIX, uma fratura exposta. A “política das duas cidades”, lançada por Lima Barreto em 1921, para ilustrar a administração do prefeito Carlos Sampaio em relação aos subúrbios e favelas cariocas, tornou-se um paradigma constante de análise da nossa realidade social. A questão principal para as elites dirigentes e o recente Estado republicano era justamente definir quais populações, espaços, práticas e representações socioculturais deveriam fazer parte de um Brasil “moderno e civilizado”, superando a “cidade pocilga”, ou seja, os espaços onde ex-escravos e seus descendentes habitavam, circulavam e atuavam culturalmente em uma cidade como o Rio de Janeiro, capital federal do país.⁸ As metáforas de cidade partida e seus desdobramentos aparecem até hoje em diversos trabalhos e demonstram a permanência dos problemas administrativos em diferentes governos ao longo da história. Nesse debate, a prática do samba assume papel central, por deter os dois lados da moeda em um primeiro momento. Se sua origem e referencial estético é intrinsecamente vinculado aos bairros, regiões e hábitos que o poder público via como “atrasados” ou “bárbaros”, ao mesmo tempo seu desenvolvimento bem-sucedido no mercado cultural acabou por torná-lo um dos grandes símbolos de identidade da cidade, passando a ser louvado e agenciado nacionalmente como resulta-

do da riqueza cultural carioca. Seguindo uma análise de Alba Zaluar, é importante destacar que o samba assume também um caráter *civilizador* nesse momento, mesmo com suas falhas e brechas para a ilegalidade. Civilizador não porque superava uma “barbárie”, longe disso, mas porque trazia na sua formação diferentes classes, porque incorporava boêmios, malandros e marginais em um mercado de trabalho mesmo que escasso, envolvendo gravadoras, rádios, editoras, shows etc., porque possibilitava a ascensão social de excluídos e a circulação e integração das classes altas por outras realidades sociais da cidade, integrando-as e redefinindo-as. Sua análise aponta, ainda, outro aspecto fundamental para se entender a dinâmica do samba e sua relação com a história da cidade do Rio de Janeiro ao afirmar que ele, o samba, se configura como um “fato social total”, isto é, “um daqueles raros fenômenos que têm a propriedade de ligar as pessoas em extensos anéis de reciprocidade, mobilizando suas dis-



posições internas e concretizando ações simultaneamente em diversos planos: econômico, religioso, político, psicológico”.⁹ Isto é, o samba não só era um espaço de interação de grupos como também de emancipação individual, processo que mobiliza “disposições internas” e concretiza ações no espaço público. Construindo extensas redes de reciprocidade entre o poder, o mundo do trabalho e a liberdade da rua, seus agentes colocavam em xeque a separação entre as “duas cidades”, semeando um possível processo civilizador homogêneo e equilibrado para ambas as partes, em que suas conquistas e vantagens pudessem ser usufruídas por todas as suas populações, sejam elas moradoras da praça Onze, de Todos os Santos, do Cosme Velho ou de Botafogo. A prática do samba era, antes de tudo, uma possibilidade de diálogo.

Na história do samba carioca, portanto, os contatos entre sambistas oriundos dos morros e favelas com compositores e músicos de classe média e intelectuais foram fundamentais para a sua modernização e consolidação como gênero urbano, de toda uma cidade. Catulo da Paixão Cearense, João Pernambuco, Sátiro Bilhar, Patápio Silva, Tute, Pixinguinha, Caninha, Sinhô, Ismael Silva, Noel Rosa, Geraldo Pereira, Lamartine Babo, Donga, Wilson Batista, Orestes Barbosa, Heitor dos Prazeres, Mario Reis, João da Baiana e Nássara, são alguns

dos que criaram essa ação conjunta entre classes para a elaboração de uma cultura carioca para além da “política das duas cidades”. Assim, o samba permaneceu durante décadas como o espaço de conagração – nem sempre pacífico e harmonioso, é claro – entre grupos sociais diversos, permitindo que pobres e ricos, brancos, negros e imigrantes em geral usufríssem os seus resultados – simbólicos e materiais – no mercado de trabalho e no cotidiano.

Quase um século depois, essa relação cultural tornou-se bem mais complexa. O samba, apesar de continuar sendo um elemento vital na quebra de barreiras sociais e geográficas da cidade, não obtém mais hoje em dia o monopólio das atenções no mercado cultural carioca. A aliança produtiva entre os compositores e músicos das favelas e subúrbios com seus pares das classes mais altas da cidade foi quebrada em uma de suas partes do contrato. De certa forma surpreendente, não são os brancos ou a classe média que deixam o samba de lado. Ao contrário, o ritmo torna-se um artigo quase erudito, cujas “raízes” devem ser preservadas pelos mais “esclarecidos” ou dedicados nas rodas da Lapa e da Zona Sul. Nos seus antigos e para muitos mitológicos celeiros, as favelas, a produção musical atualmente é outra. A juventude troca o violão e o pandeiro pelos *samples*, baterias eletrônicas, microfones e toca-discos. O funk – e o rap em menor grau – passam a se impor como os novos ritmos oriundos de uma das “cidades” que,

dessa vez, não faz questão de uma aliança criativa entre classes, nem precisa do aval da “outra cidade” para serem feitos e consumidos. Criam seu próprio mercado consumidor, seus próprios meios de divulgação e conagração. Assim, se enxerga um percurso histórico-musical de longo prazo em que a aproximação e o afastamento entre as diferentes cidades cariocas, seus hábitos musicais e seus lazeres, possibilitam um debate sobre os avanços e retrocessos da relação entre classes, entre governos e população, enfim, entre as diferentes coletividades que fazem parte da atual sociedade carioca.

Partindo do paradigma das duas cidades – uma europeia, civilizada, com saneamento, transporte, saúde, segurança e educação, em suma, os direitos básicos de um cidadão, e outra “indígena” ou “escrava”, moradora das primeiras favelas, subúrbios distantes e cortiços –, é pertinente estarmos sempre atentos à relação estratégica que a cultura popular carioca, marginalizada, mestiça, travou com a cultura dita erudita ou de classe média estabelecida no início do século XX – e vice versa. Assim podem ser entendidas algumas pistas de como essa relação se esgarçou e se transformou ao longo do tempo.

No primeiro momento dessa história, a ocupação de espaços antes vistos como exclusivos da elite por parte de populares, caso da festa da Penha, dos temas de peças nos teatros de revistas, dos

romances e crônicas dos jornais da cidade, foi feita paralelamente ao alto grau de resistência que tais manifestações despertavam nas autoridades e nas camadas mais conservadoras. A expansão física da cidade era acompanhada pela expansão das expressões populares. Quanto mais os descendentes de escravos eram empurrados para fora do Centro da cidade com as reformas urbanas – de Pereira Passos e Carlos Sampaio, principalmente – mais se expandiam suas manifestações como o candomblé, os hábitos alimentares e, obviamente, as práticas musicais. Essa constante ocupação cultural estratégica e ao mesmo tempo espontânea – sobretudo em direção ao subúrbio – criava embates entre o poder estatal e a população. O samba, como já foi amplamente divulgado, foi proibido em um primeiro momento de ser executado em espaços públicos durante muitos anos, apesar de permanecer sendo praticado popularmente. A mesma coisa com o culto das religiões afro-brasileiras, também praticado, porém proibido na cidade e perseguido. Citando Mônica Pimenta Velloso, esse era um período em que “candomblé, capoeira, bumba-meu-boi, romarias religiosas, maxixe, violão, serestas, cordões carnavalescos, enfim, as mais variadas expressões culturais passam a ser objeto de vigilância do poder estatal, que volta e meia interfere, legisla, adverte, proíbe e reprime”.¹⁰ É o poder do Estado e do município buscando normatizar as condutas, hábitos e afetos. Mas sempre exis-

tem brechas e fissuras.

Analisando como exemplo apenas o caso do maxixe, dança popular que foi uma das principais raízes do samba carioca, enxerga-se bem essa situação. O maxixe teve sua trajetória marcada por perseguições e censuras cujo único paralelo na história carioca sejam talvez as proibições e restrições aos passos de dança dos bailes funk de fim de século. Apesar dessas censuras, a dança se expandiu rapidamente, assim como outras manifestações da cultura mestiça e suburbana carioca. Em 1921, o sempre atento Lima Barreto publica uma crônica na *Gazeta de Notícias* sobre a expansão do maxixe na cidade: “Nos tempos idos, essa gente verde das nossas elegâncias (...) sempre mutável e variável de ano para ano – desdenhava o subúrbio e acusava-o falsamente de dançar maxixe; hoje, não há diferença: todo o Rio de Janeiro, de alto a baixo, incluído os Democráticos e o Music-Club das Laranjeiras, o dança”.¹¹ O escritor morador de Todos os Santos nos mostra que o maxixe, antes dança “do subúrbio” pelas suas ousadias corporais e sensuais, espalhava-se pelas casas elegantes do Centro e da Zona Sul. Em pouco tempo, seria transformado em objeto de desejo em salões do Primeiro Mundo através dos passos do bailarino brasileiro Duque, que na década de 1910 e 1920 levou o maxixe, com sua parceira Gaby, a Paris. Foi através de Duque e Gaby que Arnaldo Guinle levou os Oito Batutas, grupo de Pixinguinha e Donga, para sua famosa série de shows na cidade-luz.

A ascensão do maxixe, seguida de perto pela ascensão do samba no momento em que se estabelecem as primeiras emisoras de rádio e gravadoras de discos na cidade, mostrava que divisões sociais e seus controles eram estrategicamente relativizadas no campo cultural. Nesse período, 1910-1920, o Rio de Janeiro era a capital federal do país e principal centro de produção cultural e decisões políticas. Criou-se, paulatinamente, por meio das práticas culturais, uma espécie de espaço de convivência e tolerância em que pobres, remediados e ricos podiam compartilhar das mesmas representações sobre a cidade e suas histórias, possibili-

dades e dilemas. Com o passar dos anos, a cidade e sua configuração social se transformam radicalmente, alterando por sua vez esse espaço de convivência. O que antes era intermediado pela cultura, hoje é afastado pela violência. Mas não é “apenas” a violência que dificulta as possibilidades de diálogo na cidade. Se ficarmos atentos aos desdobramentos que ocorreram na produção musical popular carioca, veremos que outros fatores colaboraram para esse processo. Vejamos rapidamente as origens do funk e sua relação com a cidade e sua população. O surgimento de uma nova manifestação musical – e movimentação soci-



Bateria da Unidos da Tijuca. 1957. Correio da Manhã, Arquivo Nacional.



al coletiva – criou novas formas de ocupação do espaço urbano e de produção simbólica sobre seus eventos, dilemas e conflitos. Os primeiros adeptos do funk eram ligados aos bailes de *black music* que ocorreram a partir de 1970 nos clubes dos subúrbios do Rio de Janeiro e em alguns locais da Zona Sul.¹² Nesses bailes, a ideologia – e a moda – vinculada aos lemas “black is beautiful” e “black power” era refratada para a realidade brasileira da época (meados dos anos de 1970), amalhando para as pistas de dança um grande número de pessoas – negras em sua ampla maioria – que se identificavam não só com os ritmos como com os lemas em questão. Era um momento em que uma nova informação musical ampliava a elaboração de identidades culturais dessas populações.

O fenômeno da *Black Rio*, nome atribuído ao fenômeno dos bailes funk da década de 1970, chegava a reunir dezenas de milhares de pessoas nos clubes e quadras do subúrbio. Esses bailes, porém, estavam distantes da realidade dos atuais. Sem nenhuma ligação com a questão da violência ritualizada, nesse período era a música a grande base de aglutinação das comunidades. A circulação da população de baixa renda, que

freqüentava esses bailes pela cidade, inicia um processo hoje em dia comum em que o seu lazer se amplia para além das fronteiras locais de sua comunidade. Circula-se muito pela cidade e novos espaços são ocupados. Citando o Dj Marlboro (sem dúvida o maior nome no funk carioca e brasileiro, ainda em plena atividade), “essas festas eram semanalmente mas em clubes diferentes, nunca no mesmo clube (...) Essa semana era aqui no Renascença, na outra semana era no Grajaú, na outra semana em Caxias (...)”.¹³ A expansão dessas festas e o surgimento de mais e mais equipes de som, como a Soul Grand Prix, Cash Box e Furacão 2000, resultaram no estabelecimento de uma série de relações entre produtores, freqüentadores e donos de clubes e ginásios que possibilitaram nos últimos vinte anos a estruturação de um mercado milionário que, atualmente, movimenta por fim de semana centenas de bailes lotados, mais de quarenta equipes espalhadas pela cidade, além de diversas gravadoras, técnicos, rádios, revistas, discos piratas, roupas e acessórios.

Durante os anos de 1980 e 1990, o funk tornou-se problema de polícia na mesma escalada em que surgiu ciclicamente como sucesso de público. Aparece duran-



te todo esse tempo com freqüência na mídia, em uma relação de amor e ódio por parte da opinião pública.¹⁴ Assim como o samba e o maxixe, o funk carioca sofreu e sofre intensa estigmatização por parte do poder público e conseguiu tornar-se o primeiro caso de um ritmo musical ser tema de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ocorrida na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 1999. Ao mesmo tempo, recentemente teve o papel de “salvador da pátria” da indústria fonográfica e de programas de televisão.

O aspecto fundamental que deve ser ressaltado e bem observado sobre o funk e outros ritmos contemporâneos que nascem nas periferias cariocas e brasileiras – caso do rap – é sua relação com a cidade e sua população. Mesmo oriundos de situações sociais violentas e degradadas, eles constituíram, através da música, *formas autônomas* desses jovens se imporem no mercado cultural brasileiro e na sua relação com o resto de nossa sociedade e suas instituições. Não há intermediações necessárias entre funkeiros, rappers e o mercado fonográfico, como existia em parcerias como as de Francisco Alves e Ismael Silva nas primeiras épocas dos sambas gra-

vados e editados. O funk é uma movimentação em que o *consentimento* do mercado cultural sofisticado e dos formadores de opinião não foi, não é e nem será necessário para sua existência. O funcionamento de suas festas (com centenas de milhares de freqüentadores todos os fins de semana), a manutenção e recriação permanente de seus códigos e representações e a alta circulação informal de seus discursos estéticos foram feitos ao longo de sua história pelos próprios agentes envolvidos e seu público cúmplice dessas propostas. Talvez a cidade e sua população, no trajeto inexorável de acirramento das diferenças e desigualdades, tenham fornecido as brechas para a formação desse mercado cultural autônomo, cuja produção vasta e pulsante se constituiu nos interstícios das transformações urbanas, econômicas e obviamente culturais que ocorreram nas grandes metrópoles brasileiras a partir da segunda metade do século. Produção essa que não se conformou com o papel histórico que as populações de baixa renda do Rio de Janeiro sempre detiveram e com a ausência de políticas culturais voltadas para suas demandas e necessidades. As favelas e os subúrbios alteram radicalmente sua trilha sonora e



passam, paulatinamente, a alterar a trilha sonora de toda a cidade. O funk e todo seu universo, quando foram percebidos pelos jornais, pela imprensa e pelos intelectuais, já estavam constituídos como espaços autônomos de ação cultural, política e social de jovens cariocas marginalizados. Citando outra declaração do Dj Marlboro, ele afirma que

o funk carioca não tem que olhar na revista pra saber o que vai tocar. Nunca precisou disso. O funk cria os sucessos que depois vão tocar nas boates, em todo o lugar (...) O funk se tornou uma cultura própria exatamente porque ele não faz o que lá fora manda (...) Não busca o que os outros falam que é bom (...) O que é bom para gente pode não ser bom pra ninguém lá fora, mas se é bom pra aqui, ta tocando.¹⁵

Ao contrário do período do maxixe, do choro e do samba, as fronteiras sociais e culturais da cidade são, obviamente, bem mais rígidas hoje do que no início do século XX – e bem menos aparentes. Se nesse primeiro momento a grande lição retirada era a possibilidade de se produzir convergências entre as classes sociais a partir de sua produção cultural,

vemos também que até hoje reproduzimos muitas vezes, acriticamente, uma idéia, querendo ou não, problemática: a de que a participação de intelectuais e sambistas de classe média com maior instrução foi necessária e condicional para que o samba urbano atingisse sua configuração ideal. Isso se deve ao reconhecimento de que a ascensão dos compositores e músicos de baixa renda era mediada geralmente pelas alianças e parcerias, pelas gravadoras e editoras, e sobretudo pelos intérpretes. Enquanto os compositores vendiam seus sambas e davam parcerias gratuitamente, permaneciam pobres e tornavam-se “mananciais da tradição do samba” morando em suas favelas tão cantadas. Assim, arraigava-se no interior desse universo a idéia do exotismo positivado, em que sempre se configurou como necessário a presença de um agente mediador entre a tradição do sambista e a modernidade da música e da sociedade, ou em outras palavras, entre o compositor e o mercado. Essa relação, de certa forma, se mantém até hoje.

Atualmente, essa “necessidade” acabou. Impondo-se de modo afirmativo, os jovens funkeiros quebram a barreira muitas vezes traiçoeira do exotismo, típica do



início do século XX em relação aos sambas e aos sambistas. Essa quebra unilateral ocorre ao surgirem e se imporem como coletividades atuantes e contemporâneas, e não como mananciais de tradição cultural, escondidos em favelas e subúrbios distantes da cidade à espera de sua descoberta por parte das classes altas ou da academia. Eles saem da condição de cultura de gueto ou *discurso para iniciados* ao penetrarem e ocuparem maciçamente o mercado carioca de bens culturais, dialogando com seus pares e com leigos que compram ou repelem veementemente seus discursos sobre suas próprias condições sociais e suas impressões sobre os problemas e desafios que os cercam. Os funkeiros cariocas vivem – e sobrevivem – de maneira intensa o cotidiano da cidade e sinalizam, para a sua população, que estão presentes, atuantes e falantes. Doa a quem doer.

BUSCANDO UM NOVO DIÁLOGO MUSICAL

O objetivo deste breve artigo foi desenvolver um início de discussão que muitos estudiosos e pesquisadores já apontaram ou fizeram referências sem um aprofundamento sistêmico. As possíveis aproximações

comparativas entre o samba e o funk no Rio de Janeiro, apesar de óbvias, podem ser analisadas com mais rigor, se colocarmos em debate as formas como encaminhamos nossas questões e olhares para esses assuntos. Nos trabalhos sobre esses temas, ocorre em geral uma forte tendência para a idealização do samba – que sempre tem que ser defendido de sua suposta morte, seu suposto fim ou extinção – e a depreciação do funk. Depreciação essa que vai desde a discordância com fatores estéticos – a ausência de qualidade nas músicas – até posturas perigosamente preconceituosas em que o princípio da diversidade cultural e suas manifestações populares não são tolerados. Para muitos “formadores de opinião” tão em voga nos tempos de hoje, o funk, seus adeptos e consumidores estão produzindo uma cultura invasora, deturpadora das tradições cariocas (cuja principal *raiz* é o samba) e desvinculada das práticas “legítimas” dos seus locais de origem (novamente, o samba). Essas posturas se infiltram muitas vezes no discurso acadêmico, transformando o funk em tema de pesquisa e estudo menor, restrito praticamente ao âmbito da antropologia e do interesse de recorte jornalístico. Em outro extremo,



porém, o samba é um tema nobre, amplamente estudado por historiadores, críticos literários, comunicólogos, sociólogos, antropólogos e áreas afins. Coincidências ou escolhas?

Como pesquisadores, uma das principais questões que devemos pensar é se, ao contrário de outros tempos, todas as manifestações culturais das populações marginalizadas precisam da mediação e do filtro explicativo das classes altas e da intelectualidade. No artigo, sugeri que atualmente essa relação se extinguiu. As produções culturais dessas populações são vigorosas e estabelecidas de forma autônoma, cabendo ao pesquisador muitas vezes apenas o papel do observador ausente, produtor de um discurso de tradução sobre um fenômeno distante de sua realidade. Ao contrário do samba, um tema em que se pode selecionar um recorte no interior de um manancial de muitos outros temas, eventos e personagens, o funk carioca, por ser atual, torna-se complexo, inovador e difuso – ao contrário da simplicidade que muitos insistem em ver.

Essas perspectivas seletivas sobre o tema da música popular, isto é, de priorizar ritmos mais nobres, de qualidade estéti-

ca reconhecida ou historicamente sedimentada, em detrimento de outros, estigmatizados socialmente, de qualidade estética questionável ou ainda em ebulição, demonstram de início que os pesquisadores e interessados pelos temas da atualidade devem alterar de modo crítico seus olhares – e sobretudo seus ouvidos. Que o intelectual de hoje em dia não espere mais dos morros e populações marginalizadas do Rio de Janeiro – e do Brasil – um discurso cultural plácido, puro, “brasileiro” e resignado acerca das nossas diferenças sociais. Suas representações atuais são violentas, são transgressoras, são precárias e confusas porque seu cotidiano é violento, transgressor, precário e confuso. Esperar de um jovem negro que vive em uma favela carioca no início do século XXI uma produção musical – e artística em geral – que não dialogue com os temas que cercam diariamente seu cotidiano é olhar para o outro lado do que tem acontecido na cidade nos últimos vinte anos. Não se trata de achar que um “contexto” conforma essa produção, mas sim perceber que essa realidade que nos assusta e traz insegurança e instabilidade também produz sua própria cultura, desvinculada dos padrões e gostos ofi-



cias. Esse “excesso de realidade” que cerca cotidianamente funkeiros e rappers injeta em sua poética e nas suas práticas o dado incontornável da exclusão social.

No texto, busquei demonstrar brevemente como as novas formas musicais da cidade redimensionam as relações entre os diferentes grupos sociais e vice-versa, constituindo assim uma constante renovação dessas formas e de suas práticas. São muitos os caminhos possíveis para se aprofundar nesse debate. Dos primeiros momentos heróicos do samba até o funk e seus bailes, novas questões surgiram, novos dilemas foram postos e novas respostas foram apresentadas. Apesar de dizer que o samba tem em sua história uma dinâmica integradora que não se repete nas manifestações do funk, não afirmo, em momento nenhum, que essas manifestações não tenham a sua dinâmica específica de integração, ao contrário. Cabe à sociedade inteira, do poder público ao morador das coberturas e lajes da cidade, descobrir os caminhos e princípios dessas novas dinâmicas e os possíveis diálogos que atualmente temos que travar entre os diferentes grupos sociais, bairros, ONGS, associações, donos de bailes, rádios piratas,

igrejas, equipes de som, traficantes, políticos, imprensa etc. E cabe aos pesquisadores dedicados aos estudos da história da música popular ampliar o escopo do interesse e do debate sobre nossa música popular contemporânea, incorporando sem preconceitos as novas manifestações que surgem com força no interior das periferias metropolitanas. Senão, correremos o risco de, por falta de diálogos e pela ausência de interesse mútuo entre as diferentes culturas produzidas na cidade, ver o Rio de Janeiro terminar como um lugar onde, citando Machado de Assis e a crônica que abre este artigo, “os músicos foram-se embora, e os pares voltaram pra casa”.

Este artigo é fruto de pesquisas e debates realizados entre os membros do Núcleo de Estudos Musicais (NUM/CESAP) da Universidade Cândido Mendes, coordenado pela professora Santuza Cambraia Naves. Agradeço os incentivos e críticas que contribuíram para o texto final.

N O T A S

1. Machado de Assis, Crônica publicada na *Gazeta de Notícias* em 1 de maio de 1892, in *Obras completas de Machado de Assis*, São Paulo, W. M. Jackson Inc., 1970, p. 19, v. 3.
2. São tantas as obras de referência sobre esse tema que parte deste artigo seria ocupado apenas para tratar delas. Cito como referências obrigatórias, entre outras, os trabalhos pioneiros de Orestes Barbosa (*Samba*, 1933), Alexandre Gonçalves Pinto (*O choro*, 1936), Lúcio Rangel (*Sambistas e chorões*, 1962), Almirante (*Nos tempos de Noel Rosa*, 1963), além das obras de Jota Efegê, Ari Vasconcelos e José Ramos Tinhorão.
3. Talvez cause estranheza o tratamento que darei aqui para a idéia de *música popular* ao incluir o funk carioca nesse universo. É fato que esse gênero é, atualmente e há alguns anos, o mais popular da cidade, consumido maciçamente por ampla parte de sua população. A *música popular carioca* não deve ficar limitada apenas aos padrões estéticos da MPB dos anos de 1960 e 1970 e suas derivações. "Popular", neste artigo, é o que é produzido e consumido cotidianamente pela população do Rio de Janeiro, como foram os choros, sambas e marchas do início do século XX e como é o funk atualmente.
4. Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Funarte, 1983, p. 80.
5. Para quem deseja estudar mais a fundo o tema do funk e dos arrastões de 1992 e 1993, recomenda-se uma leitura atenta aos editoriais e reportagens dos jornais cariocas nos meses de outubro e novembro desses anos. Alguns exemplos: "Arrastões levam o terror às praias" (*O Globo*, 19 de outubro de 1992), "Arrastões invadem a orla da Zona Sul" (*Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1992) e "Zona Sul vai reagir aos arrastões" (*O Fluminense*, 20 de outubro de 1992).
6. Vale destacar aqui que Michael Herschmann sugere esse caminho de análise ao perguntar se "o passado de expressões da cultura popular como, por exemplo, o jazz ou o samba, não teria algo a nos ensinar sobre o que estaria acontecendo com o funk nos últimos anos." Herschmann indica a repetição de um processo de estigmatização de um ritmo musical que, assim como o samba, pode vir a ser um dia agenciado pela cidade como importante expressão cultural. Conferir Michael Herschmann, *O funk e o hip-hop invadem a cena*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2000, p. 14.
7. Hermano Vianna, *O mistério do samba*, Rio de Janeiro, Zahar/UFRJ, 1995, p. 42-43.
8. Maria Alice Rezende Carvalho, *Quatro vezes cidade*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
9. Alba Zaluar, Pra não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil, in Lília Moritz Schwarcz (org.), *História da vida privada no Brasil, 4 - Contrastes da intimidade contemporânea*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 286.
10. Mônica Pimenta Velloso, *As tradições populares na Belle Époque carioca*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 9.
11. Lima Barreto, Bailes e divertimentos suburbanos (crônica publicada na *Gazeta de Notícias* em 7 de fevereiro de 1922), in *Marginália: artigos e crônicas*, São Paulo, Brasiliense, 1956.
12. O mais famoso baile dessa época, o Baile da Pesada, era realizado pelo grande pioneiro Big Boy, no Canecão, em Botafogo.
13. Suzana Macedo, *Dj Marlboro na terra do funk*, Rio de Janeiro, Dantes, 2003, p. 43.
14. Para uma análise acurada do funk e do hip-hop carioca e seu tratamento na mídia e no mercado cultural carioca, conferir o trabalho citado de Michael Herschemann.
15. Suzana Macedo, op. cit., p. 77.

Titan de Lima

Especialista em Gestão de Resíduos Sólidos e Sistema de Gestão Ambiental. Assessor Técnico do PT na Câmara dos Deputados para as áreas de Políticas Ambientais, Desenvolvimento Sustentado e Defesa do Consumidor.

Política Nacional de Resíduos Sólidos

A perspectiva de uma lei federal



Este trabalho tem como objetivo alertar sobre a insegurança jurídica que vive o setor de resíduos sólidos, em virtude da falta de uma lei federal que regulamente a matéria. Verifica no que as resoluções do CONAMA atendem ao que dispõe a Constituição, quanto aos princípios da legalidade e da prevenção. Apresenta os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados acerca das questões relativas à gestão dos resíduos sólidos e o processo legislativo que envolve essas proposições. E ainda, a análise do trabalho da Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 2001/2002, bem como de seu relatório apresentado. Conclui com sugestões de quais temas devem ser abordados em uma lei federal de resíduos sólidos.

Palavras-chave: meio ambiente, resíduos sólidos.

This paper seeks to alert society on the legal limbo of solid waste, due to a lack of federal regulatory legislation. However, the resolutions of the National Environmental Council serve the legal and prevention principles of the Constitution. The several proposed laws regarding solid waste management under consideration by the Chamber of Deputies and their legislative processes are reviewed. The work of a Special Committee during the 2001/2002 congressional session is also analyzed, as well as a report awaiting approval of that Committee. The paper ends with suggestions on the subjects which should be covered in federal solid waste legislation.

Keywords: environment, solid waste.

O PROCESSO LEGISLATIVO

Para que uma proposta se torne um projeto de lei e este, por sua vez, converta-se em lei há todo um processo legislativo que deve ser seguido. Este processo configura-se em uma exigência constitucional prevista no arti-

go 59 da Constituição Federal que estipula o processo legislativo e determina quais normas serão alvos de apreciação por parte do Congresso Nacional.

A gênese dos projetos de lei (PL) encontra-se no artigo 61 da Constituição que traz a norma para a iniciativa legislativa.

Esse dispositivo estipula quais atores políticos têm competência para propor leis no âmbito da federação, além da Câmara dos Deputados e do Senado da República. Garante a participação do cidadão no processo legislativo por meio da apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, o qual está atrelado à exigência da subscrição por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. Essa exigência dá ao projeto de lei de iniciativa popular legitimidade por meio do cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade dos atos e da proporcionalidade.

O mesmo dispositivo garante, ainda, que

algumas leis terão suas iniciativas por competência exclusiva do presidente da República.

Depois de a iniciativa ser recebida pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, esta irá verificar se a iniciativa cumpre os requisitos formais estabelecidos nos artigos 59 e 61 da Constituição. Posteriormente, a Mesa irá distribuí-la para as comissões de mérito e para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJC).

No caso do projeto receber em seu despacho de distribuição a tramitação em mais de quatro comissões de mérito, além da CCJC, será constituída uma Comissão Especial para a sua análise e votação. Essa comissão deve pronunciar-se tanto no mérito da propositura quanto aos



Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

aspectos concernentes à sua admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Estando duas ou mais proposições em curso na Câmara que visem regular matéria idêntica ou correlata, qualquer deputado pode requerer que sejam apensadas, para que sua tramitação seja conjunta. Após os debates do PL, há a apresentação do relatório da propositura por parte do relator que poderá rejeitá-la, aprová-la ou aprová-la na forma de um substitutivo ao projeto de lei. Depois da leitura desse relatório, procede-se à votação na(s) comissão(s) e posteriormente no Plenário da Câmara dos Deputados. Caso o projeto seja aprovado, ele seguirá para o Senado; caso seja rejeitado no Plenário, será arquivado. Vale ressaltar que se o relatório for lido, mas não for votado até o final da legislatura em que ocorreu a leitura, será nulo. E será então necessária a constituição de nova comissão, na legislatura seguinte, para a apresentação de um novo relatório, conforme estabelecido no artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Vale informar que os projetos de lei aprovados nas comissões podem ser dispensados da votação em Plenário se a matéria em análise for de caráter conclusivo da Comissão.

Estão fora desse caráter conclusivo os projetos de lei complementar, os de Código, os de iniciativa popular e oriundos do Plenário do Senado Federal, as medidas provisórias e as propostas de emendas à Constituição.¹

OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS

Em 24 de maio de 2001 foi instalada Comissão Especial com o objetivo de analisar as 74 proposições apensadas ao PL 203/91, denominada Comissão Especial de Política Nacional de Resíduos.

Tabela das 74 proposições divididas em grupos temáticos

Tema	Quantidade
Pilhas e baterias	9
Reciclagem de pneus	6
Importação de resíduo nuclear	5
Resíduo tecnológico	1
Moratória de instalação de incineradores	3
Incentivo fiscal na gestão de resíduos sólidos	5
Política Nacional de Resíduos Sólidos	6
Resíduo hospitalar	2
Resíduos de embalagens	9
Reciclagem de resíduos	8
Importação de resíduo industrial	2
Lâmpadas de vapor de mercúrio	1
Sem uma classe específica	17

Os trabalhos da Comissão privilegiaram a realização de audiências públicas, tendo sido realizadas 15 audiências e três reuniões com debate interno após a apresentação da segunda versão preliminar do relatório do projeto. Tivemos ainda duas reuniões para apresentação do parecer do relator e sua discussão. Ressalta-se que nas audiências públicas foi ouvido, sobretudo, o setor industrial, ficando no total com sete audiências, o que aponta para o caráter liberal do substitutivo. Os demais segmentos tiveram duas audiências para o setor técnico e duas para as organizações sociais. Os debates não focaram o conteúdo dos projetos de lei pensados, tampouco o conteúdo do projeto principal.

Em 22 de maio de 2002, o relator apresentou um substitutivo global ao PL 203/91 e seus apensos, que não refletia os debates ocorridos envolvendo universidades, organizações de classe e o Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

O substitutivo apresentado pelo relator não tratava de questões fundamentais no tocante à gestão dos resíduos sólidos e subvertia a lógica da titularidade sobre os serviços ao determinar que “os municípios e o Distrito Federal serão usuários dos serviços de limpeza pública”. O poder de gestão é inerente ao concedente do serviço público, não cabendo nenhuma mudança no sentido de tornar o poder público um usuário de serviço público, até porque a lei de concessões estabelece papéis diferentes para o usuário

e para o poder público, no caso, o concedente. Tal mudança de papel tem como maiores interessadas as empresas de operação do serviço de limpeza pública.

O modelo de operação de gestão de resíduos sólidos proposto pelo relator dificultava a aplicação da “política dos três erres” – reduzir, reusar e reciclar –, pois no quesito reciclagem o substitutivo previa somente a reciclagem com caráter financeiro, impedindo a reciclagem com caráter ambiental. No tocante à erradicação dos lixões do Brasil, o modelo proposto visava regularizar as áreas de lixões existentes. Entretanto, essa regularização se daria de forma danosa ao meio ambiente, sem nenhum critério técnico ou obrigação de recuperação da área pelo degradador. Intentava o relator criar um Fundo Nacional de Resíduos Sólidos que contaria apenas com recursos públicos para atender às demandas de tratamento, coleta e disposição final de resíduos urbanos, bem como à descontaminação de áreas degradadas ou contaminadas por cavas químicas e disposição de resíduos urbanos. Vale ressaltar que a principal questão a ser tratada em uma Política Nacional de Resíduos Sólidos é a responsabilidade pós-consumo. Essa responsabilidade deve ser compartilhada em toda a cadeia produtiva, sendo contemplados o consumo e o seu descarte. O fundo em questão liberaria o setor industrial produtor de embalagens dessa cadeia de responsabilidades pós-consumo, sendo que as embalagens representam 47% do lixo gerado

nos centro urbanos. O fundo proposto manteria a situação existente no tocante ao financiamento do passivo ambiental das indústrias de embalagens e não aplicaria, como alardeado pelo relator, o “princípio do poluidor pagador”, contido no artigo 9º, inciso XVII, do substitutivo, pois a indústria de embalagens poluiria, mas não pagaria, sendo mantida a responsabilidade pós-consumo no poder público e na sociedade. Vale ressaltar, ainda, que o referido fundo proposto pelo relator padecia de vício de iniciativa, uma vez que não cabe ao Legislativo apresentar propostas que criem despesas para o Executivo.



Outro ponto conflitante do substitutivo se deu nos que sites *tratamento e conceitos*. Em meio à gestão dos resíduos hospitalares, o relator tentou modificar a classificação dos resíduos provenientes da indústria farmacêutica e bioquímica, incluindo-os como resíduos hospitalares, o que, com a devida vênia, é um absurdo. Essa mudança, que só interessa ao setor industrial, contraria as normas técnicas pertinentes ao assunto, que consideram o resíduo procedente dessas indústrias como “Resíduo Classe I Perigoso, NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação”. O interesse da indústria nessa mudança se dá no montante gasto para o tratamento de resíduos classe I que é da ordem de dois mil dólares, podendo chegar a quatro mil a tonelada em incineradores de re-

síduos industriais licenciados para tal tratamento, contra US\$ 417,07 a tonelada em incineradores de resíduos hospitalares. Os danos à saúde pública com essa mudança são incalculáveis. Ademais, o substitutivo incentivaria o tratamento através da incineração contrariando acordo assumido publicamente pelo presidente eleito com os ambientalistas, de não incentivar tal tratamento para os resíduos urbanos. Esse substitutivo, de caráter liberal, não agradou os seguimentos sociais nem tampouco a maioria dos deputados da Comissão Especial.

Devido ao exposto, a bancada do PT deliberou a obstrução à votação do substitutivo apresentado pelo relator. Em 27 de novembro de 2002, numa sessão que foi convocada pelo relator para a votação do substitutivo, o deputado petista Luciano Zica solicitou verificação de quorum. Ao se confirmar a falta de quorum para deliberar sobre a matéria, a sessão foi “derrubada”. Finalmente, a 4 de dezembro, em mais uma tentativa de aprovação do substitutivo, novamente não houve quorum, constando da lista de presença as assinaturas de apenas cinco deputados. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o relatório e o substitutivo apresentados pelo relator da Comissão Especial ficaram prejudicados, pois não foram votados durante a legislatura passada, 1999/2003. Assim, na nova legislatura haverá nova Comissão, com novos membros, mesa diretora e relator, conforme o processo legislativo.

A INSEGURANÇA JURÍDICA NO SETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR FALTA DE UM DIPLOMA LEGAL FEDERAL

A falta de uma lei federal que trate da gestão ambientalmente segura dos resíduos sólidos, semi-sólidos, líquidos e gasosos tem trazido insegurança jurídica aos atos da administração pública e privada.

O arcabouço legal federal da área de resíduos sólidos não se encontra consolidado em um único diploma, mas distribuído em leis, decretos, portarias, e resoluções do CONAMA e da ANVISA. Essa dispersão dificulta a aplicação das normas legais causando enorme insegurança jurídica.

Para debatermos sobre política para a área de resíduos sólidos, temos que levar em conta os aspectos econômicos, financeiros e administrativos; as questões sociais, culturais e de participação da sociedade; a educação, saúde e saneamento; a contaminação do ar, água e solo; a fiscalização e controle sobre produtos produzidos e comercializados. Essa diversidade temática está contida nos vários diplomas que tratam da matéria.

O primeiro instrumento legal a ser utilizado para uma análise na área de resíduos sólidos é a Constituição Federal, notadamente seu art. 30, que estabelece como competência do município “organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os ser-

viços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que têm caráter essencial”. Nesse contexto, a limpeza urbana figura como um serviço público de interesse local, e de caráter essencial. Entretanto, vale ressaltar que 60% dos resíduos sólidos urbanos/domésticos produzidos no Brasil são coletados por empresas privadas² contratadas pelas prefeituras, por contrato direto, sendo poucas as prefeituras que operam contratos em regime de concessão. Há de se estabelecer a diferença entre contratação por permissão e contratação por concessão. A permissão consiste em um ato administrativo precário, pelo qual o poder público faculta ao particular a execução de serviços de interesse coletivo, no caso a limpeza pública. Já a concessão é um ato administrativo pelo qual a administração pública delega a outrem a execução de um serviço público por sua conta e risco. Outro dispositivo constitucional que deve ser observado é o inciso IX do artigo 23 que estabelece como competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a “promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

Como já dissemos, a gestão de resíduos sólidos, em termos legais, está dispersa em vários diplomas federais. Na forma de lei, somente a lei n. 9.605, de 1998, Lei de Crimes Ambientais (LCA), faz menção à área de resíduos sólidos. Entretanto, o dispositivo está mais associado ao

resíduo industrial, senão vejamos:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

[...]

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

A LCA não se preocupou com a criminalização da disposição final inadequada do resíduo urbano/doméstico. O dispositivo em comento tem sido aplicado por parte do Ministério Público por meio de analogia, quando se trata de conduta lesiva ao meio ambiente oriunda da disposição final inadequada de resíduos urbanos/domésticos. Encontraremos, em maior abundância, dispositivos normativos sobre gestão de resíduos sólidos urbanos e hospitalares nas resoluções do CONAMA e da ANVISA.

O primeiro atua tanto na gestão de resíduos urbanos domésticos quanto na de resíduos hospitalares. Já a ANVISA tem sua atuação mais voltada à gestão de resíduos hospitalares. Nesse diapasão, vale ressaltar o conflito de resoluções de ambos os órgãos. A exemplo, temos a resolução do CONAMA que dispõe sobre a gestão de resíduos hospitalares se contrapondo à resolução da ANVISA que dispõe sobre o mesmo tema.

O CONAMA vem, nos últimos anos, editando resoluções referentes à coleta e tratamento de resíduos sólidos de construção civil, pilhas e baterias, pneumáticos e lâmpadas de mercúrio, e construção de aterros sanitários, estabelecendo obrigações diversas para a sociedade. Entretanto, esses diplomas são apenas resoluções, não leis e como tais não podem imputar obrigações. As leis, no ordenamento jurídico nacional, são o único instrumento capaz de criar obrigações para a sociedade. Essa afirmativa tem seu embasamento no art. 5º, inciso III, da Constituição Federal, que determina que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei”, norma constitucional que se configura no princípio da legalidade. Vale lembrar que esse princípio da legalidade tem sua gênese no artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Essa lei secular determinava em seu artigo 5º que “a lei só tem direito de proibir as ações prejudiciais à sociedade. Tudo quanto não for proibido pela lei

não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordena”.

Sobre esse tema, assim leciona o renomado professor Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua clássica obra *Curso de direito administrativo*:

Deveras, as leis provêm de um órgão colegial – o Parlamento – no qual se congregam várias tendências ideológicas, múltiplas facções políticas, diversos segmentos representativos do espectro de interesses que concorrem na vida social, de tal sorte que o Congresso se constitui em verdadeiro cadinho onde se mesclam distintas correntes. Daí que o resultado de sua produção jurídica, as leis – que irão configurar os direitos e obrigações dos cidadãos – necessariamente terminam por ser, quando menos em larga medida, fruto de algum contemperamento entre as variadas tendências. Até composições, de modo que a matéria legislada resulta como o produto de uma interação, ao invés de mera imposição rígida das conveniências de uma única linha de pensamento.³

Diz ainda o renomado mestre:

Se o regulamento não pode criar direitos ou restrições à liberdade, propriedade e atividades dos indivíduos que já não estejam estabelecidos e restringidos na lei, menos ainda poderão fazê-lo instruções, portarias ou

resoluções. Se o regulamento não pode ser instrumento para regular matéria que, por ser legislativa, é insuscetível de delegação, menos ainda poderão fazê-lo atos de estirpe inferior, quais instruções, portarias ou resoluções. Se o chefe do Poder Executivo não pode assenhearse de funções legislativas nem recebê-las para isso por complacência irregular do Poder Legislativo, menos ainda poderão outros órgãos ou entidades da administração direta ou indireta.

Esses ensinamentos nos levam a afirmar que se justifica o mandamento constitucional na exata medida em que o Legislativo é a instituição dotada de legitimidade constitucional, capaz de reunir os diversos interesses e atores sociais para operar o “delicado mister de disciplinar a liberdade e a propriedade das pessoas”,⁴ conforme previsão do artigo 5º da Constituição. Essa representatividade do parlamento não elimina a participação direta do cidadão por meio da já referida iniciativa popular.

Exemplificaremos a exorbitância do CONAMA em suas atribuições legais, no tocante à edição de normas para o setor de resíduos sólidos, utilizando como exemplo o que dispõe a sua resolução n. 308, de 21 de março de 2002, sobre “Licenciamento ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de peque-

no porte”.

Essa resolução, que ao nosso ver traz dispositivo eivado de inconstitucionalidade, na contramão do ordenamento jurídico nacional, determina no parágrafo único do seu art. 5º que o órgão ambiental competente poderá dispensar para o licenciamento ambiental do empreendimento a elaboração de EIA/RIMA, se “ficar constatado, por estudos técnicos, que o empreendimento não causará significativa degradação ao meio ambiente”. Diz o dispositivo:

Art. 5º O empreendimento de disposição final de resíduos sólidos contemplado nesta resolução deverá ser submetido ao processo de licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA, observando os critérios estabelecidos no anexo desta resolução.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente poderá dispensar o Estudo de Impacto Ambiental-EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA na hipótese de ficar constatado, por estudos técnicos, que o empreendimento não causará significativa degradação ao meio ambiente.

Ressaltamos que o legislador constituinte determinou (e determinar não é autorizar!), no artigo 225, IV, que “para assegurar a efetividade do direito a um

meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida fosse exigido, *na forma da lei*, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade”. (grifo nosso)

O CONAMA, ao possibilitar que o administrador público dispense o Estudo de Impacto Ambiental através de resolução, cria um efeito de causalidade que resultará no abalo do princípio da segurança jurídica dos seus atos. Esse princípio, conjuntamente com o da legalidade e o da supremacia do interesse público sobre o particular, constitui-se um dos princípios fundamentais da Administração Pública. O seu abalo se dá na exata medida em que as resoluções são dispositivos legais de caráter infraconstitucional que não se prestam à finalidade de regular dispositivos constitucionais. As resoluções estão, no ordenamento jurídico



nacional, em posição inferior à lei complementar, lei ordinária, medidas provisórias e decretos. Conforme o que dispõe o artigo 59 da Constituição Federal, combinado com os ensinamentos de Kelsen⁵ e Nunes,⁶ podemos vislumbrar a hierarquia no ordenamento jurídico nacional no gráfico apresentado em forma de pirâmide.

Vale lembrar que, no caso do inciso IV, do artigo 225 da Constituição, a exigência do EIA/RIMA será estabelecida na "forma da lei". Quanto a este aspecto formal da resolução do CONAMA, que abala o princípio da segurança jurídica nos atos da administração, assim leciona Bandeira de Mello:

Para reforçar ainda mais o entendimento deste caráter subalterno da atividade administrativa, basta examinar atentamente o art. 84, IV, da Lei Magna. De acordo com ele, compete ao presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução. Evidencia-se, destarte, que mesmo os atos mais conspícuos do chefe do Poder Executivo, isto é, os decretos, inclusive quando expedem regulamentos, só podem ser produzidos para ensejar *execução fiel da lei*. Ou seja: pressupõe sempre uma dada lei da qual sejam os *fiéis executores*.⁷

Destarte, ignorar essa formalidade ensejará insegurança jurídica nos atos da administração na exata medida em que

esse vício formal fere o princípio da legalidade que se configura como pedra angular do direito individual.

A professora doutora Maria Sylvania Zanella di Pietro, em sua brilhante obra intitulada *Direito administrativo*,⁸ assim leciona sobre o princípio da legalidade:

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objetivo a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade.

É aqui que melhor se enquadra aquela idéia de que na relação administrativa a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei.

Segundo o princípio da legalidade, a Administração só pode fazer o que a lei permite; no âmbito das relações entre particulares, o princípio aplicável é o da autonomia da vontade, que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe. Essa é a idéia expressa de forma lapidar por Hely Lopes Meirelles e corresponde ao que já vinha explicitado no artigo 4º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789: "A liberdade consiste em fazer tudo aquilo que não prejudique outrem; assim, o exercício dos direitos

naturais de cada homem não tem outros limites que asseguram aos membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites somente podem ser estabelecidos por lei”.

No direito positivo brasileiro, esse postulado, além de referido no artigo 37, está contido no artigo 5º, inciso II, da Constituição que, repetindo preceito de

Constituições anteriores, estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto,



Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

ela depende de lei.

Ora, estando o poder público desnudo de uma lei que o autorize a dispensar de EIA/RIMA empreendimentos de aterro sanitário, caso seja concedida uma licença para construção desta obra, qualquer cidadão poderá impetrar representação junto ao Ministério Público ou ação popular com pedido de liminar para embargar a obra, ensejando com isso insegurança jurídica ao empreendedor do aterro sanitário, seja ele uma prefeitura ou uma empresa privada.

Coroa esse raciocínio o ensinamento de Celso Antônio: “O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina”.⁹

Seguindo essa esteira da legalidade, Kelsen assim leciona sobre o sentido de uma norma jurídica: “No sentido mais geral, norma significa que *algo deve ser*. Pode-se caracterizar a norma como o *sentido de um ato de vontade*, mas é preciso diferenciar estritamente este sentido do *dever ser* e o ato efetivo de vontade. O ato *de vontade* reside na esfera do ser, seu significado na esfera do dever ser”.¹⁰

Como podemos notar, não nos parece que a resolução do CONAMA atenda ao mandamento constitucional, pois autorizar entidade governamental a dispensar EIA/RIMA somente seria possível por meio de lei, conforme demonstrado. Ademais, a lei n. 6.938, de 1981, em seu

artigo 8º, inciso I, determina que entre as competências do CONAMA está: “estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos estados e supervisionadas pelo IBAMA; (...)”.

O renomado jurista Paulo Affonso Leme Machado, em sua clássica obra *Direito ambiental brasileiro*, comentando a resolução do CONAMA n. 237, de 1997, afirma sobre a atribuição em questão:

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), através da resolução 237/97, procurou partilhar a competência ambiental administrativa, dispondo sobre o licenciamento ambiental a ser feito pelo IBAMA (art. 4º), estabeleceu as competências dos estados e do Distrito Federal (art. 5º), determinou a área de competência dos municípios (art. 6º) e estabeleceu que os empreendimentos e atividades serão licenciados em nível de competência (art. 7º).¹¹

Sobre a atuação do CONAMA em matéria de licenciamento, há o preceito do já referido art. 8º, I, da lei n. 6.938/81. O inciso é claro em sua redação, mostrando que instituir “normas e critérios para o licenciamento” não se confunde com atribuir competências para entes federativos licenciarem. Tanto é que o mencionado art. 8º liga a instituição de normas e critérios com o licenciamento “a ser concedido pelos estados”. Da mesma forma o art. 10, caput, dessa lei, indica que

o licenciamento será feito pelo “órgão estadual competente”. Uma resolução federal não pode alterar uma lei federal. Sob todos os ângulos em que se vejam, constata-se invasão de competência e quebra de hierarquia administrativa, acarretando o vício de inconstitucionalidade e ilegalidade aos artigos 4º a 7º da resolução inquinada.

Ademais, já há jurisprudência sobre o tema, pois o STF julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 1.086-7 contra o governo do estado de Santa Catarina por este incluir em sua Constituição estadual dispositivo de dispensa de EIA/RIMA para empreendimentos florestais.

Ressaltamos que este trabalho reflete a necessidade de um marco regulatório para o setor de resíduos sólidos à luz do que determina o direito administrativo, constitucional e ambiental pós a promulgação da Constituição de 1988, que é posterior à lei que institui a Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido, vale citar o pensamento de Norberto Bobbio sobre o tema:

O direito positivo, ao contrário, é aquele que estabelece ações que, antes de serem reguladas, podem ser cumpridas indiferentemente de um modo ou de outro, mas, uma vez reguladas pela lei, importa (isto é: é correto e necessário) que sejam desempenhadas do modo prescrito pela lei. Aristóteles dá este exemplo: antes da existência da uma lei ritual é

indiferente sacrificar a uma divindade uma ovelha ou duas cabras; mas uma vez existente uma lei que ordena sacrificar uma ovelha, isto se torna obrigatório; é correto sacrificar uma ovelha e não duas cabras não porque esta ação seja boa por sua natureza, mas porque é conforme a uma lei que dispõe desta maneira.¹²

CONCLUSÃO

Como podemos demonstrar, as resoluções não oferecem a segurança jurídica necessária aos atos da Administração Pública, para o estabelecimento de um marco regulatório para o setor de resíduos sólidos. Nesse sentido, entendemos que um projeto de lei que venha a dar a legalidade aos atos da administração e, por conseguinte, a segurança jurídica necessária ao setor de resíduos sólidos e seu efetivo marco regulatório, seja amparado por um subsistema nacional de resíduos sólidos subordinado ao Sistema Nacional de Meio Ambiente, formalizando assim as relações da União, estados, Distrito Federal e municípios no que tange às políticas de resíduos sólidos, se coadunado com o pacto federativo estabelecido pelo artigo 23, da Constituição, notadamente o seu inciso IX. Além dessa questão, o projeto de lei deve abordar os seguintes quesitos: aspectos econômicos, financeiros, administrativos e de qualificação profissional; questões sociais, culturais, de participação da sociedade e de responsabilidade pós-consumo; educação, saúde

de e interface com as demais áreas do saneamento ambiental; contaminação do ar, água e solo e ocupacional; e fiscalização e controle social sobre produtos produzidos e comercializados.

Este artigo é fruto de comunicação apresentada durante a XXXIV As-

sembléia da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), realizada em Caxias do Sul, de 16 a 22 de maio de 2004, com revisão técnica do dr. Márcio Luiz Silva, assessor jurídico da liderança da bancada federal do PT.

N O T A S

1. Brasil, Câmara dos Deputados, *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, 2003, artigo 24, inciso II.
2. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, *Resíduos sólidos urbanos: problema global*, São Paulo, 1998, p. 9.
3. Celso Antônio Bandeira de Mello, *Curso de direito administrativo*, 14. ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2002, p. 329, 331-332.
4. *ibidem*, p. 328.
5. Hans Kelsen, *Teoria pura do direito: introdução à problemática científica do direito*, 2. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.
6. L. A. R. Nunes, *Manual de introdução ao estudo do direito*, 3. ed., São Paulo, Saraiva, 2000.
7. Celso Antônio Bandeira de Mello, *op. cit.*, p. 86.
8. Maria Sylvania Zanella di Pietro, *Direito administrativo*, 12. ed., São Paulo, Atlas, 2000.
9. Celso Antônio Bandeira de Mello, *op. cit.*, p. 87.
10. Hans Kelsen, *op. cit.*, p. 29.
11. Paulo Affonso Leme Machado, *Direito ambiental brasileiro*, 11. ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2003.
12. Norberto Bobbio, *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*, 1995, p. 17.

Joel Portella Amado

Doutor em Teologia pela PUC-Rio. Professor de Teologia Sistemática na Graduação e Pós-Graduação em Teologia da PUC-Rio.

Igreja e Cidade

Panorama da experiência religiosa nas grandes metrópoles brasileiras

O texto aborda a relação entre a Igreja Católica e os ambientes urbanos a partir das três últimas décadas do século XX. Apresenta inicialmente um resumo histórico, indica, a seguir, os resultados de algumas pesquisas de campo especificamente brasileiras, aponta para o conceito de *inculturação* como o enfoque que tem norteado a atuação católica nas cidades e conclui indicando os principais desafios para as igrejas cristãs em ambiente urbano.

Palavras-chave: Igreja Católica, urbanização, cidades.



The text deals with the relationship between the Catholic Church and urban contexts. After briefly historical indications, it refers to some conclusions of two specific Brazilian researches concerning the theme, presents *inculturation* as the current way of the catholic action toward cultures and concludes indicating the main challenges facing not only the catholic church but also other Christian ones in urban situations.

Keywords: Catholic Church, urbanization, cities.

A HISTÓRIA RECENTE

A Igreja Católica sempre esteve presente nas cidades. No entanto, a consciência e a peculiaridade dessa presença começaram, no Brasil, a ser percebidas no final da década de 1960, quando o processo de urbanização se fazia acelerar e as cidades emergiam como um grande desafio. Costumava-se dizer que a Igreja Católica

se sente muito bem no campo, experimentando, porém, desconforto nas cidades. As perguntas emergentes desse fato diziam respeito tanto à atuação da Igreja quanto à compreensão do tipo de desafio que significavam as cidades. A época correspondia, em termos de urbanização brasileira, ao final de um ciclo, em que, a partir do pós Segunda Guerra Mundial, o país ingressava num acelerado processo de industrialização e urba-

nização. Para a Igreja Católica, correspondia à implantação do Concílio Vaticano II, que, entre outros aspectos, assumia o diálogo com a modernidade, declarando solenemente a importância de se assumir “as alegrias e as esperanças dos homens de hoje, sobretudo dos que sofrem”.¹ Embora as cidades, como tal, não apareçam explicitamente na temática

abordada pelo Concílio, o chamado a uma maior atenção para a vida das pessoas acabou por despertar o interesse no tema. Um olhar, por exemplo, sobre as conferências do Episcopado Latino-Americano ocorridas após o Concílio vai mostrar a crescente importância que o tema sofreu.

Na Conferência de Medellín (1968),² as



Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

idades apareciam dentro do tema família. O diálogo com as cidades passaria, de acordo com a visão daquele momento, pela atuação junto às famílias, sendo uma consequência desse trabalho.⁵ Não se via ainda as cidades como um desafio em si. O tema reapareceu, onze anos mais tarde, na Conferência de Puebla (1979), começando a adquirir ali importância própria, na medida em que se percebiam as interpelações específicas da vida nas cidades, notadamente as questões relativas à pobreza nas periferias.⁴

Paralelamente, alguns estudos a respeito da presença da Igreja Católica nas cidades começavam também a ser publicados.⁵ Havia, por exemplo, um forte questionamento a respeito da eficácia das estruturas paroquiais, tão adaptadas ao meio rural, no mundo das cidades. Também a experiência das comunidades eclesiais de base, as conhecidas CEBs, sofria o questionamento acerca de sua implantação fora do ambiente rural ou das periferias. Por trás desses questionamentos, a temática das cidades crescia, adquirindo gradativamente status próprio.

Foi, todavia, na IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo (1992), que a questão urbana adquiriu identidade própria, como desafio à evangelização. Ali, o tema da cultura urbana recebeu destaque, ao lado das culturas ameríndia e afrodescendente, já destacadas em Puebla e assumidas na prática da Igreja. Em Santo Domingo,

reconhecia-se a impossibilidade da Igreja Católica responder aos desafios atuais, mesmo dentro das duas culturas referidas, sem considerar o fenômeno urbano com suas implicações.⁶ A cidade é assumida como desafio pastoral, em virtude de uma visão de mundo excessivamente centrada no consumo, alicerçada na mídia e tendo como consequência altos índices de pobreza e exclusão social. Desse modo, pode-se dizer que foi a partir da década de 1990 que a questão urbana efetivamente se tornou um dos grandes eixos pelos quais passaria a reflexão e a prática da Igreja Católica. Obras específicas começaram a ser publicadas, buscando sistematizar o que até então vinha sendo tateado, sempre no desejo de entender os mecanismos subjacentes à vida nas cidades e suas implicações para a missão da Igreja.⁷

Outro exemplo de ingresso gradativo na temática da urbanização têm sido os Encontros Nacionais de Presbíteros (ENP), que, reunindo padres de todo o país, buscam refletir sobre a sua atuação diante dos desafios do momento. Entre 1985 e 2004, foram realizados dez encontros.⁸ A questão urbana, como aspecto incisivo sobre a pessoa e a atuação dos padres, apareceu pela primeira vez e como tema central no V ENP (1994: *O presbítero no processo de urbanização*),⁹ voltando com toda intensidade no VI ENP (1996: *O presbítero – missionário, profeta e pastor no mundo urbano*),¹⁰ não mais saindo do conjunto das questões centrais. O interessante a observar, nes-

se processo histórico dos encontros nacionais dos padres, é que as temáticas são escolhidas por eleição ao final do encontro anterior e, portanto, em meados da década de 1990, também eles se sentiam interpelados pela presença da Igreja nas grandes cidades, e a preocupação permanece como referência, mesmo que outros temas tenham sido escolhidos a partir do VII ENP (1998).

O ENFOQUE ESPECÍFICO

Na medida em que trabalha com o religioso e os valores éticos dele decorrentes, a Igreja Católica aborda o fenômeno urbano a partir de um enfoque específico que é o da relação com as culturas. Historicamente, a temática das culturas adquiriu status de preocupação no mesmo período em que a questão urbana começou a ser assumida. Isso porque entre as duas existe um inevitável vínculo, o qual, por sua vez, encontra-se diretamente ligado ao modo como a Igreja Católica compreende sua atuação, seu evangelizar. Não se trata de executar apenas ritos religiosos, mas interagir com a totalidade da vida de pessoas, grupos e povos.¹¹ Os ritos participam desse processo mais amplo.

Nesse diálogo com as culturas, já em meados da década de 1970 era construído um termo hábil o suficiente para expressar a relação que, em fidelidade às origens da Igreja Católica, pudesse expressar, ao mesmo tempo, respeito às culturas, sem, todavia, negar a

dinâmica interpeladora do Evangelho sobre as mesmas. Nascia, então, o termo *inculturação*, que apresenta, no seu conteúdo, um duplo movimento: do Evangelho às culturas e das culturas às compreensões e vivências que se tem do Evangelho.¹²

O CONHECIMENTO DA REALIDADE RELIGIOSA URBANA NO BRASIL

O primeiro passo da inculturação consiste em compreender a realidade com a qual se quer dialogar, o ambiente no qual, como se diz em linguagem específica dos ambientes católicos, inculturar. Nesse sentido, o final da década de 1990 se caracterizou pela realização de trabalhos científicos voltados para a captação do que, de fato, ocorre na vida das cidades. Um desses trabalhos dedicou-se a recolher as conclusões dos Censos de 1991 e 2000, especificamente no que diz respeito à filiação religiosa, e inseri-las no mapa do Brasil, de modo que se pudesse ter uma visão mais ampla, mas abrangente de onde e como estão, em relação aos índices demográficos e sociais, as religiões no país.¹³ Esse trabalho, mais conhecido como *Atlas da filiação religiosa*, revelou, por exemplo, que as porcentagens de católicos no conjunto da população total segue o modelo de organização do espaço no Brasil, que é o de tipo centro-periferia. Quanto mais distante do centro, menor é o índice de católicos, notadamente nas regiões metropolitanas de Belém, Salvador, Vitória, Rio de Ja-

neiro e São Paulo.¹⁴

Paralelamente à elaboração do Atlas, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) iniciava, em parceria com o Instituto Nacional de Pastoral (INP), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma pesquisa para captar não só os índices quantitativos dos católicos nas grandes cidades, mas também o seu modo específico de se relacionar com a globalidade da vida e, mais concretamente, com Deus e com a(s) religião(ões). A pesquisa centrou seu foco em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Os resultados foram publicados¹⁵ e apresentados em seminários que reuniram especialistas, internos e externos à vida da Igreja, em cada uma dessas cidades.¹⁶

No que diz respeito ao especificamente religioso, a pesquisa do CERIS destacou a existência de uma mutação religiosa em curso no Brasil.¹⁷ Crescem os números tanto de pessoas que se identificam com os ramos mais recentes do protes-

tantismo, em especial os ligados ao pentecostalismo, quanto daquelas que se declaram sem religião. Trata-se, portanto, não apenas de uma diversificação religiosa, mas de um redirecionamento da tendência religiosa, fato que, por sua vez, aponta para uma transformação na identidade cultural do brasileiro, acostumado a ligar o fato de ser brasileiro ao de ser católico.

Além disso, o trabalho do CERIS buscou detectar os conteúdos que as pessoas atribuem às suas crenças. O resultado final revelou estarmos diante de um processo de adesão seletiva de conteúdos, a partir da qual se constroem sistemas de crenças, pessoais ou grupais, em que são reunidos aspectos originários de distintas tradições religiosas, mesmo que, para uma leitura feita a partir de dentro de cada uma destas tradições, alguns aspectos sejam considerados contraditórios.¹⁸

Essa adesão seletiva a conteúdos encontra-se, não de modo exclusivo, porém agudo, articulada com o mencionado fe-

Tabela 1

Acreditam	Católicos	Não católicos
Em Deus	96,5%	87,0%
Em Jesus Cristo	93,0%	79,9%
Na Bíblia	86,4%	70,3%
Nos santos	72,2%	25,3%
Na Ressurreição	70,7%	58,1%

nômeno dos *sem religião*, uma terminologia que nem sempre permite captar o que, de fato, lhe está subjacente. A chamada ausência de religião não se dirige, de imediato, à aceitação ou rejeição da transcendência em si, mas às concretizações histórico-sociais das crenças em religiões institucionalizadas. Trata-se muito mais de uma rejeição a conteúdos e instituições únicos, com proposta de exclusividade, do que à existência ou não de um ser transcendente. Este, de acordo com a pesquisa, é aceito como existente. O que, entretanto, ultrapassa essa afirmação ingressa no campo da discutibilidade. Cada pessoa ou grupo dá ao transcendente o conteúdo que melhor lhe convier. É por isso que adquire destaque a crença em Deus como *força superior*. Ele existe, mas esse fato não conduz a qualquer implicação em termos de pertença religiosa mais definitiva. De acordo com a pesquisa do CERIS, esse tipo de atitude atinge 15% dos entrevistados. Quando somamos os índices das seis religiões pesquisadas,¹⁹ percebemos com facilidade esses aspectos.

Os índices de crença em Deus, enquanto concepção genérica, permanecem praticamente os mesmos. A diminuição começa a ocorrer quando a referência se dirige a Jesus Cristo, à Bíblia, chegando, no caso mais extremo, dentre os conteúdos selecionados, à crença nos santos. No que diz respeito a Jesus Cristo e à Bíblia, o motivo do decréscimo pode ser encontrado naquele percentual dos que se contentam em crer numa *força supe-*

rior, sem qualquer outro qualificativo. Jesus Cristo e Bíblia são distintivos de uma crença que já possui perfil, ainda que amplo. A indicação do item crença nos santos, conteúdo especificamente católico, revela mais forte decréscimo porque especifica ainda mais o perfil daquilo em que se crê. É certo que, nessa diminuição, encontra-se o crescente fenômeno de um certo tipo de protestantização da religiosidade urbana, fato pelo qual o item crença nos santos, ponto de discordância entre católicos e protestantes, decai tanto quando se passa da coluna católicos para não-católicos. O mesmo se pode dizer a respeito da crença na ressurreição. Chama, contudo, a atenção o decréscimo que vai ocorrendo na coluna que se refere aos católicos. Ali também se pode perceber que, quanto mais amplo e difuso o horizonte da crença, maior é o índice de adesão. Ao contrário, quanto maior o detalhamento, menor o índice de adesão.

Por sua vez, os baixos índices de adesão institucional e os altos índices de adesão seletiva de conteúdos mostraram-se articulados com um acentuado processo de individualização. O motivo das crenças foi respondido na tabela 2.²⁰

Nesta tabela, podemos dividir as motivações em dois grupos. De um lado, os que seguem uma determinada religião em virtude da tradição ou influência familiar. O índice, absolutamente considerado, permanece alto entre os católicos, reduzindo-se praticamente à metade quando

passamos para a coluna dos não católicos. Os dados tornam-se, no entanto, mais esclarecedores quando estabelecemos certas identificações entre os motivos apresentados. Na medida em que essas identificações levam em conta a primazia do elemento objetivo, de um lado, e do subjetivo, de outro, os itens "Sentido da vida, paz, harmonia", "Deus próximo" e "Graça alcançada" ratificam a tendência à individualização das motivações. O item relativo à devoção a um santo ou à Virgem Maria dependerá de maior detalhamento, uma vez que pode ser inserido nos dois aspectos, tanto do lado objetivo, quando se acredita por tradição, quanto no subjetivo, quando Maria ou os santos atuam como instrumentos de graças individuais. O interessante a destacar é que a soma desses itens identificará, portanto, uma tendência não apenas do catolicismo, mas da experiência religiosa em geral nas grandes cidades, tendência que oscila entre a

tradicionalização e a individualização das crenças. No primeiro caso, permanece a importância da instituição como portadora de valores tradicionais e de uma verdade religiosa, à qual se deve aderir. No segundo caso, emerge o indivíduo como critério último de valoração e opção da experiência religiosa. As diversas motivações apresentadas, ainda que possuam distintas verbalizações, quando somadas indicam estarmos diante de um processo de subjetivação e privatização das crenças, no qual as instituições religiosas garantem seu lugar muito mais por responderem, muitas vezes na totalidade e exclusivamente, os interesses e as necessidades emocionais, afetivas e patrimoniais das pessoas, do que por possuírem verdades objetivas, reveladas, às quais cumpre aderir com inevitáveis decorrências éticas. Trata-se, pois, de um processo em que as duas vertentes se misturam e se fazem presentes, porém com forte acento na dinâmica

Tabela 2

Acreditam por	Católicos	Não católicos
Sentido da vida, paz, harmonia.	37,2 %	31,1 %
Influência ou tradição familiar	26,5 %	13,4 %
Deus próximo	13,7 %	17,3 %
Devoção a Maria ou a um santo	4,9 %	0,7 %
Alcançou uma graça	1,2 %	3,2 %
Outras possibilidades de menor incidência	4,4 %	7,3 %
Não responderam	12,1 %	27,0 %

Tabela 3

Acreditam por	Católicos	Não católicos
Experiência pessoal, individual	52,1 %	51,6 %
Dado objetivo	26,5 %	13,4 %
Devoção a Maria ou a um santo	4,9 %	0,7 %
Outras possibilidades de menor incidência	4,4 %	7,3 %
Não responderam	12,1 %	27,0 %

individualizadora. A tabela 3 manifesta com clareza esse aspecto.²¹ Esta tabela indica que a Igreja Católica ainda pode considerar o aspecto institucional como terreno hábil a se fazer presente nas grandes cidades. Não é tão raro se encontrar pessoas e grupos que, entre as instituições de significativa credibilidade social, indicam a Igreja Católica. O interessante é perceber que, mesmo nesses casos, a crença na validade institucional da Igreja parece estar muito mais justificada nas práticas éticas e solidárias do que na aceitação da origem sobrenatural da Igreja. Já não se trata, portanto, da Igreja Católica considerar sua atuação nos ambientes urbanos a partir de pressupostos única ou predominantemente de natureza histórico-tradicional ou de apenas afirmar sua origem sobrenatural. Esses fatos não se discutem aqui. O que se quer chamar a atenção refere-se à dificuldade do ambiente urbano em acolher e valorizar esse tipo de motivação. Ela pode ser verdadeira para deter-

minado grupo religioso, não possuindo, contudo, tanta força sociocultural a ponto deste grupo, seja o católico, seja outro qualquer, poder sobre ela alicerçar a maior parte de sua atuação.

AS MARCAS URBANAS E A RELIGIOSIDADE DECORRENTE

O resultado dessas pesquisas reafirma e insere no quadro brasileiro que o mundo urbano é, acima de tudo, o mundo da individualidade, da mobilidade e do experimento. Mais do que uma distinção tópica, em que urbano e rural tendem a se identificar com certa facilidade, a reflexão da Igreja Católica, a respeito de sua relação com as grandes cidades e com o mundo urbano em geral, tende a considerar algumas categorias que, de acordo com sua incidência, determinam que um ambiente seja pré-urbano ou urbano.²² Um ambiente pré-urbano se caracteriza muito mais pela primazia do grupo sobre o indivíduo, da estabilidade sobre a mobili-

dade e da tradição sobre o experimento. Ao contrário, quanto maior for a predominância do indivíduo sobre o grupo, da mobilidade sobre a estabilidade e do experimento sobre a tradição, mais agudos serão os índices de urbanização, independentemente de estarmos num ambiente agrícola ou no meio de uma cidade. Por certo, entre as cidades e a urbanização existe uma certa correlação, mas não uma oposição, como se fosse possível, em certo momento, encontrar com facilidade ambientes pré-urbanos. Estes, na diversidade do mundo, existem e poderão ser encontrados em situações de forte fechamento ao entorno e de baixo contato com os hodiernos meios de comunicação. Por sua vez, as cidades, se não abrangem a totalidade do fenômeno urbano, apresentam-se como suas catalisadoras, vivendo-o de modo mais intenso e exportando-o através dos mencionados meios de comunicação social.²³

O DESAFIO

Caracterizado o mundo urbano em seu estágio atual, importa discernir os parâmetros desta interação. De acordo com o atual momento da reflexão e da prática da Igreja Católica, isto é, para a consciência da inculturação, é indispensável distinguir entre a fé e suas concretizações histórico-culturais. Se, por um lado, a fé se manifesta e se concretiza por meio de categorias socioculturais, é próprio da identidade da Igreja Católica afirmar a primazia e a imutabilidade dos conteú-

dos da fé e a relativização das concretizações socioculturais. A perpetuação da Igreja Católica, quando vista a partir do enfoque histórico-cultural, pode ser compreendida em virtude desta capacidade de se encarnar nas diversas culturas, nos diversos povos e mentalidades, permanecendo, todavia, a mesma Igreja. Para o modo como a Igreja Católica compreende sua identidade, de origem sobrenatural e basilarmente centrada na exclusividade e universalidade da pessoa e da mensagem de Jesus Cristo, cultura alguma possui a capacidade de abranger o Evangelho em sua plenitude. Não há, portanto, cultura perfeita, acabada, superior às outras. Existem culturas, diante das quais há de sempre se fazer o discernimento.

No caso específico da cultura urbana, a mutação no perfil religioso brasileiro acentua para algumas possibilidades de atuação da Igreja Católica, que deve considerar, pelo menos: 1) a redução quantitativa dos católicos nos amplos cinturões de pobreza que envolvem as grandes cidades; 2) o crescente processo de desinstitucionalização-individualização das crenças, manifestado na adesão seletiva de conteúdos e na afirmação explícita de não se ter uma religião definida; e 3) o fato de que não se trata de um fenômeno que afeta exclusivamente a Igreja Católica, mas sim de um perfil religioso sociocultural, típico dos ambientes urbanos atuais, que pedem novas compreensões de todos os grandes conteúdos da vida, entre os quais a relação

com a transcendência e suas implicações existenciais. Esses são os três principais aspectos a se considerar na relação da Igreja Católica com as grandes cidades. No que diz respeito ao processo de individualização, a Igreja Católica o reconhece como ambíguo. Ele é positivo enquanto permite a valorização de cada pessoa e a liberdade que ela tem para aderir ou não a uma determinada proposta. Nesse sentido, a mentalidade urbana

e o Evangelho se tangenciam, pois sem a livre adesão não existe efetiva experiência cristã. O distanciamento entre o conteúdo da mensagem cristã e a mentalidade urbana começa a surgir quando esta, ainda que por diversos caminhos, afirma uma individualidade fechada ao efetivo e interpelante relacionamento. O cristianismo vê o ser humano como constitutivamente relacional²⁴ e esta relacionalidade implica opção e acolhi-



Imagem de São Sebastião na Igreja de São Francisco.1967. Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

mento, numa dinâmica histórica dentro da qual um ou outro aspecto possa ter primazia momentânea, mas nunca exclusividade. Ao declarar que a experiência cristã e o sentido da existência humana carregam em si uma forte dose de acolhimento, o cristianismo quer afirmar que todo ser humano, se, por um lado, tem valor e direito inalienável a optar, nem por isso deve deixar de lado a outra postura igualmente humana de acolher algo que o ultrapassa, o transcende.

Essa é a razão pela qual tem gradativamente crescido, na Igreja Católica, a preocupação com o jeito que a mentalidade urbana atual tem para lidar com o transcendente. Trata-se, como antes mencionado, de uma postura sociocultural, que atravessa as confessionalidades, julgando-as e as assumindo até mesmo parcialmente, por meio do processo de adesão seletiva. No mundo urbano, técnico, científico, informatizado, em que, por princípio, as necessidades devem ser imediatamente satisfeitas, sem maiores questionamentos, emerge uma postura que enquadra o transcendente nessa mesma escala de valores. Deus serve na medida em que *me* atende, *me* satisfaz, resolve *meus* problemas. Já não é tanto o Deus que também interpela, incomoda e até mesmo desagrada, no sentido de que mostra os limites e as contradições das *minhas* opções. É cada vez mais o Deus ininterruptamente *on line*, em banda-larga, cuja eficácia é mensurada a partir do atendimento imediato das ne-

cessidades.²⁵ Não se trata, por certo, de se apregoar uma relação com a transcendência na qual predomine o medo, o terror e a ausência do fascínio ou do prazer, como, em muitos momentos da história da humanidade, já aconteceu. Pelo contrário, fascínio e prazer também fazem parte da relação com a transcendência. Só não podem ser exclusivos.²⁶ Se o forem, tornar-se-ão geradores de práticas individualistas, excludentes, com desprezo, ainda que tácito, da pobreza alheia e decorrentes posturas solidárias e político-transformadoras.

Se, nesta dinâmica entre identificação e distanciamento, os cristãos já passaram por glórias e vicissitudes históricas, o momento atual pede, da Igreja Católica e das demais igrejas cristãs, uma postura crítica em relação ao mundo urbano e sua subjacente relação com Deus. É fato que estamos diante de um novo momento de reconfiguração social, econômica, política e cultural no mundo, momento em que, correspondendo a uma transformação no sistema capitalista, exacerbou-se a dinâmica do consumo e até o próprio Deus passa a ser visto sob essa ótica. Essa perspectiva se faz presente nas escolhas pessoais dos conteúdos das crenças e na constituição de novas religiões, típicas deste momento histórico e que, por isso mesmo, incorporam em si aspectos de diversas tradições, interligados agora exatamente pela ótica do consumo individual. Essa perspectiva se faz também presente dentro das religiões

historicamente mais antigas, na medida em que, tanto na Igreja Católica quanto nas outras igrejas cristãs, emergem tendências predominantemente voltadas para a satisfação individual das necessidades, mensuradas a partir do consumo.

Não se nega aqui a forte vinculação, por exemplo, entre o desejo de soluções eficazes e imediatas, de um lado, e, de outro, os bolsões de pobreza ao redor das conurbações. A exclusão social encontra-se fortemente articulada com a descrença nas instâncias históricas de transformação social. A rarefação da função social do Estado e a concepção da cidade como empresa, entre outros fatores, acabam por não permitir às vítimas desse processo o vislumbrar de uma efetiva solução a prazo curto. Daí, a volta para o transcendente também como caminho hábil a solucionar os problemas humanos que decorrem da pobreza. É, desse modo, a mesma dinâmica da individualização e do consumo, só que atuando numa outra vertente, a dos pobres e excluídos. Num contexto assim delineado, cabe à Igreja Católica e às outras igrejas cristãs, mais do que um discernimento, uma opção. Como interagir nestes ambientes? Fechar-se num purismo religioso e fundamentalista? Identificar-se, sem mais, com a postura do consumo individual e imediato? A resposta a essas questões é longa e exige um detalhamento que ultrapassa os limites desta reflexão de natureza mais histórica.²⁷ O ponto de partida, no entanto,

é claro e deve ser aqui destacado. Do mesmo modo como se afirma o valor do aspecto individual, mas não do individualismo, também é preciso que se afirme a sensibilidade para as questões relativas à exclusão social, atuando, porém, não de forma mágica, isto é, considerando a origem e/ou a solução dos problemas humanos como predominante ou até mesmo exclusivamente sobrenatural. Ao contrário, é preciso manter a atenção voltada para as causas intra-históricas desta exclusão. Emerge, assim, a consciência da Igreja Católica, de que, ao mesmo tempo em que precisa reconfigurar determinadas práticas internas para melhor dialogar com os ambientes urbanos,²⁸ também necessita assumir, com realismo e objetividade, os desafios oriundos da exclusão social, da destruição ecológica, da violência, da ética do consumo e da vingança, buscando, em parceria com outras instâncias da sociedade, soluções onde efetivamente se encontram as causas dos problemas. Não se trata, portanto, para a Igreja Católica, de apenas se preocupar com o aumento ou decréscimo no número de seus fiéis, mas também, de acordo com sua autocompreensão, de incidir socialmente de modo a que todos se beneficiem de um mundo mais humano e mais de acordo com o que a Igreja Católica compreende ser a vontade de Deus, manifestada na pessoa e na mensagem de Jesus Cristo, cujos ensinamentos envolvem, por exemplo, fraternidade, solidariedade, partilha e reconciliação.

1. Concílio Vaticano II, *Constituição pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje*, 1.
2. CELAM, *A Igreja na atual transformação da América Latina a luz do Concílio: conclusões de Medellín*, II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Petrópolis, Vozes, 1969.
3. Afirmava-se, por exemplo, que a instituição familiar perde sua importância nas cidades, enquanto, no campo, ainda permanecia fortalecida.
4. CELAM, III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Puebla de Los Angeles, 1979, segunda parte, cap. 2, item 2.4. O tema das cidades aparece no conjunto do que se chamava de "evangelização da cultura": "Na passagem da cultura agrária para a urbano-industrial, a cidade se transforma em propulsora da nova civilização universal. Este fato requer um novo discernimento por parte da Igreja. Globalmente, deve inspirar-se na visão da Bíblia, a qual, ao mesmo tempo que comprova positivamente a tendência dos homens à criação de cidades onde conviver de um modo mais associado e humano, é crítica da dimensão desumana do pecado que nelas se origina".
5. Affonso Felipe Gregory (org.), *A paróquia, ontem, hoje e amanhã*, Petrópolis, Vozes, 1967; Affonso Felipe Gregory, *Comunidades eclesiais de base: utopia ou realidade*, Petrópolis, Vozes, 1973.
6. CELAM, IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Santo Domingo, 1992. Aqui segunda parte, cap. 3, item 3.3.2: "A América Latina e o Caribe acham-se hoje num processo acelerado de urbanização. A cidade pós-industrial não representa só uma variante do tradicional habitat humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural à cultura urbana, sede e motor da nova civilização universal. Nela altera-se a forma com a qual num grupo social, num povo, numa nação, os homens cultivam sua relação consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com Deus".
7. João Batista Libânio, *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*, São Paulo, Loyola, 2001.
8. Comissão Nacional de Presbíteros (CNP), *Presbíteros do Brasil: construindo história*, São Paulo, Paulinas, 2001. Trata-se aqui do recolhimento de toda a documentação relativa aos nove encontros nacionais.
9. No V ENP, os padres voltaram-se para a questão urbana profundamente marcados pela violência: "A violência é, de certa forma, a característica das sociedades de grande urbanização (...)". *Presbíteros do Brasil*, op. cit., p. 216ss.
10. "Quer sejam grandes arquidioceses ou até prelazias amazônicas, é muito provável que você encontrará o tema pastoral urbana inúmeras vezes. Isto mostrará que, quando a Igreja fala em urbano, ela não está se referindo apenas a um espaço cheio de edifícios e favelas, ruas e becos. Esta expressão esconde algo mais; algo que ocorre nas grandes metrópoles, mas também em pequenas cidades do interior. Este algo é, na verdade, uma grande mudança sociológica, que é preciso compreender". Ibidem, p. 252.
11. Paulo VI, *Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi sobre a evangelização no mundo contemporâneo*, 1975, nn 18-19: "A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios (...) chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade".
12. Na literatura especificamente teológica, muitas têm sido as obras que refletem sobre o tema da inculturação. Entre elas, destaca-se: Mário de França Miranda, *Inculturação da fé: uma abordagem teológica*, São Paulo, Loyola, 2001, p. 15-39.

13. Cesar Romero Jacob et al., *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, São Paulo, Loyola, 2003.
14. ibidem, p. 16.
15. Luiz Alberto Gómez Souza e Sílvia Regina Fernandes (orgs.), *Desafios do catolicismo na cidade: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras*, São Paulo, Paulus, 2002. Mencionado, a partir daqui, através da sigla CERIS.
16. No Rio de Janeiro, o seminário ocorrido na PUC permitiu a publicação, em agosto de 2002, de um fascículo especial da revista *Magis* – cadernos de fé e cultura, que teve como título *Dilemas e desafios da pastoral urbana*.
17. Cf. Andréa Damacena Martins, Crenças e motivações religiosas, em CERIS, op. cit., p. 60ss.
18. ibidem, p. 62-63.
19. cf. CERIS, op.cit., p. 74.
20. idem.
21. idem.
22. Cf. Jean Remy e Liliane Voyé, *La ville et l'urbanization: modalités d'analyse sociologique*, Louvain, Duculot, 1974, p. 70-152
23. Cf. Joel Portella Amado, Inculturação da fé na cultura urbana, em Sinivaldo S. Tavares (org.), *Inculturação da fé*, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 107-117.
24. Cf. Alfonso Garcia Rubio, *Elementos de antropologia teológica: salvação cristã: salvos de quê e para quê?*, Petrópolis, Vozes, 2004, p. 103-273.
25. Assim se explica, por exemplo, a migração entre confessionalidades à primeira vista similares, como acontece nas igrejas de vertente pentecostal. Migra-se, muitas vezes, porque na outra igreja os milagres acontecem com maior abundância e rapidez.
26. Cf. João Batista Libânio, op. cit., p. 109-110.
27. Cf. Joel Portella Amado, Experiência eclesial e mundo urbano: pressupostos e concretizações, em *Atualidade Teológica*, n. 9, 2001, p. 153-167.
28. ibidem, p. 156-157.

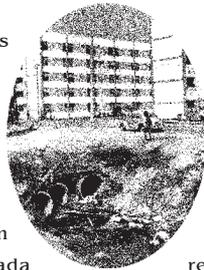
Christina Vital

Mestre em Sociologia e Antropóloga pelo IFCS/UFRJ.
Coordenadora de Pesquisa do site *Favela tem memória*, ISER/Viva Rio.

“O Problema” Favela Ontem e Hoje Novas falas dos moradores

Neste texto tratamos de observar as políticas públicas dos governos estadual e federal no período que compreende o início do século passado até os dias de hoje. Com o aumento da violência, sobretudo nos grandes centros como o Rio de Janeiro, a favela surge novamente como vilã. Se num momento atrás foi responsabilizada oficialmente pela difusão de doenças e por acentuar a precariedade da saúde pública, hoje passa a ser responsabilizada por parte da sociedade civil e dos governos pela violência com a qual convivemos. As remoções ressurgem no discurso social como forma de aplacar tal problema e a fala dos moradores nos remete a refletir melhor sobre o que foram as remoções e quais são os verdadeiros anseios dessa população.

Palavras-chave: favela, remoções, violência nos grandes centros, exclusão social.



In this text we analyzed the public politics of the government in the period from the beginning of the last century to the present day. As the violence increases, specially in great cities like Rio de Janeiro, the slums start to be seen as the villains. If, in the past, it was officially responsible for the diffusion of diseases and to make prominent the precarious public health, nowadays it starts to be responsible for part of the civil society and governments in many levels through violence which we are living. The removals reappear in the social discourse as a way to appease the problem, and the speech of the lodgers makes us think, in a better way, about what the removals were and about the real desires of this population.

Keywords: slums, removals, downtown's violence, social exclusion.

Podemos agora, no início do século XXI, observar os vários discursos que predominaram ao longo dos anos de existência das favelas. Num primeiro momento, início do século passado, as favelas eram vistas como o *locus* difusor de doenças; num

segundo momento, a partir da década de 1940, foi objeto dos olhares moralistas da elite carioca que percebiam na favela o ambiente da malandragem, da prostituição, do ócio, do atraso, mas, por outro lado, foi vista também como o *locus* de uma cultura singular e instigante. A

partir da década de 1990, principalmente, a favela sofre um novo estigma. O “perigo social” que representa relacionar-se com a presença marcante do narcotráfico. Apesar da oposição excludente que sempre marcou a história das favelas, que marcou o lugar do bairro-asfalto e do morro-favela, essa população resiste e mostra sua verdadeira face, cheia de arte, música, inteligência, sensibilidade, mas também cheia de medo, tristeza, angústia e violência.

Neste artigo, abordaremos a favela como “problema” e uma aventada solução – as remoções – para tal problema. Para tanto, utilizamos entrevistas realizadas com moradores removidos de favelas cariocas na década de 1970¹ e depoimentos publicados no site *Favela tem memória*.² Somados a isso, estão presentes dados oficiais da história da cidade. Buscamos, assim, promover uma “visibilidade dialogada” entre a história oficial e a memória das comunidades. A cada dia novos fatos podem ser acrescentados, tanto relativos ao presente quanto ao passado da “cidade formal” e das favelas. E isso fica a cargo das lembranças que os moradores “querem”, “podem” e “devem” revelar. Respeitamos o caráter litigioso e conflituoso da memória. As formas de controle social existem, cada uma em seu tempo, possibilitando e dificultando falas e posições políticas. Mas, com contentamento, celebramos neste artigo as várias falas que constroem essas memórias: a fala local, a jornalística, a historiográfica e a antropológica. Nesse

exercício de reflexão, as expressões, de um lado, e os silêncios e obscuridades existentes, de outro, são reveladores da imensa dor, medo, alegria, afetividade, interesses econômicos e políticos que compõem, todos, a realidade social da cidade do Rio de Janeiro.

Nosso objetivo maior é mostrar como os moradores perceberam as remoções, o que pensam sobre morar em favelas no Rio hoje e sobre a ausência ou o pouco diálogo entre os seus anseios e as políticas públicas que os atingem.

POLÍTICA DE REMOÇÃO: SOLUÇÃO OU PROBLEMA

As favelas fazem parte do cenário carioca desde o início do século XX. As “cabeças-deporco” ou cortiços existentes pela cidade, assim como as favelas em formação, passaram a ser o alvo preferencial das políticas sanitaristas que tiveram início no governo de Pereira Passos.³ Segundo o discurso oficial, tais moradias eram foco de doenças que atingiam suas populações e se difundiam por toda a cidade. As moradias precárias que ocupavam sobretudo o Centro do Rio de Janeiro foram responsabilizadas, oficialmente, pelo agravamento da precariedade da saúde pública de então. Esse discurso viria a legitimar os planos de urbanização, também chamada de europeização do Rio de Janeiro, pela influência da *Belle Époque* francesa.

Até o final dos anos de 1930, a favela

não constava nos mapas oficiais da cidade, atitude emblemática do descaso e da repulsa social que esse *locus* causava à “população do asfalto”. Com o Código de Obras de 1937, norma oriunda da clara intenção de banir as favelas da cidade, surgiu a proposta de criar os parques proletários, iniciados nos anos de 1940. No entanto, com a redemocratização alcançada no final do primeiro governo de Getúlio Vargas, as organizações de favelas, como a do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, puderam formular uma pauta de direitos sociais referentes a pro-

blemas de infra-estrutura de suas comunidades, conseguindo, assim, manterem-se em seus locais de moradia.

Os censos de favela se configuram em um novo instrumento de controle social e político dessas populações. O primeiro a ser realizado, no então Distrito Federal, foi em 1949. Seu conteúdo expressa a visão estigmatizada sobre os favelados: “não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem



Cidade de Deus: problemas na infra-estrutura. 1971. Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população".⁴

A partir da década de 1950, a favela passa a ocupar um local social ambíguo: era vista como um lugar dos pré-civilizados, dos pré-cidadãos, mas também um lugar onde há uma cultura a ser valorizada, como já referido noutro parágrafo, ou seja, a favela passa a ser valorizada pelas várias artes que produzia, entre elas o samba. Essa valorização parte de segmentos intelectuais da classe média da cidade.

Dos anos de 1956 até 1960 assistimos a uma ampla aliança entre a Igreja Católica e os movimentos de favela, que conseguiram somar forças para a urbanização de algumas delas. Dentre as principais melhorias, encontrava-se a implantação de redes de luz. A Igreja Católica teve um papel central na negociação com o poder público para evitar que remoções fossem feitas, como no caso do morro do Borel e do Santa Marta.

Em 1961 foi revitalizada a SERFHA (Secretaria Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas). A principal intenção, ao menos declarada, era possibilitar a independência das associações de moradores. Contudo, o que se observou foi a substituição da Igreja Católica pelo Estado na cooptação de lideranças e a conseqüente subordinação a seus propósitos. Porém, os excluídos organizaram sua própria forma de resistência e em 1963 formaram a FAFEG,

Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara. A identidade dos seus membros se construía não mais pela inserção no mercado de trabalho, como na época de Vargas, ou pela filiação religiosa, mas pelo local de moradia. Os planos de remoção e urbanização continuaram em curso durante os anos de 1962 a 1965, época em que foram construídas, com capital norte-americano, a Cidade de Deus e a Vila Kennedy, por exemplo. A construção de conjuntos habitacionais tinha por objetivo promover a retirada da população de favelas em áreas centrais da cidade para eixos menos urbanizados e distantes.

O deslocamento para áreas distantes dos locais de trabalho, a deficiente oferta de transporte, a ruptura dos laços de sociabilidade desenvolvidos na favela de origem e a péssima qualidade das casas oferecidas seriam, segundo Perlman (1977), as principais razões da reação dos moradores das favelas às remoções.⁵

Em entrevista em 2003, um antigo morador da Catacumba, agora residente no conjunto habitacional do Guaporé, em Brás de Pina, aos 73 anos de idade, disse a respeito dos apartamentos dos conjuntos quando neles chegou em 1970:

Morei dezoito anos (na Catacumba), mas foi triste a saída porque eu já estava acostumado com minha casa que era boa. Mas, quando eu saí de lá e cheguei aqui, no dia primeiro de outubro de 1970, uma reportagem

pegou minha esposa chorando na janela e as crianças gostaram, eram todos pequenos. Correram na cozinha, água na torneira, banheiro, tudo em tábua. Por que? Porque quando o governador olhar para inaugurar, por exemplo, tem de estar tudo taqueado (...). Levam o governador em três apartamentos e ele pensa que está tudo assim. Conversa fiada, aquele é só para mostrar. Quem quiser uma casa decente tem de lutar.

Até o início do regime militar o número total de removidos era de trinta mil, número modesto diante do que se apresentaria após 1965, quando seria superior

a cem mil pessoas. O contexto era favorável a uma nova política de remoção. Com o AI-5, passou a ser reconhecida apenas uma associação em cada favela, condicionando este reconhecimento a exigências governamentais, tais como “controlar reformas nas casas e reprimir novas construções”. Mas, os “favelados” reagiram ao fortalecerem os laços que uniam as mais de cem associações de moradores que compunham a FAFEG. No entanto, diante da violência perpetrada nos episódios das remoções dos anos de 1968 a 1975, inclusive com a morte de várias lideranças comunitárias, a atuação da federação foi parcialmente minada,



Favela da Rocinha. 1969. Época da construção do túnel Dois Irmãos (ou Zuzu Angel): quem invadiu quem? Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

tendo algumas das associações de moradores colaborado para a remoção e não para a urbanização das favelas, como era a proposta inicial de seu membros.⁶

Mas a favela resistiu. Mesmo sob forte repressão do Estado, a FAFEG conseguiu reunir 79 associações de moradores em 1972 para o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara. Uma das formas de reação à ação violenta do Estado e à baixa qualidade dos imóveis para os quais eram removidos foi não pagar as prestações devidas ao Banco Nacional de Habitação (BNH). A dissolução dessa instituição foi, em parte, atribuída à inadimplência dos moradores dos novos conjuntos habitacionais. No entanto, os números nos revelam que a mudança de investimentos do BNH colocava em contradição a sua própria necessidade de existência, pois o banco passou a financiar mais imóveis para a classe média e alta que para a classe pobre. Segundo Perlman,⁷ dos US\$ 350 milhões disponíveis para as habitações dos “favelados”, somente US\$ 100 milhões foram usados. O restante do capital foi aplicado em investimentos imobiliários para as camadas altas e médias da sociedade.

Apesar do esforço empreendido pelo governo, as favelas continuaram aumentando. Alguns dos fatores que colaboraram para isso foram as altas taxas de migração, a inadimplência dos novos moradores dos conjuntos – que os obrigava a passar por triagens onde acabaram por formar novas moradias irregulares – e o

retorno de muitos dos moradores para a favela. Em 1970, os “favelados” representavam 13,2% do total da população da cidade do Rio de Janeiro. Em 1980, passaram a representar 12,3%, apesar das remoções.⁸ Dados do IPLAN-Rio (1993) indicam que em 1991 os habitantes de favelas na cidade eram 962.793. Os moradores de conjuntos habitacionais contabilizavam 944.200 e em loteamentos irregulares de baixa renda eram 381.345. Esses números revelam que 40% da população da cidade viviam em habitações precárias. Segundo dados do IBGE, o contingente de moradores de favelas, de 1991 a 2000, cresceu numa velocidade 2,6 vezes maior que a população total, atingindo o número de 6,5 milhões de habitantes em todo o país.

Como salientou Burgos:

Entre 1975 e 1982, é essa dialética entre clientelismo e ressentimento que vai caracterizar a relação dos moradores de favelas e conjuntos habitacionais com o poder público e a restrita vida política existente. O ressentimento pode produzir revolta, mas sobretudo tende a gerar afastamento e apatia em relação à política; e o clientelismo dos anos de 1970 refletiu esse momento, substituindo a luta por direitos pela disputa por pequenos favores. Essa dialética é reforçada pela quase completa ausência, nesse período, de políticas públicas mais amplas, voltadas para as favelas.

A partir de 1982, os programas governamentais em relação às favelas ganham um enfoque social significativo considerando, entre outros, a necessidade de urbanização das favelas. A busca pela “cidadania plena” e pela integração entre “morro” e “asfalto” torna-se cada vez mais intensa no discurso político, na prática dos moradores das favelas, sobretudo naquelas onde o movimento associativo encontrava-se mais organizado. A ação das organizações não-governamentais “de fora” e a formação de organizações não-governamentais “de dentro” mudam a relação social, política e econômica na cidade. Desse modo, os moradores dessas localidades ocuparam um espaço político onde falavam de suas necessidades, anseios e conquistas. Falavam de suas derrotas e tristezas e da vontade de resgatar momentos intensos de solidariedade e reciprocidade hoje menos constantes em seu cotidiano. “Do ponto de vista dos excluídos do Rio de Janeiro, as eleições de 1982 dão ensejo à tradução política do ressentimento. Era a primeira oportunidade, desde a eleição de Negão de Lima em 1965, que teriam os excluídos de se manifestar diante do Executivo”.⁹

Houve outras iniciativas estaduais e municipais para “levar dignidade” ao “povo favelado”, mas elas devem ter ainda seus objetivos significativamente ampliados, visto que o direcionamento de tais políticas visava mais melhorias de infra-estrutura que bens e direitos sociais, políticas essas mais amplas.

MURO NAS FAVELAS

Recentes acontecimentos nas favelas da Rocinha e do Vidigal vieram a levantar um acalorado debate político e intelectual a respeito do “problema” favela. A tentativa de invasão da Rocinha, em abril de 2004, por um grupo de traficantes rivais ao grupo que dominava a favela, provocou uma intensa ação do Estado, através principalmente da polícia, e da sociedade civil, por parte de ONG’s como o Viva Rio.

Muitos foram os políticos que apareceram na mídia a favor da proposta de cercar as favelas com muros de concreto; outros voltaram a evocar as remoções como principal mecanismo para solucionar o problema das moradias irregulares e da violência. Mas para aonde seriam as remoções? Segundo defensores de tal idéia, municípios do entorno da cidade poderiam abrigar a população “favelada” do Rio. A questão que urge é: como sobreviveriam esses moradores longe de seus empregos e, para os que não trabalham, longe de um pólo possível para alguma atividade produtiva, para sua inserção no mercado?

Contudo, apesar de algumas colocações disparatadas a respeito da violência urbana e das favelas, boas reflexões e informações surgiram. Por conta desse episódio, a mídia escrita e televisiva dispôs-se a apresentar os números do déficit habitacional no Brasil. Eles são, no mínimo, alarmantes. Revelam a ausência de uma política nacional de habitação

que contemple os desafortunados da nação, que se encontram em números cada vez maiores.

Dados recentes do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ – mostram que 97,2% desse déficit estão concentrados nas famílias com renda de até cinco salários mínimos. Segundo Luiz César Queiroz Ribeiro, pesquisador do IPPUR, apenas 20% das famílias que demandam por moradia têm condições de pagar por ela. Os 80% restantes não têm nem renda nem condições de assumir um financiamento por 15 anos. Isso aponta, para o pesquisador, uma relação direta entre escassez de crédito e o crescimento das favelas. Em 2000, dados do IBGE mostraram que 18,71% dos domicílios da cidade do Rio de Janeiro estavam em favelas. Para Marcelo Néri, economista e chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), a falta de financiamento vem empurrando as classes mais baixas para habitações precárias e irregulares. Desde a década de 1970, segundo Néri, a oferta de crédito habitacional caiu pela metade na cidade e no estado, situação que só se agravou com a extinção do BNH. O mercado ainda é capaz de atender aqueles que recebem a partir de oito salários mínimos, mas esses correspondem a 10% do mercado. O difícil é facilitar o crédito para alguém que não pode pagar R\$ 300,00 por mês. Nesse caso, somente políticas públicas que subsidiem os imóveis serão capazes de tornar possível a compra de uma mora-

dia digna. As moradias populares, cujo valor atinge o máximo de R\$ 50 mil, representam apenas 8% dos lançamentos imobiliários. Os dados do IPPUR revelam que dentre quatro unidades residenciais lançadas na cidade, três custam mais de R\$ 150 mil. Dois terços dos novos imóveis são erguidos na Zona Sul e na Barra da Tijuca e apenas 7,6% estão localizados nos subúrbios ou na Zona Oeste.

Pesquisa realizada pelo Instituto Pereira Passos em 2002 revela que é crescente a especulação imobiliária em favelas no Rio. As mais procuradas são aquelas onde, apesar da presença do tráfico de drogas, os conflitos armados são menos intensos. Esses dados se relacionam diretamente com os apresentados pelas pesquisas do IPPUR e da FGV-RJ, nas quais a falta de crédito transforma-se em um dos principais responsáveis pela moradia irregular e precária.

Entre pagar aluguel e morar numa favela, muitos dos entrevistados não declaram dúvida: preferem a favela. Não seria a opção da classe média e alta, possivelmente, mas do ponto de vista da lógica da reprodução social e econômica de membros da classe baixa, essa prática se configura uma opção diante das dificuldades de financiamento para obter uma moradia regular. Um antigo morador de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, agora residindo com a filha no Grajaú, bairro de classe média carioca, disse em entrevista que pelas dificuldades financeiras e pela impossibilidade de

conseguir um financiamento para adquirir seu próprio imóvel, acabou por ir para Nova Brasília, uma favela na época em formação. Eis suas palavras: “Eu pagava aluguel. Morei em Santa Cruz, em Bonsucesso, Ramos e, então, era lá (em Nova Brasília) que eu podia morar. Arrumei um dinheiro suficiente e comprei uma posse lá”.

Nesse caso, as redes de solidariedade asseguraram a compra da posse, visto que o empréstimo não foi feito no sistema financeiro e sim de um amigo.

Ter a propriedade legal do terreno onde se mora ou ter um imóvel próprio agrega dignidade e alguma tranqüilidade até mesmo para obter crédito no mercado. O bem passa a ser sua garantia. Mas a principal garantia que esse entrevistado acredita que seja agregada ao homem com uma propriedade, sobretudo se for em áreas mais valorizadas que as favelas, é a cidadania.

O favelado é discriminado mesmo. Não é brincadeira não. É submundo a favela. Embora nós próprios convivemos (sic) e temos (sic) parentes lá, sabemos que é um submundo a favela. Lá tem cidadão que não é da mesma categoria dos outros porque mora num lugar condenado, com problemas de água, luz, esgoto... É diferente (morar no asfalto), muito embora o povo seja igual. Não é problema de caráter, porque mau caráter tem em tudo quanto é lugar.

A *favelização* é um fenômeno crescente e atinge não só grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas também cidades do interior do Brasil, sobretudo aquelas que enriqueceram nas últimas duas décadas. Exemplos disso são os municípios de Ribeirão Preto, em São Paulo, e Petrópolis, no Rio de Janeiro. Tal fenômeno encontra-se também na Amazônia brasileira, segundo Marlene Fernandes, assessora internacional e diretora do Centro de Boas Práticas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). A cidade de Belém do Pará, por exemplo, foi a que apresentou maior crescimento de favelas nesta última década, conforme dados do IBGE.

OS MORADORES FALAM

As falas assumem variados tons e focos. Willian de Oliveira DJ, umas das lideranças mais representativas da Rocinha, afirma sua identidade com o local. Em recente entrevista na grande imprensa, Willian, presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, bradou: “Do que temos certeza? De que não vamos abandonar a Rocinha onde investimos nossas lágrimas, nosso suor, nossa memória de quase oitenta anos. Esta talvez seja a única unanimidade na Rocinha”.

Mas, será que essa fala representa a da maior parte dos moradores da Rocinha? Pode ser que sim, mas possivelmente não pelos motivos mais “românticos” atribuídos à vida nas favelas, e sim pela locali-

zação em que se encontra, pela estrutura da qual a Rocinha desfruta hoje e pela “tranqüilidade”, apesar da presença do tráfego. A localização geográfica estratégica é um fator importante para a visualização da Rocinha, de suas belezas e mazelas, mais do que outras tantas favelas cariocas. A “paz” na Rocinha representa a “paz” do entorno, habitado, em sua maioria, pela classe média e alta da sociedade carioca. Mas será que o ufanismo e a identidade fazem parte do discurso dos moradores de outras favelas cariocas não localizadas em pontos nobres da cidade? Será que os moradores da Cidade de Deus, do Complexo do Alemão, da favela de Acari e do Complexo da Maré, do morro do Dendê, para citar apenas alguns exemplos, pensam a mesma coisa?

A questão mais importante agora parece ser a de aproximarmos-nos, de criarmos um maior nível de empatia que nos faça compreender a multiplicidade de discursos que vêm das favelas, seus interesses, seus sentimentos contidos ou declarados. Toda realidade parece homogênea até que nos aproximemos dela. Com as favelas não é diferente, assim como com “os asfaltos” também não. Há moradores que se interessam em se manter nas favelas nas quais residem por laços de amizade e parentesco. Isso parece não ter mudado. No entanto, a mudança mais significativa, no meu ponto de vista, é que se antes morar na favela era uma opção custosa, mas declaradamente desejada por tantos, agora passa a ser

muito mais uma falta de alternativa e um medo de partir e deixar para trás os familiares que têm que ficar. A diminuição dos intensos laços de reciprocidade e solidariedade que marcavam o cotidiano dos favelados, e concentro-me aqui no caso do Rio de Janeiro, ocorreu por uma variedade de motivos. A violência é o que mais me salta aos olhos, assim como aos de outros tantos pesquisadores. Porém, não podemos negar o fato de que as melhorias alcançadas na estrutura de diversas favelas, ao longo das últimas décadas, vêm influenciando também a mais frouxa sociabilidade. O conforto dentro de casa, fato frisado por um entrevistado da Cidade de Deus, é fruto do acesso facilitado à sociedade de consumo que permitiu que parte dos moradores de favelas e conjuntos habitacionais adquirisse bens como TVs, vídeo, DVD, som, entre outros. A conversa na porta de casa é menos freqüente, conta o entrevistado. A violência na rua é uma motivação? Sem dúvida, diz ele, mas não podemos menosprezar outros fatores. O crescimento das igrejas evangélicas altera também a lógica do contato face a face na rua, nos bares, nos bailes, nos campos de futebol. O espaço da rua é de passagem e de pregação, não de lazer e troca. Esses ficam reservados para os espaços privados da casa e das igrejas, em sua maioria.¹⁰ Depois de duas décadas, aproximadamente, Alba Zaluar retorna ao local onde nos anos de 1980 realizou seu trabalho de pesquisa para doutorar-se na USP. Seu sentimento foi de choque. Ela diz:

Rapazes dizendo que o samba não tinha nada a ver com a cultura africana e que não os representava como negros, o que não ouvi no início da década de 1980, quando pesquisava as organizações populares; mães com lágrimas nos olhos dizendo que nasceram ali, cresceram ali indo ao samba com toda a família reunida, mas que agora queriam ir embora de um lugar cheio de conflitos, riscos e ameaças (...) a mãe de santo que penosamente contou porque deixou de ir à casa de seus filhos convertidos à igreja pentecostal cujo pastor proibiu sua presença carregada e diabólica na casa deles.¹¹

Em Acari, aonde venho realizando minhas pesquisas desde 1996, a realidade não é diferente. Em junho, das duas mães de santo da favela que mantinham seus terreiros em funcionamento apesar das grandes pressões que vinham sofrendo, uma resolveu fechar sua casa e vender seu terreno, pasmem, para uma igreja evangélica que construirá lá um novo templo. Dona Isabel vai atuar na Baixada Fluminense.

Para concluir, há pelo menos mais uma questão a ressaltar sobre a saída e/ou o desejo de saída das favelas. Cláudio Pereira, correspondente comunitário do site *Favela tem memória* na Maré, nos aponta a complexidade da questão que é “mover-se para algum outro lugar”, quando falamos de uma população pobre. O que mantém pessoas com forte desejo de se

mudar da favela no mesmo local? Para o morador – que já está há muito residindo numa localidade e é por todos, ao menos, reconhecido – o medo de se mudar para outro local da cidade pode superar o anseio inicial. No entanto, poderíamos nos perguntar como esse morador da Maré, por exemplo, terá mais medo de se mudar para um bairro onde terá um sem número de serviços, uma moradia regular e a possibilidade de não mais presenciar tiroteios às quatro horas da tarde em plena rua? A resposta seria: a maior parte dos moradores de favela que desejam se mudar não pode partir para uma moradia como a descrita antes. Poderia transferir-se de uma favela onde são reconhecidos e onde os mínimos laços de afetividade e identidade existem, permitindo achar-se mais seguro ali do que numa localidade onde não há laços, há desconhecimento, também pobreza material e precariedade estrutural, e falta de dignidade atribuída pela sociedade? Nesse cenário, voltamos a falar das redes sociais que foram cobertas pela literatura acadêmica como um dos mais importantes elementos na dinâmica social da população pobre, sobretudo da “favelada”. Sem dúvida, segundo o caso apresentado por nosso correspondente, esses laços acabam por manter muitos dos moradores nas favelas, mas ressaltamos que, ainda assim, não pelos motivos mais “românticos” e sim mais por uma estratégia de sobrevivência do que de afetividade e identidade. Todavia, como tratamos num momento

anterior, a homogeneidade é uma “ilusão de ótica”. Dizemos isso pela tremenda diversidade que se apresenta ao nos aproximarmos do real. Assim, com o cuidado de estabelecer uma generalização conseqüente, podemos pensar em tipos de moradores mais suscetíveis ao desejo de mudança. Dentre eles gostaria de destacar os moradores antigos que se estabeleceram na localidade numa época em que o tráfico não era intenso, em que o respeito por eles era maior, uma reclamação constante de pessoas idosas, e finalmente em que as afinidades e laços de reciprocidade e solidariedade eram atualizados sempre pela presença na rua, pela presença no baile, na missa ou no culto. Outro tipo que gostaria de mostrar:

os jovens pertencentes a grupos religiosos e de ação social e/ou política. Eles se identificam como um grupo local, mas, em função das inúmeras atividades institucionais que fazem fora da favela, passam a almejar viver em outro meio. A identidade desse jovem não é com as facções, mas com a atividade com a qual estão inseridos na sociedade.

Para os moradores que desejam partir, a remoção não viabiliza integralmente a realização deste desejo, pois é antes a lembrança de uma época de rompimento, de imposição e humilhação. Para os que pensam ainda na remoção das favelas como uma solução para a violência, o fruto desta ação poderá ser, no mínimo, gerar mais violência.

N O T A S

1. As entrevistas foram realizadas no final de 2003 e início de 2004, para a pesquisa “A dinâmica da pobreza urbana”, projeto de Janice Perlman, através do Instituto Mega Cities, com financiamento do World Bank.
2. O site *Favela tem memória* foi lançado em março de 2003 e faz parte do portal *Viva Favela*, iniciativa do Viva Rio.
3. Licia Valladares, *Passa-se uma casa*, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
4. Prefeitura do Distrito Federal, Departamento de Geografia e Estatística, *Censo das favelas: aspectos gerais*, Rio de Janeiro, 1949, p. 8.
5. Janice Perlman, *O mito da marginalidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, apud Marcelo Baumann Burgos, *Dos parques proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*, em Alba Zaluar e Marcos Alvito (orgs.), *Um século de favela*, Rio de Janeiro, FGV, 2000.
6. Janice Perlman, op. cit.
7. idem.
8. Licia Valladares, op. cit.
9. Marcelo Baumann Burgos, op. cit., p. 41.
10. Christina Vital, *“Ocupação evangélica”*: efeitos sociais do crescimento pentecostal na favela de Acari, dissertação de mestrado em sociologia e antropologia, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2002.
11. Alba Zaluar, Crime, medo e política, em Alba Zaluar e Marcos Alvito (orgs.), op.cit.

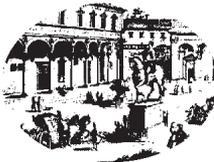
Jorge Ricardo Bittar

Engenheiro graduado pelo ITA. Deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores.

Leila Maria Baptista Fernandes

Arquiteta e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

Cidade, Democracia e Humanismo



A vida em sociedade corresponde a um modo próprio do homem de viver, e mais, de sobreviver. A vida em cidades corresponde a uma práxis, a um modo específico de ordenações historicamente definidas – a partir de suas relações econômicas, e das práticas de significação estabelecidas nos domínios da cultura –, que produzem códigos conjunturalmente assumidos traduzidos em valores éticos, em percepções estéticas e em um campo de conhecimentos partilhados que motivam ações e discursos sobre a cidade, que são saturados de conteúdos ideológicos e exercem o papel de reproduzir práticas e ideologias relacionadas a essas ordenações.

Palavras-chaves: urbanismo, planejamento urbano.

Social life is something that respect to a peculiar human way of life, and more, way to survive. The life on cities respect to a praxis, which means to say, to a specific well defined historical ordering – from their economic relationships and also from a real practices determined on domains of culture –, that assumed enclosed codes that produces his ethical values, his esthetics' perceptions and a shared knowledge field that motivate the actions and the discourses about the urban space impregnated of ideological contents that reproduce the practices and the ideology related to these ordinations.

Keywords: urbanism, urban planning.

INTRODUÇÃO

Os homens vivem em cidades há tanto tempo, que não nos é possível pensar a humanidade de outro modo. Elas fazem parte de nossas vidas, sejam grandes metrópoles ou pequenas vilas do interior, estejam na África, na Ásia, na Europa ou em qualquer parte do planeta. Sem as cidades,

as condições de vida são quase sempre precárias e muito difíceis, agregando um reduzido contingente de pessoas e famílias.

Mas o que são as cidades, então? Qual a sua natureza? Por que buscamos viver nelas ou próximo a elas? O que representam e como beneficiam a humanidade? Como administrá-las quando se tor-

nam grandes demais e comportam um número cada vez maior de indivíduos com necessidades e desejos diversos? Qual o seu destino? Como pensar uma cidade democrática e humana sem levar em conta a distribuição dos serviços públicos, equipamentos e infra-estrutura urbanos? Por que a cidade capitalista apresenta esse aspecto dual que se mostra tanto nas suas favelas, loteamentos clandestinos e submoradias, quanto no luxo de seus condomínios na Barra da Tijuca ou em Miami, nos apartamentos da orla marítima, shoppings centers e parques temáticos? Que tipo de cidade se quer (re)construir e como a queremos governar?

São perguntas que políticos, administradores e pesquisadores se fizeram outrora e se colocam ainda, sobretudo no presente momento quando o capitalismo assume formas globais, com o surgimento de mercados continentais como a União Européia e o Mercosul, com o desenvolvimento da informática e das telecomunicações, abrindo-se à possibilidade de “realocação, em grande escala, dos escritórios e fábricas em áreas menos congestionadas e de custo mais baixo do que o das grandes metrópoles, e em que o local de trabalho computadorizado poderá situar-se em qualquer lugar”,¹ o que levou muitos desses pesquisadores à suposição de que o trabalho e a cidade tenderiam a desaparecer, pelo menos nos moldes que os conhecemos hoje.

Mas nem sempre houve cidades: “antes

da cidade houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso houve uma certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais”.²

Por sua natureza, a cidade materializa a sociedade humana, sua evolução psíquica e mental, sua cultura e seus modos de sobrevivência. Dessa maneira, sua forma expressa tais relações e desde os primórdios do período histórico – aquele que remete à palavra escrita e permite a narrativa de forma mais ou menos permanente dos fatos, o registro histórico – elas já apresentavam formas que denotam sua natureza. Assim, ao longo de toda a história, as cidades evoluíram em correspondência aos modos de produção e reprodução social que as engendraram e as instituem como entidades econômicas. A cidade possui um caráter eminentemente econômico.

UMA RESUMIDA HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO DAS CIDADES

Nas origens da civilização, ao fim do período paleolítico, o fato das populações selvagens abandonarem a forma de vida coletora, adotando o cultivo e a domesticação de animais a fim de providenciar por conta própria sua dieta, significou uma nova relação dos homens com a natureza, uma atitude combativa com relação ao meio

ambiente, ao invés de uma atitude passiva, e tal mudança conduziu a uma verdadeira revolução denominada neolítica: revolução tanto social, quanto econômica e cultural – quer dizer, dos valores éticos, estéticos e gnosiológicos –,⁵ elevando os homens à condição de bárbaros, em vez de selvagens, possibilitando a fixação do homem ao solo e permitindo a formação de aldeias.⁴

No cerne dessa questão está a ruptura da relação dos homens com a natureza, que passou a ser intermediada por uma segunda natureza, instrumental e racional, capaz de suprir as deficiências humanas e garantir a reprodução da vida humana. Nessa ruptura, a natureza domesticada precisa agora ser compreendida e explicada em suas relações causais. No plano do pensamento,

correspondeu à busca de explicações míticas sobre o mundo, cuja forma é o apelo ao sobrenatural, ao mistério, ao sagrado e à magia.⁵

As primeiras cidades evoluíram das aldeias⁶ ribeirinhas, a partir da constituição de excedentes alimentares para além das necessidades imediatas dessas comunidades, o que conduziu a uma mudança das relações sociais e ao aparecimento de uma nova população composta por artesãos, comerciantes, sacerdotes etc. desobrigados das tarefas agro-pastoris.⁷ Naturalmente, surgiu desse novo arranjo uma modernização tecnológica, incluindo-se a produção de ferramentas especializadas e a transformação dos elementos brutos e primários, por meio da metalurgia e da cerâmica, em novos e poderosos materiais.



Cidade renascentista. Piazza SS. Annunziata, em Florença. Foto do livro *A cidade na história*, de Lewis Mumford, Itatiaia, 1965, foto 25.

Essas primeiras cidades materializavam uma ordenação agrário-pastoril constituída por sobre a estrutura da barbárie neolítica, mas eram então um lugar de residência fixa, um local de comércio e encontro, com a vida e com a morte, cercadas intramuros de forma a se prevenir e defender dos ataques de outros povos bárbaros. Uma verdadeira revolução urbana que marcou o fim do período neolítico. Eram, naturalmente, cidades muito diferentes das que habitamos, posto que correspondiam à lógica subjacente que as engendrou.

As cidades que se desenvolveram na Mesopotâmia e no Egito, bem como na Grécia, representavam ordenações assinaladas pelo poder e pela religião de forma marcante e se materializavam em sua configuração, em sua arquitetura, em suas dimensões. Por onde quer que se tenham instituído, traziam a marca dessas ordenações, das lutas entre poderes locais, a marca de uma época. As *Ilíadas*, de Homero, representam a narrativa dessa época.

O mundo da Idade Média, após a queda do Império Romano no ocidente, trouxe outras perspectivas para as cidades. As cidades medievais, onde a ordem feudal reinante produziu uma arrumação espacial predominantemente irregular, foram dominadas por elementos arquitetônicos simbólicos dessa ordem – as guildas, o mosteiro, a igreja, o palácio, o mercado –, e sem as preocupações com a geometria formalizada, exceto com relação a

locais de uso comum, como os largos e as praças, que também acolhiam as edificações mais importantes.

No Renascimento, o estilo barroco, surgido no rastro da Contra-Reforma do século XVI, teve o propósito particular de criar uma imagem provocativa do fervor religioso e por esta razão contou com a Igreja como cliente privilegiado, além da própria realeza. Mas a cidade barroca, no entanto, não apresentava significativas mudanças em relação à cidade clássica renascentista, a não ser quanto à arquitetura espetacular. Seus conjuntos arquitetônicos e seus espaços guardam as formas concêntricas e as dimensões monumentais das praças e jardins da cidade clássica renascentista.

O movimento Iluminista de meados do século XVIII refletiu os avanços possibilitados pelo Renascimento, consolidando o rompimento com o pensamento místico e o obscurantismo medieval. Como movimento cultural amplo, englobou o pensamento filosófico, as artes, as ciências, o pensamento político e a doutrina jurídica da época. Compartilhando idéias e valores distintos, teve várias formas de expressão, mas, todavia, um pressuposto básico fundamentou o projeto das Luzes: o de libertar os homens dos grilhões da ignorância que os tornavam presas fáceis da dominação, apoiado na concepção de que todos os homens fossem dotados de uma capacidade natural para aprender, de uma racionalidade e uma luz natural capaz de fazê-los conhecer o

real, levando à concepção de que haveria um progresso racional da humanidade, e que somente a Igreja e a religião poderiam impedir esse progresso.

O espírito crítico do movimento Iluminista submeteu o mundo à razão e lançou novo olhar sobre a arquitetura e o arranjo espacial em voga desde o Renascimento, submetendo-os à crítica, questionando os cânones clássicos vitruvianos⁸ e redefinindo-os teoricamente a partir da investigação sobre a contingência dessas regras.

A modernidade rompeu com o passado, criou seus próprios princípios, radicalmente novos, de pensar e de agir, como lógica do mundo industrial e mais estritamente como lógica capitalista. Tal entendimento subentende que a centralidade atribuída ao homem instalou também a separação entre razão humana e natureza, advindo o homem

desnaturalizado, dominante sobre os processos naturais pelas forças liberadas com o desenvolvimento da ciência newtoniana, em que o controle sobre as leis naturais permitia o controle, através de seu conhecimento, dos objetos e dos processos naturais.⁹

E nesse sentido, ressalta-se que a individualização pressupõe *o(s) outro(s) homem(s)* para o reconhecimento do sujeito, assim como o trabalho pressupõe a *natureza* como meio de subsistência, e ambos se constroem pela *alteridade*, pela percepção e representação do outro, natureza ou homens, supondo a simbolização que a linguagem realiza. E serão esses princípios – da relação de controle do homem sobre a natureza – que marcarão os discursos sobre a cidade.¹⁰

A revolução científica do século XVII liberou as forças que, em meados do sé-



Arquitetura neoclássica. Igreja de St. Marie Madeleine, em Paris. Foto do livro *História mundial da arte*, de Jane Mahler et al., Difel, 1975, p.169.

culo XVIII, possibilitaram a Revolução Industrial (1750-1830), sobretudo na Inglaterra, em virtude principalmente da aplicação da força motriz do vapor, inicialmente aplicada ao tear utilizado na produção fabril (em 1784) e na máquina a vapor de Watt (1789), o que mudou a produção têxtil em termos de escala e espaço.

O capitalismo industrial acarretou profundas alterações nos domínios da cultura e da vida social, com a formação de uma expressiva classe trabalhadora e a ascendência da burguesia, levando à necessidade de criação de signos arquitetônicos indicativos dessa nova ordenação e da ideologia Iluminista da burguesia, ou seja, das novas instituições que se desenvolviam com o Estado.

O processo de modernização socioeconômico capitalista marca a desconstrução das formas de produção e das relações feudais, e implica também a transformação das formas de relação entre o homem e o espaço de produção de sua vida cotidiana, ou seja, o ambiente onde antes o homem produzia e reproduzia a sua existência, o campo, deixa de ser adequado aos processos engendrados.

Para a teoria política marxista, o processo de acumulação primitiva do capital afastou os trabalhadores de seu meio ambiente primitivo, e, nesse processo, a cidade torna-se o epicentro do deslocamento, pois é para ela que se dirige uma enorme quantidade de trabalhadores

expulsos dos campos.

A nascente cidade industrial se revela suja, feia, insalubre e não oferece, na maioria dos casos, senão uma vida miserável aos trabalhadores que para ela afluíram em busca de sobrevivência. De um lado, a miséria, a fome, a sujeira. De outro, o desenvolvimento de uma arquitetura neoclássica voltada para a nobreza e a burguesia emergente.

O incremento populacional sem precedentes, como resultado prático das relações capitalistas de trabalho, submeteu as rudimentares estruturas das velhas cidades, provenientes dos períodos medieval e barroco, a um processo de urbanização acelerado e à justaposição de suas funções tradicionais àquelas exigidas pelo modo de produção e reprodução do capital, o que fez com que se tornassem foco constante de insalubridade, doenças, morte e loucura, mas também de reflexão e crítica.

UMA BREVE HISTÓRIA DAS CIDADES MODERNAS

Desde que as cidades se constituíram como espaço do modo de produção capitalista, passaram a integrar e articular de forma concreta sua lógica, ou seja, a produção, a circulação e o consumo de mercadorias. Essa cidade emergiu por sobre a cidade que se estruturou no modo de produção feudal e esse foi um processo de fragmentação e reorganização deste espaço, de transformações técnicas, culturais

(das artes em todas as suas formas de expressão), psíquicas e simbólicas, e de transformações da economia, e das relações sociais e políticas.

A urbanização capitalista aconteceu a partir dos efeitos úteis de aglomeração dos quais o modo de produção capitalista se beneficiava. Mas, esse processo se deu de forma complexa e, em sua primeira fase, gerou toda sorte de distorções – oriundas do acelerado crescimento da população urbana sobre as bases feudais das cidades, despreparadas tanto do ponto de vista habitacional quanto de infra-estrutura – que foram, então, associadas ao conceito de desordem pelo pensamento liberal dominante. Desordens que demandavam, segundo esse pensamento, intervenções para resolver a dicotomia “caos x ordem”, ao se lidar com as doenças e epidemias que se multiplicavam.

Daí as preocupações sanitaristas dos pri-

meiros pensadores do ambiente urbano que eram, ademais, médicos, filósofos, economistas, historiadores, mas que trabalhavam, sobretudo, em cima de idéias abstratas que só se materializavam a partir da apropriação delas pelos arquitetos e suas intervenções concretas. A Carta de Atenas e os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, iniciados em 1928, são exemplos dessa apropriação de idéias.

Esses pensadores trabalharam, na verdade, sob duas vertentes: o viés *liberal*, com uma concepção “naturalizante” do espaço urbano: a cidade – que nasce, cresce, tem doenças e, por isso mesmo, precisa ser tratada – é um ser passivo; e o viés *marxista*, que concebia a cidade como o próprio espaço do modo de produção capitalista e que não admitia uma intervenção sobre ela, mas sobre o próprio modo de produção.¹¹

A *concepção liberal* dominante cumpria



Modernismo. Walter Gropius, edifício Bauhaus, em Dessávia.
Foto do livro *Arquitetura no século XX*, de Peter Gössel, Köln, 1996, p. 146.

uma dupla função: de um lado, invertia a ordem entre cidade x campo, onde a cidade seria um acontecimento natural – e não fruto de técnicas projetadas, um produto do homem – e, então, o que estava intramuros seria tão natural quanto o que estava fora, dissolvendo a cidade no conceito de natureza; e, de outro lado, cumpria a função de deslocar a responsabilidade da burguesia dos acontecimentos e contradições no plano urbano que foram postos em curso pelo modo de produção capitalista, na medida em que se dissolvia a cidade na natureza.

Essa forma de tratar o espaço urbano pressupunha que os agentes agiriam individualmente, por vontade própria. Assim, os indivíduos são considerados iguais e as desigualdades consideradas irracionalidades, desordens, que precisam ser sanadas por um agente cujo interesse esteja acima daqueles individuais. O Estado aparecia, desse modo, como o guardião desse interesse geral e deveria intervir no sentido do restabelecimento da ordem e da racionalidade daquilo que estava se apresentando como irracional.

No Brasil, o Estado interveio no sentido de garantir as condições de reprodução ampliada do capital e

desenvolveu uma política urbana que legitimava os processos de especulação imobiliária e garantia a infraestrutura necessária ao processo social e espacial de concentração do capital (...). As lutas nos bairros em

torno de serviços públicos representavam uma resposta à crescente incapacidade da organização social capitalista de assegurar a infra-estrutura necessária ao cotidiano dos trabalhadores.¹²

Esse processo levou à crise e crítica do planejamento em meados dos anos de 1970 e à ampliação dos movimentos sociais urbanos no Brasil, em meio ao regime autoritário.

ESTADO E PLANEJAMENTO NO BRASIL

O Estado visto como regente tanto dos interesses comuns quanto dos interesses individuais, na concepção normativa de viés liberal, originou-se nos países avançados por volta das décadas de 1920/1930, em função da crise do capitalismo, especialmente a partir das experiências do New Deal, planejamento estatal empreendido por Franklin Roosevelt, configurando o que veio a se chamar Estado do Bem-Estar Social, após a Segunda Guerra Mundial.

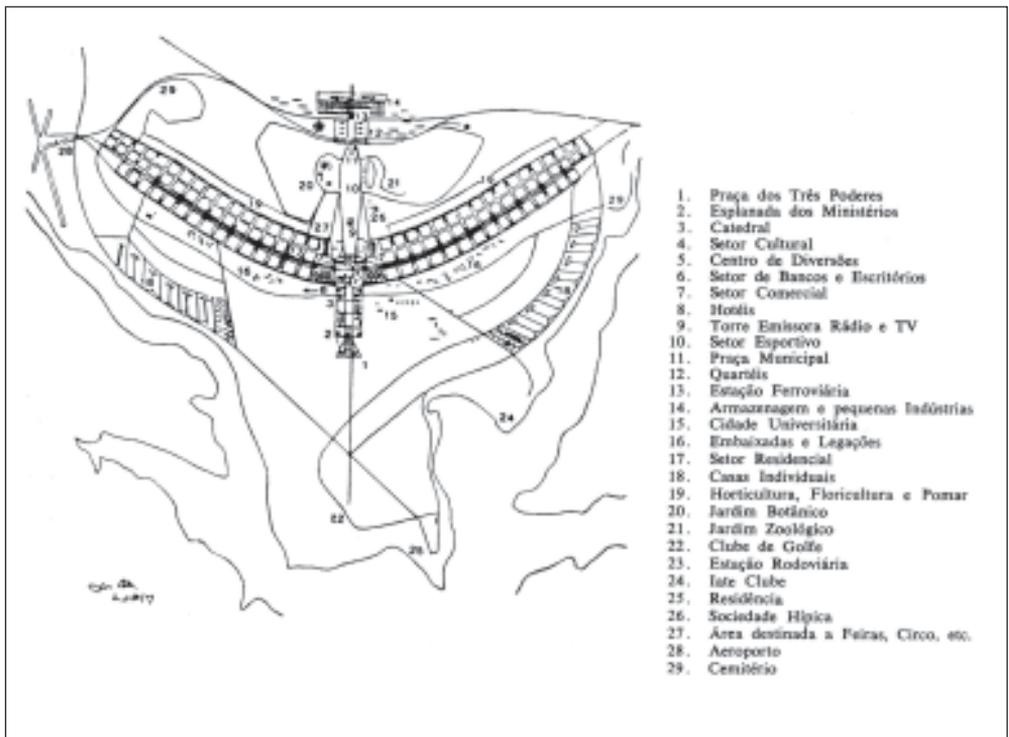
O que se colocava em questão, de fato, era a relação entre público e privado. De um lado, a ação do Estado se voltaria, no sentido de tratar as questões estruturais do capitalismo, para desbloquear os entraves oriundos deste modo de produção e, de outro, se voltaria para fornecer as condições de reprodução social, administrando as disfunções geradas pelos efeitos de aglomeração e os processos de socialização, em duas dimensões: econômica e política.

Na dimensão política, o Estado buscou controlar e regular as relações de produção da expansão capitalista e pretendia ser a expressão do equilíbrio entre os conflitos das frações de classe. Na dimensão econômica, buscou prover a socialização dos meios necessários à reprodução do capital. No plano urbano, significou o surgimento de uma ação voltada para a produção de infra-estrutura urbana (viária, de abastecimento de água, gás e luz, coleta de lixo, esgoto e águas pluviais), equipamentos e bens coletivos (praças, hospitais e escolas públicas, por exemplo).

Nesse sentido, o planejamento urbano apareceu como o principal instrumento do formato de intervenção do Estado no

espaço urbano para dar conta de suas tarefas, estabelecendo um padrão de organização e igualdade no plano urbanístico que acabou por se tornar o ideário do planejamento modernista.

Os planos urbanísticos no Brasil foram sendo concebidos e utilizados com o intuito de atender aos interesses privados daqueles que se apropriavam das rendas geradas pela verticalização e pelas economias externas de aglomeração. A classificação das funções urbanas – conceito que pressupõe o uso diferenciado da cidade pelas classes sociais –, a tipologia das habitações, o zoneamento, enfim, emolduraram, e ainda emolduram, a segregação espacial e, por essa razão, não teriam obtido consenso caso tivesse ha-



Plano-Piloto para Brasília, de Lúcio Costa. Foto do livro *História da arquitetura moderna*, de Leonardo Benevolo, Perspectiva, 2000, p. 717.

vido uma participação efetiva da população em sua elaboração. Pode-se perceber, portanto, porque os planos foram sendo elaborados propositadamente de cima para baixo, de forma autoritária e coercitiva, pouco eficazes do ponto de vista prático, assumindo mais a função discursivo-ideológica de encobrir ou justificar a elaboração e execução dos verdadeiros instrumentos técnicos de zoneamento.

Podem-se identificar algumas das razões para o mau funcionamento da planificação desde a década de 1970/1980, em que se observa: pouca relação entre as ações e o plano; escassas definições de longo prazo; dificuldades metodológicas quanto ao recorte sobre a realidade, sobre o papel dos agentes sociais, do Estado, enquanto agente do desenvolvimento, e da própria iniciativa privada.

A crise do petróleo, no início da década de 1970, precipitou uma nova onda de crise do capitalismo cujas mudanças levaram a movimentos reivindicatórios no mundo inteiro, num quadro em que as condições de vida da população urbana e as desigualdades sociais não são mais satisfatoriamente atendidas pelo Estado.

Discutem-se as relações entre público e privado, entre as preocupações com os interesses privados e aqueles de caráter social. Duas concepções, dois eixos principais de planejamento, vão se moldar a partir dos anos de 1970/1980, cujas relações entre as esferas públicas e privadas têm caráter diverso, bem como as

questões relativas aos processos de elaboração e gestão urbana: a elaboração de um plano diretor e o planejamento estratégico.

No Brasil, a forma pela qual o Estado adotou e implementou o planejamento levou, como já foi dito, à crítica e crise do planejamento, tanto urbano quanto econômico, em meados dos anos de 1970, à ampliação dos movimentos sociais urbanos – em meio ao regime autoritário em fase de transição democrática – e ao processo de descentralização que desembocou na Constituição de 1988.

Nesse processo, o plano diretor passaria a ser visto como instrumento de gestão democrática, como parte de um processo decisório de planejamento local, em que o governo teria o papel de promotor de políticas públicas redistributivas, e se incorporariam novos atores políticos, inclusive aqueles oriundos dos movimentos sociais, através dos grupos de trabalho e do fórum de acompanhamento do plano diretor. No entanto, seu principal ator continua a ser o técnico em planejamento e seu modelo continua a ser o de regulação do uso do solo, de definição de diretrizes, programas e instrumentos das diversas políticas públicas, incorporando novos instrumentos – solo criado, IPTU progressivo e diferenciado, parcelamento e edificação compulsórios, operações interligadas.

Por outro lado, o esgotamento da ação do Estado como agente do desenvolvimento e do bem-estar social, especialmente

nos países do terceiro mundo, conduziu a novos cenários em que a participação do setor privado tornou-se cada vez mais necessária e até mesmo imprescindível. Desse modo, o planejamento democrático, com a participação dos diversos agentes sociais – no sentido da “concertação” – em sua elaboração, parecia ser a resposta na busca de soluções para as graves crises sociais que eclodiram e/ou se agravaram, ainda que não se esgotassem os motivos que as originaram.

Ademais, o processo de produção se dá hoje, em escala considerável, ao nível global e diversos fenômenos, irradiando-se a partir dos países desenvolvidos, o caracterizam: mudanças nas estratégias básicas das empresas que operam neste nível, produzindo uma diversificação acentuada tanto dos processos quanto dos produtos; acúmulo do conhecimento científico estreitamente vinculado à pro-

dução; transnacionalização da produção; revolução nas tecnologias de informação; polarização de blocos de poder mundial; novo padrão de competência entre os próprios países desenvolvidos; internacionalização das comunicações; maior e mais assimétrica interdependência entre os distintos países; uma articulação distinta entre as diferentes esferas do capital (produtivo, comercial e financeiro) no mundo; o esgotamento do marco multilateral de regulação da economia global.

Tais fenômenos tornam as sociedades muito mais complexas, imbricadas e inter-relacionadas e afetam tanto o exercício da gestão pública quanto o do planejamento. Assim, o planejamento estratégico, outro dos dois eixos principais de planejamento, surge a partir da experiência desenvolvida pelo prefeito de Barcelona, Jordi Borja, desde 1988.



Congresso Nacional, Brasília. Projeto de Oscar Niemeyer. Foto do livro *Arquitetura no século XX*, de Peter Gössel et al., 1996, p. 267.

Inicialmente, correspondeu a uma redefinição das relações público-privado, da parceria entre o Estado e o setor privado, em que o governo tem o papel de promotor de políticas de desenvolvimento local e agente de desenvolvimento, com finalidade de buscar uma maior eficiência da gestão urbana visando à competitividade e à integração no mercado global. Essa redefinição das relações entre os setores público e privado prevê, também, o convencimento da população através do “marketing urbano” e sua participação para a formulação de um pacto social. No entanto, da forma como é hoje empreendida pelo governo municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, seus principais atores são os empresários, porque são os mais presentes e atuantes nos grupos de trabalho e no Conselho Diretor da Cidade.

Num e noutro modelo se privilegia a esfera local, mas, no Brasil, a esfera local encontra-se ainda demasiadamente atrelada às decisões centralizadas e ingerências do governo federal, na medida em que, na maioria das vezes, dele dependem financeiramente. A participação popular como forma de ampliação da democracia se destaca no plano diretor, permitindo uma maior participação no planejamento, enquanto a redefinição das relações público-privado com participação popular é que se destaca no planejamento estratégico.

De certa forma, ambos os modelos se opõem às características do viés liberal

de mercado que norteou o modelo de planejamento modernista, na medida em que deslocam para o âmbito da sociedade civil as responsabilidades antes atribuídas exclusivamente ao Estado, mas não rompem com esse viés liberal no que diz respeito ao planejamento enquanto instrumento de gestão. Além disso, no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o plano diretor datado de 1992 continuaria a ser elemento de organização e gestão do espaço urbano, em paralelo com o planejamento estratégico.

De toda a maneira, a cidade – mesmo a cidade capitalista para onde convergem interesses contraditórios e conflitantes, concorrentes e não concorrentes, que caracterizam a configuração e o modo de vida de uma sociedade de classes – apresenta para o conjunto da população benefícios inequívocos, ainda que levando em consideração sua intrínseca tendência a manifestar distorções, cujo efeito mais visível é a segregação espacial, sobretudo nos países de economia menos desenvolvida. A saúde, o saneamento básico, a educação, o lazer de qualidade são potencializados em um meio ambiente que propicie a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, desde que, é claro, o acesso a esses benefícios seja garantido de forma democrática e equânime.

A privação desses benefícios por parte de enormes contingentes de população significa a manutenção de situações de exclusão social, o não equacionamento

dos confrontos políticos e dos embates entre o Estado e a sociedade civil; das disputas cotidianas pelo poder; da luta pela sobrevivência, do acesso às conquistas sociais, pela ocupação do solo, e pela preservação do meio ambiente inclusive.

A questão da violência aparece hoje praticamente desvinculada das questões econômicas e de suas conseqüências urbanas, desconsiderando as graves distorções que se manifestam em desigualdade, exclusão e segregação socioespacial, que no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, conduz a metáforas como “cidade dual” ou “cidade partida”. Trata-se a questão a partir de seu efeito e tenta-se resolvê-la aplicando-se medidas que em nada afetam as causas reais, que não aprofundam a questão dos direitos de cidadania, especialmente no que se refere à moradia, à saúde e à educação, bem como à juventude, incrédula e hedonista, sem perspectivas e desesperançada quanto a seu futuro.

À RECONSTRUÇÃO DO FUTURO

Do ponto de vista internacional, tomando como marco 1976, o ano da I Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver, Canadá, observa-se que, a despeito dos compromissos assumidos pelos países participantes da conferência e consolidados na *Agenda Habitat*, a evolução desses assentamentos não correspondeu às expectativas postas pela comunidade inter-

nacional.¹³

No Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, ocorreu uma contínua deterioração dos espaços urbanos e uma crescente demanda por moradias, o que agrava o cenário como um todo, pelo aumento das pressões impostas pelas áreas de submoradias que se constituem e consolidam a cada ano, carentes de infra-estrutura e saneamento básico, muitas vezes em áreas de preservação ambiental ou degradadas, impedindo a maioria da população brasileira de ter acesso aos benefícios da urbanização e comprometendo o desenvolvimento sustentável das cidades.

A II Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em 1996, vinte anos depois da primeira, não encontrou um cenário melhor, revelando, na verdade, a dificuldade do enfrentamento da questão pelos governos nacionais e locais. A *Agenda Habitat II*, documento resultante daquele encontro, focou a questão em dois pontos principais: “Moradias adequadas para todos” e “Desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis em um mundo em urbanização”, reafirmando os compromissos assumidos na Conferência da Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, da qual originou-se a *Agenda 21*, cujos principais conceitos recaem sobre a sustentabilidade dos assentamentos humanos, definindo os marcos das questões ambientais.

Em 2001, realizou-se a conferência Istambul + 5, em Nova Iorque – com o objetivo de avaliar a evolução dos compromissos assumidos em Istambul –, cujo documento elaborado, *A Declaração do Milênio*, reconheceu como fundamental a atuação dos governos locais na implementação das medidas necessárias para atingir os objetivos traçados na *Agenda Habitat II*, através de parcerias público-privado e entre as diversas instâncias de governo, constituindo-se em importante documento político e norteador de políticas públicas locais.

No caso brasileiro, os esforços dos movimentos sociais urbanos pela gestão democrática da cidade, desde a década de 1960/1970, resultaram em um movimento nacional que ficou conhecido como Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Tal movimento culminou na “emenda popular da reforma urbana”, que correspondeu a um avanço nas relações e práticas sociais pelos direitos de cidadania e na prática do urbanismo pelo direito¹⁴ à cidade. A inclusão da emenda na Assembléia Constituinte de 1987 demandou um complexo processo de defesa e negociação cujo resultado foi a inclusão dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, consolidados e regulamentados pela lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, onde está previsto, no âmbito de cada município, um conjunto de instrumentos para a garantia do

direito à cidade, da defesa da função social da propriedade, da democratização da gestão urbana e do direito à moradia.

Assim, de acordo com o Estatuto e com base no artigo 182 da Constituição Federal, *o município passa a ser o principal ente federativo executor da política de desenvolvimento urbano* e deve promover uma política urbana que organize o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a fim de garantir o bem-estar de seus habitantes e garantir que a propriedade urbana cumpra de fato sua função social. Ainda de acordo com aquele artigo, *o plano diretor é instrumento obrigatório para a implementação das políticas públicas* para municípios com população acima de 20 mil habitantes ou situados em regiões metropolitanas, ou aglomerações urbanas, para aqueles que se situem em áreas de interesse turístico ou ainda para municípios que se situem em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental.

O plano diretor, por abordar o fato urbano de um ponto de vista próximo e imediato, pode fazer uma leitura mais precisa de seus aspectos sociais, econômicos e ambientais de forma a embasar a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento urbano local. Representa, principalmente, um importante instrumento na definição de estratégias e na gestão democrática da cidade, ao garantir a participação popular na

sua elaboração e aprovação.

A gestão democrática e participativa da cidade demanda, assim, o respeito às premissas constitucionais e legais, postas pelo Estatuto das Cidades, à elaboração dos planos diretores locais e à participação da população em sua elaboração e na definição dos destinos da cidade. Demanda também um novo perfil de gestor, capaz de articular interesses, equacionar os problemas comuns e alcançar soluções pactuadas que permitam um desenvolvimento equilibrado para o conjunto da metrópole.

A administração da complexidade, da heterogeneidade e da turbulência da vida urbana da metrópole precisa ser traduzida no desenvolvimento de uma *cidade sustentável*. Tal objetivo traduz-

se em dizer que todas as decisões tomadas deverão levar em conta três eixos principais: a qualidade de vida, a economia e o meio ambiente.

Portanto, essa forma de decidir a cidade deve ser considerada em todos os setores que se destacam como constituintes de vida urbana e metropolitana, dentre eles os transportes, a habitação e o meio ambiente. O ponto decisivo da questão diz respeito a dois aspectos: a democratização dos processos decisórios e de gestão e a participação nesses processos decisórios que permitam a humanização do espaço da cidade. Isso significa acesso social à infra-estrutura, aos equipamentos e aos bens e serviços urbanos, esperança no futuro e perspectivas concretas.

N O T A S

1. Saskia Sassen, *As cidades na economia mundial*, São Paulo, Studio Nobel, 1998, p. 13.
2. Lewis Mumford, *A cidade na história*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1965, p. 13.
3. Para essa distinção nos domínios da cultura, ver Jürgen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade*, São Paulo, Martins Fontes, 2000, p. 27-28.
4. Tal período é distinguido pela arqueologia em dois segmentos: a barbárie ou neolítico superior, também denominado Idade do Cobre, e a barbárie ou neolítico inferior, ou Idade do Bronze. O período imediatamente anterior a este denomina-se paleolítico ou selvageria.
5. Danilo Marcondes, *Iniciação à história da filosofia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 20.

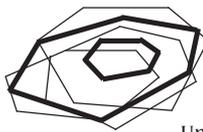
6. A diferença entre aldeias e cidades pode ser observada em nossas aldeias indígenas, por exemplo, onde as relações econômicas se dão no nível da economia de subsistência.
7. Ver Gordon Childe, *O que aconteceu na história*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
8. O termo deriva do nome de Marcus Vitruvius Pollio, arquiteto romano do século I a.C., notável por ter escrito seu tratado *De architectura*, em dez volumes, único que restou da Antiguidade, em que tematizava sobre a construção de cidades, edificações etc., com base em princípios helênicos que vieram a servir de cânones para o classicismo da arquitetura européia. O famoso desenho de Leonardo da Vinci sobre as proporções do corpo humano se baseou nos cânones definidos por Vitruvius.
9. Adauto Lucio Cardoso, *Construindo a utopia: urbanismo e modernidade no Brasil*, 1988, dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
10. Leila Maria Baptista Fernandes, *O plano-piloto para a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá & o Projeto Rio-Cidade: imagens-signo na arquitetura e conformação urbana da razão modernista e pós-modernista de cidade*, 2003, dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
11. Françoise Choay, *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
12. Franklin D. Coelho, Plano diretor como instrumento de luta da reforma urbana, em Grazia de Grazia (org.), *Plano diretor: instrumento de reforma urbana*, Rio de Janeiro, FASE, 1990, p. 34.
13. Marlene Fernandes, *Agenda Habitat para municípios*, Rio de Janeiro, IBAM, 2003.
14. O direito à cidade, conforme aplicado no texto, refere-se ao direito aos benefícios da urbanização como prerrogativa de todos os cidadãos que habitam as cidades e em contraposição aos processos de exclusão social, espacial, cultural e simbólico que se manifestam tanto fisicamente nos assentamentos subnormais em toda a América Latina e países do Terceiro Mundo, quanto nas dificuldades de mobilidade no interior da cidade, dificultando inclusive o acesso ao mercado formal de trabalho, ou nas dificuldades de acesso aos bens culturais e de lazer.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Carlos B. Vainer
Diretor do IPPUR/UFRJ.

Criado em 1971, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ – oferece cursos de doutorado, mestrado e especialização. Pluridisciplinaridade, compromisso acadêmico e multiplicidade de interlocutores constituem princípios fundamentais do instituto. Os laboratórios de pesquisa, as publicações e o intercâmbio nacional e internacional integram professores, pesquisadores e estudantes na construção de um pensamento engajado na reflexão crítica e na superação das desigualdades urbanas e regionais que marcam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: planejamento urbano, planejamento regional, pós-graduação, pesquisa.



Born in 1971, the Institute of Urban and Regional Planning and Research, Federal University of Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ – offers graduate courses: PhD, MSc and specialisation. Pluridisciplinarity, academic engagement and diversity of partners are IPPUR's fundamental principles. The laboratories of research, the publications, and the national and international academic exchanges involve professors, researchers and students in the building of a critical thought committed to the surmounting of urban and regional inequalities.

Wordskey: urban planning, regional planning, graduate courses, research.

Em 1971, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no âmbito da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Enge-

nharia (COPPE). Era o resultado de um convênio da UFRJ com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), vinculado ao extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Pouco depois esse convênio patrocinaria programas similares

nas universidades de São Paulo (USP), Brasília (UnB), Pernambuco (UFPE) e Rio Grande do Sul (UFRGS). O SERFHAU, como de resto o BNH e o Ministério do Interior, a que estava subordinado, pretendia, dessa forma, criar quadros capacitados para elaborar e implementar uma política urbana que, à época, se acreditava ser capaz de disciplinar o crescimento urbano e, de modo mais geral, racionalizar e controlar tecnicamente, a partir do poder central planejador, toda a organização territorial do país.

Rapidamente, porém, o Programa, à época conhecido como PUR, ao invés de limitar-se a preparar tecnicamente os planejadores desejados pelo regime, tornou-se espaço de formação e reflexão críticas, à busca de alternativas ao modelo de planejamento centralista-tecnocrático-autoritário então vigente.

A expulsão do quadro docente de sete professores, em 1976, veio punir esses primeiros exercícios de liberdade acadêmica. O PUR teria seus dias contados, não fosse a resistência de estudantes e professores que mantiveram abertas as portas do Programa, enfrentando inclusive a indiferença, quando não a oposição, da estrutura universitária.

Tendo atravessado a transição democrática enquanto instituição acadêmica sem compromissos com o aparato planejador do regime militar, em 1987 o PUR é transformado em Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR),

instituto especializado que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFRJ), juntamente com o Instituto de Economia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e a COPPEAD.

PRINCÍPIOS

Fiel à sua trajetória, o projeto acadêmico-científico do IPPUR é orientado por quatro princípios fundamentais, a saber: pluridisciplinaridade, autonomia acadêmica, pluralidade de interlocutores, e integração ensino/pesquisa/extensão universitária.

Pluridisciplinaridade

A originalidade do IPPUR encontra-se no fato de sua própria constituição estar fundada numa opção claramente pluridisciplinar. O instituto e seu programa de pós-graduação estruturam-se como lugar privilegiado de encontro entre profissionais, docentes, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas de conhecimento, que buscam interagir na construção e enfrentamento das questões urbanas e regionais. Geógrafos, arquitetos, economistas, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, advogados, biólogos, engenheiros, historiadores encontram-se e, muitas vezes, defrontam-se num diálogo nem sempre fácil, mas enriquecedor, aprendendo através do estudo, da pesquisa e do debate de idéias que a cidade e a região não podem ser apreendidas e entendidas por qualquer disciplina isola-

damente e, *a fortiori*, não devem ser campo de políticas e práticas de planejamento inspiradas em enfoques segmentados.

Autonomia e compromisso acadêmico

Atuando no âmbito das chamadas ciências sociais aplicadas e comprometido, portanto, com os processos concretos por que passam nossas cidades e regiões, o IPPUR e seu programa de pós-graduação afirmam seu caráter universitário como valor a ser preservado. Dessa opção decorre a necessidade de enfrentar cotidianamente a tensão entre as exigências de uma sociedade cujos agudos problemas cobram respostas imediatas e a necessidade de uma investigação teórico-conceitual e metodológica acerca dos pressupostos e modelos com que operam os estudiosos e planejadores de nossas cidades e regiões.

Entende-se, assim, que o compromisso em contribuir para encontrar soluções concretas que ajudem a equacionar e resolver os problemas vividos em nossas cidades e regiões não pode ameaçar a autonomia, que surge, pois, como condição mesma da possibilidade de uma atividade genuinamente científica, acadêmica, capaz não apenas de responder a questões colocadas pelos diversos atores sociais, mas também, e talvez principalmente, de gerar novas questões, elaborar novos problemas, perceber tendências e processos emergentes.

Pluralidade de interlocutores

O engajamento universitário e a busca de caminhos que contribuam para a crítica e a elaboração de alternativas aos modos predominantes de organização dos espaços urbanos e regionais nutrem-se, igualmente, da sistemática interação com os múltiplos sujeitos sociais engajados nos conflituosos processos de constituição das cidades, das regiões, dos territórios de modo geral. Reconhecer a multiplicidade e diversidade dos atores que protagonizam o drama urbano e regional de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e espaciais constitui uma das garantias de que a formação dos estudantes e a produção de conhecimentos não estarão subordinadas a concepções, enfoques e necessidades de grupos particulares ou, o que ameaça cada vez mais nossa Universidade, determinadas pelas demandas do Estado ou expectativas do mercado.

A concepção de autonomia, nesse sentido, está longe de idealizar um espaço isolado, fechado ao contato com o mundo real. Ao contrário, a autonomia, para não se transformar em confortável indiferença às realidades da imensa maioria de nossa sociedade, se constrói também nas relações com os sujeitos sociais que constroem, material e simbolicamente, nossas cidades e nossas regiões.

Ao mesmo tempo, o IPPUR consagra atenção especial ao intercâmbio com outros centros de ensino e pesquisa, de modo a

favorecer sua inserção na rede que articula a comunidade científica nacional, latino-americana e internacional.

Integração ensino/pesquisa/ extensão universitária

No IPPUR, a prática acadêmica apta a dar conta dos desafios teóricos, metodológicos e práticos é perseguida por meio de um esforço para associar estreitamente as atividades de ensino, pesquisa, extensão universitária e assessoria/consultoria técnica.

A inserção em projetos de pesquisa, assim como as disciplinas optativas estruturadas a partir desses projetos, preparam os estudantes para a elaboração e execução de suas teses, dissertações e trabalhos acadêmicos. É também oferecida aos estudantes a possibilidade de integração em projetos de assessoria popular e consultoria técnica, o que, além de complementar sua formação com

experiências concretas de intervenção, realimenta a reflexão e a pesquisa acadêmicas.

O trabalho de extensão universitária tem também permitido ao IPPUR desempenhar papel de relevo na difusão de conhecimentos científicos e técnicos junto a organizações comunitárias e populares, quase sempre destituídas do instrumental e da informação de cuja socialização dependem o exercício pleno da cidadania e a invenção de cidades mais democráticas, participativas e justas.

OBJETIVOS

Formação

O Programa de Pós-Graduação do IPPUR oferece cursos regulares de doutorado, mestrado e especialização. A atividade de ensino, nos diferentes níveis, está voltada para formar: pesquisadores e docentes de alto nível, em condições de implementar programas acadêmicos de ensino e pesquisa na área do planejamento e desenvolvimento urbano e regional e, de modo mais geral, na área dos estudos urbanos e regionais; profissionais de alto nível, capazes de atuar de maneira crítica e criativa, tanto em agências governamentais de planejamento, nos três níveis da Federação, quanto em organizações não-governamentais envolvidas com os processos de planejamento e desenvolvimento regional, urbano e comunitário.

A opção pluridisciplinar, presente tanto



Biblioteca do IPPUR.

na composição do corpo docente quanto nas turmas recrutadas anualmente através de concursos públicos de seleção, confere a profissionais de diferentes formações uma visão aprofundada da complexidade dos processos urbanos e regionais, capacitando-os a atuarem em equipes multidisciplinares e a dialogarem com as contribuições de diferentes áreas de conhecimento.

À busca de tais objetivos, os alunos são expostos tanto ao conhecimento produzido pelos clássicos, quanto ao debate contemporâneo na sociologia, ciência política, economia, geografia, ciências ambientais. Assim, preparam-se para abordar de maneira consistente e madura as experiências nacionais e internacionais de planejamento urbano e regional, em particular a experiência brasileira, e a produção teórico-conceitual e metodológica dessa área de conhecimento.

Os cursos de extensão e treinamento oferecidos a associações comunitárias, organizações não-governamentais e movimentos populares visam democratizar o conhecimento e capacitar os alunos a atuarem de maneira crítica e criativa em sua ação coletiva na luta por cidades e regiões mais democráticas, social e ambientalmente mais justas. Os cursos de treinamento, oferecidos a técnicos de órgãos governamentais de planejamento, permitem sua atualização e qualificação em áreas específicas das teorias e práticas do planejamento.

Produção de conhecimentos

A formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível somente é possível num centro dinâmico de produção de conhecimento, em que caminham juntas, de um lado, a investigação teórico-conceitual e metodológica, e, de outro lado, a pesquisa empírica sobre a realidade urbana e regional brasileira e sobre as experiências, nacionais e internacionais, de ação planejada sobre o território.

De modo mais geral, a pesquisa que se desenvolve no IPPUR tem os seguintes objetivos: contribuir para a construção de um saber crítico sobre a realidade urbana e regional brasileira, não subordinado aos pacotes do pensamento único; contribuir para a construção de aparato teórico-conceitual que elucide a configuração espacial da sociedade contemporânea, em particular a sociedade brasileira; elaborar metodologias e conhecimentos aplicáveis que contribuam para fazer do planejamento urbano e regional um instrumento voltado para tornar nossas cidades e espaços regionais mais democráticos e justos.

Docentes e estudantes vinculados aos laboratórios e grupos de pesquisa podem expor e colocar em discussão suas investigações através de vários meios, a saber: nas oficinas mensais de planejamento e na Semana de Planejamento Urbano e Regional (anual); nas disciplinas optativas, que mantêm estreita vinculação com a atividade de pesquisa;

na coleção Estudos e Debates.

No que concerne à difusão externa dos resultados da pesquisa, ela ocorre nos encontros e publicações científicas, nacionais e internacionais, assim como nos livros e outros meios de divulgação.

Difusão de conhecimentos e compromisso social

Além da divulgação da produção para a comunidade científica, é objetivo do IPPUR a difusão de conhecimento para os atores sociais, governamentais e não-governamentais, engajados direta ou indiretamente na produção social dos espaços urbanos e regionais. Isso implica reconhecer a relevância daquela produção técnica e operacional que, embora não trazendo contribuição inovadora para o conhecimento científico, pode contribuir, e tem contribuído, para aperfeiçoar as práticas e instituições de planejamento urbano e regional em nosso país.

Nessa direção também pode ser visto o curso de especialização em planejamento e uso do solo urbano, que é realizado há mais de dez anos, ajudando a atualização e aperfeiçoamento de profissionais que já atuam ou pretendem atuar na área do planejamento urbano e regional. Cursos de extensão promovidos para técnicos de agências governamentais e ativistas de organizações da sociedade civil completam as atividades de difusão social dos conhecimentos produzidos.

Na área de extensão merecem igualmente menção numerosos acordos e convê-

nios de cooperação com prefeituras, órgãos governamentais e organizações não-governamentais.

INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO

Embora voltado essencialmente para a pesquisa e o ensino de pós-graduação, o IPPUR não descuidava de sua integração com os cursos de graduação, o que se realiza sobretudo através dos seguintes mecanismos: orientação e concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação; disciplinas oferecidas por integrantes do corpo docente do PUR em cursos de graduação de outras unidades da UFRJ.

Como resultado dessa atuação, expressivo número de bolsistas de iniciação científica, uma vez graduados, tem sido aprovado nos concursos de seleção do instituto, sendo crescente o número de mestres e doutores que seguiram essa trajetória. Em média, a cada ano cerca de setenta estudantes de graduação estão integrados às equipes de pesquisa do IPPUR e recebem orientação de seus professores.

CURSO DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O curso de doutorado em planejamento urbano e regional foi criado em 1992, já tendo sido formados trinta doutores (até abril de 2004).

Os estudantes devem cumprir disciplinas obrigatórias e optativas, com uma carga horária total de 680 horas. Ao final de

24 meses devem passar pelo exame de qualificação perante banca interna de três doutores, quando apresentam e defendem seu projeto de tese. O prazo limite para a apresentação e defesa da tese é de 48 meses, sendo a banca constituída por cinco doutores, dos quais dois são necessariamente de outras instituições de ensino e pesquisa.

O ingresso se dá por meio de concurso público de seleção, que se realiza normalmente no mês de novembro, abrindo-se as inscrições em setembro. Em alguns anos, a critério da Coordenação de Ensino e da Banca de Seleção, podem ser realizados concursos em junho, abrindo-se as inscrições em abril. Os candidatos devem ter título de mestre ou demonstrar qualificação equivalente, sendo aceitos candidatos de todas as áreas disciplinares. Exige-se para a inscrição que o candidato apresente carta padrão de um professor do IPPUR assumindo o compromisso de orientar o estudante em caso de aprovação. A seleção é feita com base na avaliação de currículo, projeto de pesquisa e entrevista. Exige-se o conhecimento de duas línguas, uma obrigatoriamente o inglês.

CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O curso de mestrado em planejamento urbano e regional foi criado em 1971, já tendo sido formados 341 mestres (até abril de 2004).

Os estudantes devem cumprir disciplinas

obrigatórias e optativas, com uma carga horária total de seiscentas horas. Ao final de 18 meses devem passar pelo exame de qualificação perante banca interna de três doutores, quando apresentam e defendem sua versão preliminar de dois capítulos da dissertação. O prazo limite para a apresentação e defesa da dissertação é de 24 meses, sendo a banca constituída por três doutores, um dos quais necessariamente de outra instituição de ensino e pesquisa.

O curso se estrutura em torno de três grandes linhas de pesquisa, a saber: Planejamento e Estruturação Urbana e Regional; Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia; Planejamento, História e Cultura.

O ingresso se dá por meio de concurso público, que se realiza normalmente no mês de novembro, abrindo-se as inscrições em setembro. Os candidatos devem ser graduados. O concurso consta de duas etapas. Na primeira, os candidatos fazem prova escrita e prova de língua (inglês ou francês). Na segunda, os aprovados na primeira etapa são entrevistados pela banca. A avaliação considera igualmente o currículo e o memorial entregue pelos candidatos quando da inscrição.

BOLSAS DE ESTUDOS

Apesar das crescentes restrições resultantes de políticas de contenção de dispêndios governamentais na área de pesquisa e ensino de pós-graduação, o IPPUR tem podido oferecer bolsas de estudos à

parcela expressiva de seus doutorandos e mestrados. A CAPES, o CNPq e, suplementarmente, a FAPERJ são os principais financiadores de bolsas. De maneira não regular, estudantes latino-americanos têm podido contar com bolsas do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), do Ministério das Relações Exteriores, CAPES e CNPq.

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

A formação de docentes e pesquisadores acadêmicos, um dos objetivos nucleares do IPPUR, recebeu novo impulso graças à perspectiva aberta pelo mestrados interinstitucionais autorizados pela CAPES. A primeira experiência, no período 1999-2001, em convênio com a UCSAL (Universidade Católica de Salvador), permitiu a formação de 13 mestres. Como desdobramento desse curso de mestrado, desenvolve-se atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da CAPES, envolvendo a UCSAL e a UEB (Universidade Estadual da Bahia). Nos anos de 2002 e 2003, um novo mestrado institucional, desta vez com o CESUPA (Centro Universitário do Pará), propiciou a formação de 14 mestres.

MÓDULO DOUTORAL EUROPEU SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por meio de acordo firmado com a Université de Lille I, França, e, posteriormente, com a Newcastle University, Reino Unido, doutorandos do IPPUR têm podido participar do Módulo Doutoral

Europeu sobre Desenvolvimento Regional, programa ao qual estão integradas várias universidades européias. Organizado anualmente sob a chancela da Comunidade Econômica Européia (CEE), esse curso recebe, por três meses (março a maio), estudantes e professores de cursos de doutorado europeus para uma atualização e debate de seus temas de tese. Com custos cobertos pela CEE, nove doutorandos do IPPUR até agora realizaram o curso.

Novos acordos firmados com as universidades que integram o Módulo Doutoral Europeu apontam para a criação próxima, com seu apoio, de um Módulo Doutoral Latino-Americano, a ser sediado pelo IPPUR, em colaboração com outros programas de doutorado latino-americanos.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM USO DO SOLO E PLANEJAMENTO URBANO

Desde 1988, o IPPUR oferece curso de especialização em uso do solo e planejamento urbano (pós-graduação *lato sensu*). O curso tem sido procurado por: quadros técnicos de prefeituras e outros órgãos governamentais atuantes na área do planejamento urbano e em áreas afins, que buscam aperfeiçoamento e elementos teóricos e metodológicos para instruir sua prática; profissionais recém-formados à busca de uma especialização; estudantes recém-formados que almejam ingressar futuramente no curso de mestrado.

Os alunos devem cumprir disciplinas te-

óricas e práticas, num total de 360 horas. O curso é realizado anualmente, no primeiro ou no segundo semestre, e a seleção é em dezembro ou junho. Os candidatos devem ser graduados.

LABORATÓRIOS E GRUPOS DE PESQUISA

A atividade de pesquisa do IPPUR se desenvolve por meio dos laboratórios e grupos de pesquisa, coordenados por um ou mais docentes. Esses laboratórios e grupos reúnem doutorandos, mestrados, graduandos, pesquisadores e técnicos associados. São os seguintes os laboratórios e grupos de pesquisa do IPPUR: Laboratório Espaço na Sociedade da Informação, coordenado por Tamara Egler; Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, coordenado por Carlos B. Vainer e Henri Acselrad; Grupo de Estudos do Território e de História Urbana, coordenado por Fânia Fridman; Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura, coordenado por Frederico Bandeira de Araújo; Grupo de Pesquisa Tecnologia, Território e Planejamento, coordenado por Hermes Magalhães Tavares; Laboratório Redes de Infra-estrutura Urbana e Organização Territorial, coordenado por Mauro Kleiman; Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território, coordenado por Ana Clara Ribeiro; Estado, Economia e Território, coordenado por Jorge Natal; Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, coordenado por Luiz Cesar Ribeiro; Observatório Imobiliário e de Políticas de Solo, coordenado por Pedro Abramo; Oficina Redes e Espaços, coor-

denado por Rainer Randolph.

INTERCÂMBIO CIENTÍFICO

Intercâmbio nacional

O intercâmbio nacional cumpre um duplo papel: de um lado, propicia a fertilização de um campo mais amplo de trocas acadêmicas e estreita a cooperação na pesquisa; de outro lado, favorece a difusão dos resultados do trabalho realizado e permite ao IPPUR contribuir para a constituição e consolidação de outros centros de ensino e pesquisa em diferentes regiões do país.

O IPPUR tem atuado de maneira permanente para o fortalecimento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Seus professores também atuam e coordenam grupos de trabalho de outras associações científicas, em cujos eventos e publicações divulgam sua produção. Merecem menção particular, pela sua relevância, as associações nacionais de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais (ANPOCS), geografia (ANPEGE), economia (ANPEC), ambiente e sociedade (ANPAS), assim como a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Igualmente importantes têm-se revelado projetos de pesquisa interinstitucionais como os que o IPPUR lidera com o apoio de recursos da FINEP, notadamente: PRONEX e Habitare (Fundo Verde e Amarelo).

Cada vez mais relevantes na área do in-

tercâmbio vêm se revelando vários tipos de redes temáticas, envolvendo apenas pesquisadores, profissionais e ativistas de organização não-governamentais. O IPPUR integra, e em alguns casos lidera, entre outras, as seguintes redes temáticas nacionais: Rede Planejamento Urbano, Democracia e Justiça Social; Rede de Justiça Ambiental; Rede Nacional de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Intercâmbio internacional

Elemento hoje essencial da vida de uma instituição universitária, o intercâmbio internacional opera como uma janela por meio da qual tem sido possível acompanhar o debate contemporâneo e a produção desenvolvida nos centros universitários da Europa, América do Norte e América Latina. Em contato estreito com colegas e instituições de outros países, podemos incorporar a nossas atividades de ensino e pesquisa, os avanços recentes da produção internacional bem como as experiências relevantes no campo das práticas de planejamento urbano e regional. Igualmente, essa intensa colaboração propicia a professores e estudantes a possibilidade de submeter suas idéias e produção científica ao crivo da comunidade científica internacional, bem como levar nossa contribuição específica – baseada na elaboração teórico-conceitual e nas experiências de planejamento inovadoras de muitas das cidades e regiões brasileiras.

Particularmente importantes são a participação em eventos e as relações com

associações científicas de outros países, notadamente a norte-americana ACSP (Association of Collegiate Schools of Planning) e a AESOP (Association of European Schools of Planning). O IPPUR esteve representado no I World Planning Schools Congress, ocorrido em Shanghai, China, em 2001, e um professor integra atualmente o comitê organizador do II World Planning Schools Congress, a realizar-se no México, em 2006.

São inúmeras as redes internacionais e programas interinstitucionais aos quais o IPPUR está associado, e que hoje facilitam a intensificação das trocas científicas e acadêmicas: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, no qual um docente coordena o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Urbano); ICDRP (International Committee on Rivers, Dams and People); Rede Internacional sobre Estudos Imobiliários e Gestão do Solo; International Network on Regional Development and Planning in Europe; Rede Internacional Economia da Proximidade; Rede Latino-Americana sobre Metrôpoles; Programa de Cooperação e Pesquisa em Movimentos Sociais: Brasil, Índia, África do Sul e Tailândia; Módulo Doutoral Europeu.

Mais recentemente, o IPPUR tem investido em reforçar o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa da América Latina. Nessa direção, promoveu, em maio de 2004, o VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território.

A cooperação internacional propicia a vinda de estudantes estrangeiros, seja para os cursos regulares, seja para cursos especiais. Graças a acordo com a Universidade Mayor de San Andres, Bolívia, quatro professores daquela universidade estão cursando o doutorado. Anualmente temos acolhido, por um mês, no âmbito do International Honours Program da Boston University, turmas de cerca de cinqüenta estudantes de graduação das mais variadas universidades norte-americanas e, mais recentemente, de outros países da África e Ásia. Em 2004, graças a acordo com o Department of City and Regional Planning e o Latin American Studies Program da Cornell University, estaremos recebendo estudantes para uma “escola de verão”.

PUBLICAÇÕES

Em 1986, o IPPUR iniciou a publicação dos *Cadernos IPPUR*. Atualmente, esse periódico semestral afirma-se como uma das principais publicações científicas brasileiras da área de planejamento urbano e regional. Os *Cadernos IPPUR* contam com um conselho editorial de caráter nacional e todos os artigos publicados são submetidos à avaliação de pelos menos dois leitores qualificados. A publicação acolhe artigos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, e tem publicado artigos também em espanhol.

Outras duas séries de publicações completam a atividade do Setor de Publicações do IPPUR: a Série Textos para Dis-

cussão, que oferece a professores, pesquisadores e estudantes a possibilidade de fazer circular, para a discussão em círculo restrito, trabalhos que ainda se encontram em fase de elaboração final, contribuindo dessa forma para sua discussão e aperfeiçoamento; e a Série Relatórios de Pesquisa, que oferece à consulta o material bruto produzido nas pesquisas desenvolvidas pelos diferentes laboratórios.

Cabe ainda mencionar a publicação de livros, seja por editoras comerciais, seja pelo próprio IPPUR, ou por meio de acordos editoriais.

BIBLIOTECA

Os professores, estudantes e pesquisadores do IPPUR contam, para a suas atividades acadêmicas, com o apoio de uma biblioteca especializada. Em vista do caráter pluridisciplinar desta área das ciências sociais aplicadas, a biblioteca disponibiliza coleções em diversos campos do conhecimento. Evidentemente, seu núcleo mais consistente diz respeito ao planejamento urbano e regional e à literatura sobre a questão urbana e regional de modo geral.

Compõem o acervo livros, periódicos nacionais e estrangeiros, dissertações, teses, folhetos, vídeos, CD-ROM, alcançando cerca de 18 mil volumes.

A biblioteca do IPPUR integra o Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) da UFRJ, o que lhe proporciona acesso *online* a 32 bibliotecas da UFRJ. Faz parte

também do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN), mantendo intercâmbio bibliográfico com instituições nacionais e estrangeiras da área de planejamento urbano e regional e afins. Encontra-se ligada, ainda, ao Sistema de Acesso a Bases de Dados Externos (SABE), via Internet, o que possibilita a consulta aos mais variados bancos de dados internacionais.

Aberta ao público das 7 às 17h, a biblioteca do IPPUR acolhe, em virtude da excelência do acervo e dos serviços prestados, expressivo número de pesquisadores e estudantes de outras unidades da UFRJ e de outras instituições.

Exemplares de uma videoteca com mais de uma centena de vídeos podem ser vistos *in loco* ou emprestados por 24 horas.

RECURSOS FINANCEIROS

O IPPUR, como todas as instituições universitárias públicas brasileiras, enfrenta gravíssimas restrições financeiras ao pleno desenvolvimento de suas atividades. Os recursos orçamentários, repassados pela administração central da UFRJ, ademais de insuficientes para atender às necessidades correntes do ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio, têm decrescido nos últimos anos.

Convênios, doações e contratos tornaram-se de grande importância para o apoio à atividade acadêmica, particularmente a pesquisa. Todos os acordos envolvendo financiamento à pesquisa ou a outras ati-

vidades são submetidos ao Conselho Deliberativo, que zela pela sua compatibilidade com os objetivos e princípios do instituto. Ademais, todos os financiamentos externos obtidos por docentes, laboratórios ou grupos contribuem para o Fundo de Fomento ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional do IPPUR.

As principais fontes externas de recursos são as agências governamentais de apoio. Assim, CNPq, CAPES e FAPERJ têm contribuído através das seguintes modalidades: bolsas de doutorado e mestrado; bolsas de produtividade de pesquisa para docentes; apoios à organização de eventos e à participação em encontros científicos; apoio a publicações científicas; taxas de banca; apoio a mestrado interinstitucional. A FINEP tem tido relevante papel no financiamento à pesquisa, notadamente através do PRONEX e, mais recentemente, do Habitare, assim como dos programas FINEP/FNDCT/BID e FINEP/FNDCT.

O IPPUR também conta com recursos obtidos em convênios, contratos e acordos de doação firmados com as seguintes entidades: Fundação Ford; Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro; Lincoln Institut of Land Policy; Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Belém; Eletrobrás; Centro de Ensino Superior do Pará; ActionAid – Brasil; Módulo Doutoral Europeu/ Université de Lille I e University of Newcastle.

B I B L I O G R A F I A

ABREU, Maurício (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Coleção Biblioteca Carioca.

AB'SABER, Aziz. *Padrões históricos de estruturas de ruas e processos de urbanização na cidade de São Paulo*. São Paulo: CONDEPHAAT, 1986.

ACSELRAD, Henri. *Planejamento e território: ensaio sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: DP&A/IPPUR-UFRJ.

AMARAL, Angela de Arruda Camargo. *Habitação, participação popular e cidadania*. 2001. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARANTES, Otilia B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Coleção Biblioteca Carioca.

BENEVOLO, Leonardo. *Origenes del urbanismo moderno*. Madri: H. Blume Ediciones, 1979.

BENJAMIN, Walter. *Tiempo, language, metrópoli*. Buenos Aires: Edición Francisco Jarauta Enero, 1992.

BLAY, Eva Alterman (org.). *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CAIAFA, Janice. *Jornadas urbanas*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARDOSO, Adauto Lucio. *Construindo a utopia: urbanismo e modernidade no Brasil*. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. Coleção Biblioteca Carioca.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações populares do Rio de Janeiro, 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CARVALHO, Maria Alice. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. *The informational city: information technology economic restructuring and the urban-regional process*. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiço e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COCCO, Giuseppe (org.). *A cidade estratégica: nova retórica e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- COELHO, Franklin D. Plano diretor como instrumento de luta da reforma urbana. In: GRAZIA, Grazia de (org.). *Plano diretor: instrumento de reforma urbana*. Rio de Janeiro: FASE, 1990.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- EATON, Ruth. *Ideal cities: utopianism and the (un)built environment*. London: Thames & Hudson, 2002.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editores, 1979.
- EUFRÁSIO, Mário A. *Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FARIA, Vilmar. Cinqüenta anos de urbanização no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 29, 1991.
- FERNANDES, Leila Maria Baptista. *O plano-piloto para a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá & o projeto Rio-Cidade: imagens-signo na arquitetura e conformação urbana da razão modernista e pós-modernista de cidade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Marlene. *Agenda Habitat para municípios*. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
- FERRARA, Lucrécia. *Design em espaços*. São Paulo: Rosari, 2002.
- FRAGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociação na metrópole*. São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000.
- FRAMPTON, K. *História crítica de la arquitectura moderna*. Barcelona: GG, 1987.
- FREITAG, Barbara. O mito da megalópole nas cidades brasileiras. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.132, 1998.
- _____. *Cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.
- GIRARDET, Herbert. *The Gaia Atlas of cities: new directions for sustainable urban living*. Washington D. C.: Gaia, 1992.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GONZALES, Suely Franco Netto. *Espaço na cidade*. São Paulo: Proeditores.

GOROVITZ, Matheus. *Brasília, uma questão de escala*. São Paulo: Proeditores, 1985.

GOUVEA, Luiz Alberto. *Biocidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Resíduos sólidos urbanos: problema global*. São Paulo: Secretaria Estadual de Meio Ambiente, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Peter. *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HALL, Peter. *Cities in civilization: culture, innovation, and urban order*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1998.

HARDOY, Jorge e MORSE, Richard P. (org.). *Nuevas perspectivas em los estudios sobre historia urbana latinoamericana*. Buenos Aires: HED - América Latina, 1989.

HOBSBAWM, Eric. A turba urbana. In: HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KASINITZ, Philip (ed.). *Metropolis: center and symbol of our times*. New York: New York University Press, 1995.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOWARIK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e as cidades*. São Paulo: Paz e Terra/UNSIRD, 1994.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao cais do porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. Coleção Biblioteca Carioca.

LAMAS, José M. R. Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1964.

_____. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *Writings on cities*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Fupam/Nobel, 1999.

LERNER, Jaime. *Acupuntura urbana*. São Paulo: Record, 2004.

LIBÂNIO, João Batista. *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo: Loyola, 2001.

LIMA, Evelyn Furkim Wernek. *A avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990. Coleção Biblioteca Carioca.

_____. Rio de Janeiro: permanência e mudança. In: SCHIAVO, C. e ZETTEL, J. (orgs.). *Memória, cidade, cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MALAMUD, Samuel. *Recordando a praça 11*. Rio de Janeiro: Livraria Cosmos Editora, 1988.

MARICATO, Ermínia Terezinha Menon. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitectura y crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: ALERJ/FGV, 2001.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*.

2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OLIVEIRA, Isabel C. Eiras. *Estatuto da Cidade: para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

ORLANDI, Eni P.(org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano*. Rio de Janeiro: Pontes, 2001.

PALOMO, Pedro J. Salvador. *La planificación verde en la ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mario (orgs.). *A favela fala*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PAQUOT, Thierry. *Homo urbanus: essai sur l'urbanisation du monde et des moeurs*. Paris: Éditions du Félin, 1990.

PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Proeditores, 1985.

_____. *A conquista da cidade*. Brasília: Ed. UnB, 1991.

_____. *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Ed. UnB, 1996.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 1998.

PENTEADO, Fabio et al. *Fabio Penteado: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História urbanística da cidade de São Paulo, 1554 a 1988*. São Paulo: Carthago & Forte, 1992.

RELPH, Edward. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 1990.

REMY, Jean e VOYÈ, Liliane. *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Afrontamento, 1994.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. Coleção Biblioteca Carioca.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp/Nobel, 1997.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF; São

Paulo: Projeto Editorial, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1978.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A urbanização desigual*: Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Coleção IAB, 1986.

SANTOS, Paulo e FERREZ, Gilberto. *Registro fotográfico de Marc Ferrez da construção da Av. Rio Branco, 1903-1906*. Apresentação: Alcindo Mafra de Souza. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes. 62 p., ilustrado.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHIAVO, C. e ZETTEL, J. (orgs.). *Memória, cidade, cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

SENNET, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o plano Agache e o*

ideário reformista dos anos 20. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/FASE, 1973.

TORRES, Antonio. *Centro das nossas desatenções*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

TUPY, Dulce. *Carnavais de guerra: o nacionalismo no samba*. Rio de Janeiro: ASB, 1985.

VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VARGAS, Heliana Comin e RIBEIRO, Helena (orgs.). *Novos instrumentos de gestão ambiental urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva do Rio de Janeiro, séculos XIX/XX*. Rio de Janeiro: Faperj/7letras, 2002.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VICENTINI, Yara. Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: MADE/UFPR, 2001.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

VITAL, Christina. *"Ocupação evangélica": efeitos sociais do crescimento pentecostal na favela de Acari*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Instruções aos Colaboradores

- I. A revista *Acervo*, de periodicidade semestral, dedica cada número a um tema distinto, e tem por objetivo divulgar e potencializar fontes de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais e documentação. *Acervo* aceita somente trabalhos inéditos, sob a forma de artigos e resenhas.
- II. Todos os textos recebidos são submetidos ao Conselho Editorial, que pode recorrer, sempre que necessário, a pareceristas.
- III. O editor reserva-se o direito de efetuar adaptações, cortes e alterações nos trabalhos recebidos para adequá-los às normas da revista, respeitando o conteúdo do texto e o estilo do autor. Os textos em língua estrangeira são traduzidos para o português.
- IV. O material para publicação deve ser encaminhado em uma via impressa e uma em disquete ou por intermédio de e-mail com arquivo anexado, no programa Word 7.0 ou compatível.
- V. Os textos devem ter entre 10 e 15 laudas (fonte Times New Roman; corpo 12; entrelinha 1,5 linha), excetuando-se as resenhas, com aproximadamente cinco laudas. Devem conter de três a cinco palavras-chave e vir acompanhados de resumo em português e inglês, com cerca de cinco linhas cada. Após o título do artigo, constam as referências do autor (instituição, cargo, titulação).
- VI. Devem ser enviadas também de três a cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e refe-

rências, preferencialmente com indicação, no verso, sobre sua localização no texto. As ilustrações devem ser remetidas em papel fotográfico no tamanho de 10x15cm ou escaneadas em alta resolução (tamanho da imagem: mínimo de 10x15cm; resolução: 300dpi; formato: TIF).

VII. As notas figuram no final do texto, em algarismo arábico, dentro dos padrões estipulados pela ABNT. A citação bibliográfica deve ser completa quando o autor e a obra estiverem sendo indicados pela primeira vez. Ex: ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 28.

VIII. Em caso de repetição, utilizar ORTIZ, Renato, op. cit., p. 22.

IX. A bibliografia é dispensável. Caso o autor considere relevante, deve relacioná-la ao final do trabalho. Essas referências serão publicadas na seção BIBLIOGRAFIA, figurando em ordem alfabética, dentro dos padrões da ABNT, conforme os exemplos abaixo:

Livro: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Coletânea: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda de 1961 a 1971*. São

Paulo: Marco Zero, 1985.

Artigo em coletânea: LUZ, Rogerio. Cinema e psicanálise: a experiência ilusória. In: *Experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Artigo em periódico: JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: nº 12, jun. 1985, p.16-26.

Tese acadêmica: ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX*. 1990. Tese (Doutoramento em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

X. Caso o artigo ou resenha seja publicado, o autor terá direito a cinco exemplares da revista.

XI. As colaborações poderão ser enviadas para o seguinte endereço:

Revista *Acervo*

Arquivo Nacional – Coordenação-geral de Acesso e Difusão Documental
Praça da República, 173, Bloco C, sala B002, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20211-350

XII. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas pelo telefone (21) 2224-4525 ou via e-mail (difusaoacervo@arquivonacional.gov.br).

Notações das Imagens do Arquivo Nacional

Página 56	PH/FOT/2690(53)	Página 113	PH/FOT/2989(89)
Página 60	PH/FOT/1531(85)	Página 114	PH/FOT/6655(178)
Página 99	PH/FOT/4978(106)	Página 122	PH/FOT/6655(62)
Página 100	PH/FOT/4978(11)	Página 129	PH/FOT/4266(37)
Página 109	PH/FOT/4978(185)	Página 131	PH/FOT/799(4)